

SABOYA & BRANDÃO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO TITULAR DA ____ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

AÇÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO-5ª Câmara Cível Serviço de Recursos da 5ª Câmara EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0492643-81.2011.8.06.0001- Apelação. Apelante: Raimundo Nonato de Sousa Martins .Advogado: Bruno Pereira Brandão (OAB: 22013/CE).Advogado: Thiago Saboya Pires de Castro (OAB: 24156/CE).Apelado: Bradesco Auto Re Companhia de Seguros S.A. Advogado: Joaquim Cabral de Melo Neto (OAB: 24196/CE).Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA.SEGURO DPVAT.PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM REJEITADA.PROPORCIONALIDADE DO DANO.GRADAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO.LAUDO MÉDICO DO ÓRGÃO OFICIAL.MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO.RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.**1.A preliminar arguida pela empresa seguradora recorrente de ilegitimidade passiva não merece prosperar. Observa-se que a Lei nº 6.194/74, com as modificações posteriores, trata de consórcio de seguradoras. E assim o sendo, faculta ao beneficiário a escolha por qualquer uma das seguradoras consorciadas. REJEITO a preliminar de ilegitimidade passiva.2.Do mérito.2.1 O entendimento já consolidado desta Câmara é no sentido de que o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade, pois o legislador cuidou de estabelecer uma gradação ao valor indenizatório em caso de invalidez permanente, igualando referido valor ao do evento morte somente quando em sua gradação máxima. Precedentes do STJ.2.2 Quanto ao incidente de inconstitucionalidade suscitado pelo apelante, este não poderá ser julgado procedente, tendo em vista o julgamento de improcedência da ADI 4627 pelo Supremo Tribunal Federal, declarando, desta forma, a constitucionalidade da Medida Provisória de nº 451/2009, convertida na Lei nº 11.945/2009, cancelando, assim, a possibilidade de pagamento do seguro DPVAT de forma proporcional ao grau da invalidez suportada pelo segurado.2.3 A sentença ao julgar improcedente o pleito da complementação do pagamento do seguro DPVAT, incorreu em equívoco, eis que o exame de corpo de delito, realizado pela Perícia Forense do Estado do Ceará-PEFOCE, foi claro ao afirmar que houve a debilidade permanente da função do braço esquerdo da vítima, bem como deformidade estética em seu ombro esquerdo, laudo este constante à fl.28 dos fólios.2.4 RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.SENTENÇA REFORMADA PARA MAJORAR O VALOR INDENIZATÓRIO CONCEDIDO PELA JUÍZO MONOCRÁTICO, OBSERVANDO A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE NO PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT, MAJORANDO-SE A QUANTIA PARA O VALOR DE R\$ 9.450,00 (NOVE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS), DEDUZINDO-SE OS VALORES JÁ DEVIDAMENTE PAGOS AO SEGURADO.2.5 OS JUROS MORATÓRIOS DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS DEVERÃO INCIDIR A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO, CONFORME ENUNCIADO DA SÚMULA Nº.426 DO STJ ("Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação".2.6 A correção monetária incidirá a contar do evento danoso. Precedentes STJ.2.7 Condenação em honorários no patamar de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. 2.8 Recurso conhecido e parcialmente provido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, conhecer do recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 3 de dezembro de 2014 CLÉCIO AGUIAR DE MAGALHÃES Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator Total de feitos: 1

MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº.27144927-4, CPF nº. 026.459.767-27, residente e domiciliado na Localidade de Espacinha, nº. S/N, Bairro Zona Rural, Nova Russas/CE, CEP: 62.200-000, por intermédio dos seus advogados devidamente constituídos, procuração anexa, vem, mui respeitosamente, à presença Vossa Excelência, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR**, em desfavor da **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privado regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sob o Código FIP nº. 05312, CNPJ nº. 92.682.038/0001-00, com endereço na Avenida Desembargador Moreira, nº. 1250, Aldeota, Fortaleza/CE, CEP 60.170-001, pelos fatos e fundamentos que se seguem, para ao final requerer:

RUA SÃO PAULO - Nº 32 - 2º ANDAR - SALA 204 - BAIRRO CENTRO - CEP: 60.030-100 - FORTALEZA/CE

Tels.: (85) 3022-0470 / (85) 9963-8013 / (85) 8636-3030 / (85) 8853-0069

E-mails: brunop.brandao@yahoo.com.br thiago_cs@hotmail.com marcelobrandao@hotmail.com

SABOYA & BRANDÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS

1 – DA JUSTIÇA GRATUITA

Ante a fragilidade financeira em que se encontra a família do Requerente em função da sua modesta renda, requer os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA em virtude de ser pobre na forma da lei, nos termos da declaração anexa, possibilidade esta prevista no Art. 4º, *caput*, da Lei nº 1.060/50, não podendo, portanto, arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, tudo consoante com os mandamentos insertos na lei já referida, bem como pelo art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal/88, pelo que desde já assumem estes causídicos o patrocínio da causa.

2 – DOS FATOS

Conforme narra o boletim de ocorrência anexo, a Requerente foi vítima de acidente de trânsito no dia 24/10/2012, lesionando-se gravemente.

Posteriormente ao fatídico acontecimento, a Requerente foi socorrida para um Hospital, onde foi realizado o tratamento médico necessário para minorar-lhe os danos suportados, bem como onde foi submetido a procedimento cirúrgico para fixação dos ossos quebrados.

Ao ser periciado, conforme RELATÓRIO MÉDICO, anexo, foi inquestionavelmente constatada a **INVALIDEZ PERMANENTE** da Requerente, oportunidade em que os peritos concluíram o que o mesmo apresenta: **“TRAUMA EM OMBRO DIREITO (LUXAÇÃO) E JOELHO DIREITO (FRATURA DO PLATO TIBIAL DIREITO)”**.

Com isso, Excelência, após conclusão do tratamento médico e a devida alta definitiva, ciente da existência do seguro obrigatório DPVAT, legalmente estabelecido pela Lei nº. 6.194, de 19 de dezembro de 1974, o Requerente encaminhou o pedido administrativo perante a Requerida, a fim de receber os valores definidos na aludida lei federal, vigente a época do fato, uma vez que foi constatada sua invalidez na via administrativa em virtude das sequelas oriundas do grave acidente.

A invalidez do Requerente foi prontamente reconhecida pela seguradora na via administrativa, uma vez que lhe foi paga a quantia de R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Resta por demais demonstrado nos presentes autos a inquestionável invalidez permanente do Autor, motivo pelo qual não houve a escusa do pagamento na via administrativa.

Desta forma, incontroverso a invalidez permanente do Autor, sendo questionado, nesta oportunidade, a **ILEGALIDADE** cometida quando do pagamento a menor realizado na via administrativa.

Tal prática posta em efeito pela Ré é, além de ilegal, claramente abusiva, motivo este que se torna necessária à intervenção deste Juízo para resolução da presente lide nos termos que se seguem.

RUA SÃO PAULO - Nº 32 - 2º ANDAR - SALA 204 - BAIRRO CENTRO - CEP: 60.030-100 - FORTALEZA/CE

Tels.: (85) 3022-0470 / (85) 9963-8013 / (85) 8636-3030 / (85) 8853-0069

E-mails: brunop.brandao@yahoo.com.br thiago_cs@hotmail.com marcelobrandao@hotmail.com

SABOYA & BRANDÃO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

3 – DA COMPETÊNCIA PARA JULGAR O FEITO

O presente processo refere-se a ação de cobrança de complementação do seguro obrigatório – DPVAT, através do qual pretende o Autor receber os valores remanescentes não pagos na esfera administrativa, uma vez que o pagamento inicial fora efetuado pela parte adversa em total afronta aos mandamentos legais.

Embasado em norma expressa contida no Código Buzaid, promovente interpôs a ação na Comarca de Fortaleza sob o rito sumário, nos termos do Art. 275, II, “e”, podendo o mesmo fazer-se representar por preposto com poderes para transigir.

A opção por ajuizar a demanda no domicílio do Réu, é amparada pelo Código de Processo Civil, precisamente no art. 94, c/c art. 100, onde pretende o agravante manter essa escolha por representar sua vontade efetiva na tramitação da lide no Foro da Comarca de Fortaleza/CE, a seguir transcrito:

Art. 94. A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu.

§ 1º Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.

Art. 100. É competente o foro:

(...)

IV - do lugar:

a) onde está a sede, para a ação em que for ré a pessoa jurídica;

b) onde se acha a agência ou sucursal, quanto às obrigações que ela contraiu;

Nesse sentido, pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO ALVEJADO QUE, DE OFÍCIO, DECLINA DA COMPETÊNCIA PARA COMARCA DIVERSA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 33/STJ. DEMANDA DE NATUREZA PESSOAL. COMPETÊNCIA DO FORO DO DOMICÍLIO DO RÉU. ART. 94, *CAPUT*, E ART. 100, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA ANULAR O ACÓRDÃO RECORRIDO.

1. O foro competente para o ajuizamento da ação não é definido ao nuto do julgador, mas sim em conformidade com as regras de fixação e prorrogação de competência entabuladas na Lei Instrumental.

SABOYA & BRANDÃO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

2. "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício" (Súmula 33/STJ).

3. A demanda objetivando o recebimento do seguro DPVAT é de natureza pessoal, implicando a competência do foro do domicílio do réu. Além disso, a regra contida no art. 100 do CPC é mera faculdade que visa a facilitar o acesso à Justiça.

4. Recurso especial provido.

(STJ, REsp 1059330 / RJ, Quarta Turma, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, publicado no DJ em 15/12/2008)

Corroborando o entendimento supra tem-se ainda recente julgado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o qual prevê o seguinte, *in verbis*:

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. **DPVAT**. COMPETÊNCIA DE NATUREZA RELATIVA. SÚMULA 33 DO STJ. ESCOLHA DO FORO PELO AUTOR (ART. 94, CAPUT C/C ART. 100 § ÚNICO, AMBOS DO CPC). VEDAÇÃO DA DECLINATÓRIA EX OFFICIO. PRECEDENTES DO STJ E TJ/CE. 1.O cerne da questão diz respeito à definição da competência para processar e julgar ação de cobrança de seguro **DPVAT**. 2.Para a solução da lide é imprescindível empregar a regra estabelecida nos arts. 94 e 100 do Código de Processo Civil. Pela análise dos dois dispositivos, cabe ao autor fazer uma escolha quanto ao lugar que ajuizará a ação: no foro de seu domicílio, no local do acidente ou ainda no foro do domicílio do réu. 3.o Colendo Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que na cobrança dos danos decorrentes de acidente de trânsito, cabe ao autor escolher o lugar do ajuizamento da ação, quais sejam, foro do seu domicílio, no foro do domicílio do réu ou ainda no foro do local do acidente 4. Houve desatenção à Súmula nº 33 do Superior Tribunal de Justiça, pois é vedado ao magistrado declarar de ofício sua incompetência territorial, tendo em vista ser de natureza relativa e depender de provocação da parte contrária, por meio de exceção. 3.Recurso conhecido e provido. **Data de registro:** 03/08/2011. **Órgão julgador:** 5ª Câmara Cível. **Comarca:** Fortaleza. **Relator (a):** CLÉCIO AGUIAR DE MAGALHÃES. **Agravo de Instrumento 7249554201080600000**

Logo, verificamos ser expressamente possível o manejo da ação de cobrança no presente foro, o que se verifica claramente no caso concreto, haja vista a promovida ter domicílio na Comarca de Fortaleza/CE.

4 – DO DIREITO

4.1 – DA NECESSÁRIA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO DO SEGURO

OBRIGATÓRIO DPVAT

A Lei 6.194/74, Art. 3º, “b”, que institui no ordenamento jurídico o seguro DPVAT, possui um CARÁTER EMINENTEMENTE SOCIAL, finalidade esta que deve sempre nortear sua aplicação, sob pena de tornar-se ineficiente.

RUA SÃO PAULO - Nº 32 - 2º ANDAR - SALA 204 - BAIRRO CENTRO - CEP: 60.030-100 - FORTALEZA/CE

Tels.: (85) 3022-0470 / (85) 9963-8013 / (85) 8636-3030 / (85) 8853-0069

E-mails: brunop.brandao@yahoo.com.br thiago_cs@hotmail.com marcelobrandao@hotmail.com

SABOYA & BRANDÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS

Assim, visando garantir às infortunadas vítimas de trânsito uma indenização justa e capaz de custear um tratamento digno, bem como uma indenização que não perdesse seu valor com o passar dos anos, o legislador originário estabeleceu (Lei 6.194/74, Art. 3º, “b”) que o valor da indenização do seguro DPVAT, para os casos de invalidez permanente, deveria corresponder a 40 salários mínimos, conforme abaixo se transcreve:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

b) - Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente; ...” (grifo nosso)

Mais ainda, estabeleceu que o pagamento da indenização estaria vinculado somente à “simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa”, bem como que seria calculado com base no valor do salário mínimo vigente à “época da liquidação do sinistro”, nos termos do art. 5º, §1º, que estabelecia o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos; (grifos nossos)

Referida criação legislativa ocasionada pelo anseio social, foi alvo de reconhecimento e aplausos, sendo aplicada desde então, por mais de três décadas, garantindo àquelas infortunadas vítimas um restabelecimento condizente com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Da mesma forma, a lei social do seguro DPVAT não fez qualquer distinção entre o grau da invalidez das vítimas de acidente, não possuindo qualquer das seguradoras autonomia para graduarem o que a lei não estabeleceu, tese esta que foi plenamente aceita perante o Poder Judiciário brasileiro.

Com isso, uma vez comprovada a existência do acidente de trânsito acima narrado, bem como das lesões suportadas pelo Autor oriundas do referido acidente, outra opção não restava à seguradora a não ser o pagamento do Seguro Obrigatório – DPVAT.

Entretanto, Excelências, em virtude da ganância das minorias abastadas que assolam nosso país e que visam exclusivamente o alto lucro, a Lei nº 6.194/74 passou por duas drásticas mudanças nos últimos anos, ocasionadas por duas nefastas Medidas Provisórias, posteriormente convertidas em Lei, que ceifaram a finalidade social do seguro DPVAT e visaram garantir ainda mais a desigualdade social e a concentração da renda em poder dos grandes grupos econômicos que operam junto ao seguro DPVAT.

Com a promulgação das MP’s nº 340/2006 e 451/2008, posteriormente convertidas nas Leis nº 11.482/2007 e 11.945/2009 (vigente), respectivamente, as quais, deturbam a verdadeira essência da Lei 6.194/74, reduziram-se, de forma drástica e totalmente abusiva, os valores a serem recebidos pelas infortunadas vítimas de acidente de

RUA SÃO PAULO - Nº 32 - 2º ANDAR - SALA 204 - BAIRRO CENTRO - CEP: 60.030-100 - FORTALEZA/CE

Tels.: (85) 3022-0470 / (85) 9963-8013 / (85) 8636-3030 / (85) 8853-0069

E-mails: brunop.brandao@yahoo.com.br thiago_cs@hotmail.com marcelobrandao@hotmail.com

SABOYA & BRANDÃO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

trânsito, realizando-se, ainda, um “tabelamento” do corpo humano, onde cada membro possui um valor ínfimo e sem ter por base sequer a sua utilização pelo indivíduo.

Acontece Exa. que, mesmo diante dos absurdos cometidos quando da promulgação da Lei 11.945/09, apesar das reduções das indenizações a serem pagas às vítimas de acidentes de trânsito, inúmeras ilegalidades são cometidas pela Seguradora, uma vez que, diante de mencionadas circunstâncias e determinações legais, esta continua pagando valores abaixo aos determinados por lei às vítimas, motivo ensejador da presente demanda.

4.2 DA CORRETA APLICAÇÃO DA TABELA IMPLANTADA PELA LEI 11.945/09

Em que pese os argumentos supracitados acerca da proporcionalidade da invalidez, nos ditames estabelecidos pela Lei 11.945/09, outro aspecto merece ser esclarecido, qual seja, sua correta aplicação.

No caso em comento, como visto na sinopse fática, o acidente acarretou à vítima, ora Requerente, “**TRAUMA EM OMBRO DIREITO (LUXAÇÃO) E JOELHO DIREITO (FRATURA DO PLATO TIBIAL DIREITO)**”

Ocorre, Vossa Excelência, que ao realizar a quantificação da invalidez sofrida pelo Requerente, a Seguradora sequer utilizou-se dos valores insertos na tabela, agindo de forma arbitrária e absurda quando do pagamento da indenização, gerando, assim, ao promovente o direito de pleitear em juízo a complementação do valor indenizatório lhe devido, desobedecendo inclusive as determinações emanadas pelo Superior Tribunal de Justiça que, através da súmula 474, informa que o pagamento efetuado administrativamente deverá ser realizado em conformidade com a invalidez da vítima, senão vejamos:

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. Súmula 474, STJ.

É imperioso ressaltar, ínclito Julgador, que mesmo restringindo e retrocedendo a finalidade social da lei com o arrefecimento dos valores das indenizações, os valores cobrados aos proprietários de veículos automotores nos últimos anos tiveram majoração exorbitante, chegando ao patamar de **333,34% (trezentos e trinta e três por cento)** para os proprietários de motocicleta, e **218,19% (duzentos e dezoito por cento)** para os proprietários de automóveis, conforme demonstrado na tabela abaixo:

CATEGORIA	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2015	AUMENTO APROXIMADO
AUTOMOVEI OU CAMIONETA PARTICULAR	R\$ 48,42	R\$ 76,37	R\$ 84,87	R\$ 84,87	R\$ 93,87	R\$ 93,87	R\$105,65	218,19%
AUTOMOVEI OU CAMIONETA ALUGUEL/APRENDIZAGEM	R\$ 48,42	R\$ 76,37	R\$ 84,87	R\$ 84,87	R\$ 93,87	R\$ 93,87	R\$105,65	218,19%
MICRO-ÔNIBUS OU ÔNIBUS PARTICULAR	R\$ 166,39	R\$289,91	R\$289,91	R\$258,25	R\$215,37	R\$215,37	R\$396,49	238,28%
MOTOCICLETA	R\$ 87,60	R\$138,17	R\$184,54	R\$255,13	R\$259,04	R\$259,04		333,34%

RUA SÃO PAULO - Nº 32 - 2º ANDAR - SALA 204 - BAIRRO CENTRO - CEP: 60.030-100 - FORTALEZA/CE

Tels.: (85) 3022-0470 / (85) 9963-8013 / (85) 8636-3030 / (85) 8853-0069

E-mails: brunop.brandao@yahoo.com.br thiago_cs@hotmail.com marcelobrandao@hotmail.com

SABOYA & BRANDÃO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

							R\$292,01	
CAMINHÃO, CAMINHONETE, TRATOR	R\$ 52,00	R\$ 82,01	R\$ 94,15	R\$ 94,15	R\$ 98,06	R\$ 98,06	R\$110,38	212,26%

Além do mais, ínclito Julgador, percebe-se que não há uma aplicação criteriosa da tabela no pagamento dos seguros. Tal aspecto se mostra ainda mais latente quando se percebe que invalidez de graus diversos são indenizadas com valores iguais, repetitivos e costumeiros, a título de exemplo o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), 1.687,50 (hum seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Mencionados absurdos podem ser facilmente observados quando verificamos que **NO DECORRER DESTE ANO E ANTERIORES, RECONHECENDO OS ERROS ABSURDOS COMETIDOS QUANDO DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA VEM SENDO PROPOSTO PELA SEGURADORA LÍDER E DEMAIS SEGURADORAS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO DE SEGURADORAS DPVAT, DE FORMA EXTRAJUDICIAL OU JUNTAMENTE COM O PODER JUDICIÁRIO DOS ESTADOS DO PAÍS, AOS PATRONOS DOS REQUERENTES, A REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS E MUTIRÕES DPVAT ONDE, EM 90% (NOVENTA POR CENTO) DOS CASOS, É RECONHECIDO MENCIONADOS ERROS E REAJUSTADOS OS PAGAMENTOS, OS QUAIS AUMENTARAM EM CERCA DE 80% OS VALORES RECEBIDOS, O QUE COMPROVA OS ERROS E A ARBITRARIEDADE COMETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO.**

Além do mais, corroborando o entendimento acima explanado e ciente dos erros cometidos pelas Seguradoras, temos os recentes julgados do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, os quais garantem às vítimas de acidente de trânsito direito aos reais valores devidos em decorrência de suas debilidades, senão vejamos:

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃOS-5ª Câmara Cível Serviço de Recursos da 5ª Câmara EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0492643-81.2011.8.06.0001- Apelação.Apelante: Raimundo Nonato de Sousa Martins.Advogado: Bruno Pereira Brandão (OAB: 22013/CE).Advogado: Thiago Saboya Pires de Castro (OAB: 24156/CE).Apelado: Bradesco Auto Re Companhia de Seguros S.A.Advogado: Joaquim Cabral de Melo Neto (OAB: 24196/CE).Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE. **EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA.SEGURO DPVAT.PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM REJEITADA.PROPORCIONALIDADE DO DANO.GRADAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO.LAUDO MÉDICO DO ÓRGÃO OFICIAL.MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO.RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1.A preliminar arguida pela empresa seguradora recorrente de ilegitimidade passiva não merece prosperar.Observa-se que a Lei nº 6.194/74, com as modificações posteriores, trata de consórcio de seguradoras.E assim o sendo, faculta ao beneficiário a escolha por qualquer uma das seguradoras consorciadas.REJEITO a preliminar de ilegitimidade passiva.2.Do mérito.2.1 O entendimento já consolidado desta Câmara é no sentido de que o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade, pois o legislador cuidou de estabelecer uma gradação ao valor indenizatório em caso de invalidez permanente, igualando referido valor ao do evento morte somente quando em sua gradação máxima .Precedentes do STJ.2.2 Quanto ao incidente de inconstitucionalidade suscitado pelo apelante, este não poderá ser julgado procedente, tendo em vista o julgamento de improcedência da ADI 4627 pelo**

RUA SÃO PAULO - N° 32 - 2º ANDAR - SALA 204 - BAIRRO CENTRO - CEP: 60.030-100 - FORTALEZA/CE

Tels.: (85) 3022-0470 / (85) 9963-8013 / (85) 8636-3030 / (85) 8853-0069

E-mails: brunop.brandao@yahoo.com.br thiago_cs@hotmail.com marcelobrandao@hotmail.com

SABOYA & BRANDÃO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Supremo Tribunal Federal, declarando, desta forma, a constitucionalidade da Medida Provisória de nº 451/2009, convertida na Lei nº 11.945/2009, cancelando, assim, a possibilidade de pagamento do seguro DPVAT de forma proporcional ao grau da invalidez suportada pelo segurado.2.3 A sentença ao julgar improcedente o pleito da complementação do pagamento do seguro DPVAT, incorreu em equívoco, eis que o exame de corpo de delito, realizado pela Perícia Forense do Estado do Ceará-PEFOCE, foi claro ao afirmar que houve a debilidade permanente da função do braço esquerdo da vítima, bem como deformidade estética em seu ombro esquerdo, laudo este constante à fl.28 dos fólios.2.4 RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.SENTENÇA REFORMADA PARA MAJORAR O VALOR INDENIZATÓRIO CONCEDIDO PELA JUÍZO MONOCRÁTICO, OBSERVANDO A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE NO PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT, MAJORANDO-SE A QUANTIA PARA O VALOR DE R\$ 9.450,00 (NOVE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS), DEDUZINDO-SE OS VALORES JÁ DEVIDAMENTE PAGOS AO SEGURADO.2.5 OS JUROS MORATÓRIOS DE 1% (UM POR CENTO) AO MÊS DEVERÃO INCINDIR A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO, CONFORME ENUNCIADO DA SÚMULA Nº.426 DO STJ ("Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação").2.6 A correção monetária incidirá a contar do evento danoso.Precedentes STJ.2.7 Condenação em honorários no patamar de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. 2.8 Recurso conhecido e parcialmente provido.ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, conhecer do recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator. Fortaleza, 3 de dezembro de 2014 CLÉCIO AGUIAR DE MAGALHÃES Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator Total de feitos: 1

EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO-5ª Câmara Cível Serviço de Recursos da 5ª Câmara EMENTA E CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO

0905746-56.2012.8.06.0001- Apelação. Apelante: Joana Darc Alves Rodrigues.Advogado: Cicero Cordeiro Furtuna (OAB: 22014/CE).Apelado: Companhia Excelsior de Seguros S/A.Advogado: Joaquim Cabral de Melo Neto (OAB: 24196/CE). Advogado: Carlos Robson Nogueira Lima Filho (OAB: 21231/CE).Relator(a): CARLOS ALBERTO MENDES FORTE.EMENTA: CIVIL E PROCESSO CIVIL.AÇÃO DE COBRANÇA.COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT.PROPORCIONALIDADE DO DANO.GRADAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO.LAUDO MÉDICO DO ÓRGÃO OFICIAL.MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.1.Aplica-se ao sinistro datado de maio de 2011 a lei vigente à época do acontecimento, ou seja, a Lei nº 11.945/09, de 04 de junho do citado ano, a qual dispôs em seu artigo 32: A Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passa a vigorar acrescida da tabela anexa a esta Lei.2.É pacífico, nesta Câmara de julgamento, o entendimento quanto a obediência à uma tabela que fixa valores para a limitação de pagamento securitário, desde que a mesma esteja prevista na própria norma.3.O entendimento já consolidado desta Câmara é no sentido de que o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade, pois o legislador cuidou de estabelecer uma gradação ao valor indenizatório em caso de invalidez permanente, igualando referido valor ao do evento morte somente quando em sua gradação máxima.Precedentes do STJ.4.Compulsando os autos, verifica-se o exame de corpo delito exarado pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social de Quixeramobim/CE, atestando que a apelante sofreu debilidade permanente no ombro esquerdo, porém, não se caracteriza a perda integral da capacidade funcional, devendo, portanto, corresponder a uma proporcionalidade da indenização, aplicando-se percentual reduzido referente ao valor máximo da cobertura do seguro.5. DESSA MANEIRA, RESTA EVIDENCIADO O EQUÍVOCO DA SENTENÇA, QUE JULGOU IMPROCEDENTE O PEDIDO AUTURAL DE COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA.6.É CERTO QUE O VALOR CONCEDIDO AO SEGURADO NÃO DEVE SER ATRIBUÍDO EM SUA INTEGRALIDADE, POIS DEVE HAVER A REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO, CORRESPONDENDO A 70% (SETENTA POR CENTO) DO VALOR PREVISTO NO ART.3º, II, DA LEI APLICÁVEL À MATÉRIA, OU SEJA, R\$

RUA SÃO PAULO - Nº 32 - 2º ANDAR - SALA 204 - BAIRRO CENTRO - CEP: 60.030-100 - FORTALEZA/CE

Tels.: (85) 3022-0470 / (85) 9963-8013 / (85) 8636-3030 / (85) 8853-0069

E-mails: brunop.brandao@yahoo.com.br thiago_cs@hotmail.com marcelobrandao@hotmail.com

SABOYA & BRANDÃO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

9.450,00 (NOVE MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS), DO QUAL DEVE SER DESCONTADO O MONTANTE DE R\$ 2.531,25 (DOIS MIL QUINHENTOS E TRINTA E UM REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS), POIS JÁ EFETUADO PELA SEGURADORA NA VIA ADMINISTRATIVA, PERFAZENDO A QUANTIA REMANESCENTE DE R\$ 6.918,75 (SEIS MIL NOVECENTOS E DEZOITO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS), ACRESCIDO DE JUROS MORATÓRIOS, CONTADOS A PARTIR DA DATA DA CITACÃO, CONFORME ENUNCIADO DA SUMULA Nº.426 DO STJ ("Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação"), bem como correção monetária pelo índice INPC, a contar do pagamento securitário incompleto 7. Recurso conhecido e parcialmente provido. Sentença reformada. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, conhecer do recurso, para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator. **Fortaleza, 03 de dezembro de 2014 CLÉCIO AGUIAR DE MAGALHÃES Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR CARLOS ALBERTO MENDES FORTE Relator Total de feitos: 1**

DESPACHOS-4ª Câmara Cível Serviço de Recursos da 4ª Câmara DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0199368-28.2012.8.06.0001- Apelação Cível-Fortaleza-Apelante: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A- Apelado: Danilo Oliveira de Sousa- **DISPOSITIVO POR TAIS RAZÕES, EM FACE DO FIRME POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL A RESPEITO DA MATÉRIA, COM ESTEIO NAS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO ART.557 DO CPC, REJEITO AS PRELIMINARES SUSCITADAS NA APELAÇÃO E CONHEÇO DO RECURSO INTERPOSTO PARA, MONOCRATICAMENTE, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, CONDENANDO O BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS S/A.AO PAGAMENTO DA FRAÇÃO DE 50% DO VALOR MÁXIMO PREVISTO NO ART.3º, "B" DA LEI Nº 6.194/74, MODIFICADA PELA LEI Nº 11.482/2007 E PELA LEI Nº 11.945/2009, REDAÇÃO VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO, SENDO OS JUROS DE MORA DEVIDOS A PARTIR DA CITACÃO VÁLIDA E CORREÇÃO MONETÁRIA A SER FEITA DESDE O EVENTO DANOSO.DESCONTADO DESTE PERCENTUAL A QUANTIA JÁ DEVIDAMENTE PAGA NA VIA ADMINISTRATIVA.HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS A BASE DE 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENACÃO.** Expedientes Necessários. **Fortaleza, 19 de fevereiro de 2014.DESEMBARGADORA MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE Relatora-Advs: Carlos Robson Nogueira Lima Filho (OAB: 21231/CE)-Rostand Inacio dos Santos (OAB: 22718/PE)-Bruno Pereira Brandão (OAB: 22013/CE)**

Nota-se, Vossa Excelência, que a Seguradora, agindo de forma totalmente contrária aos ditames legais, bem como contrária aos julgados proferidos pelos Superiores Tribunais, acima dispostos e, mesmo da **contatada invalidez do requerente para desempenho de sua profissão habitual**, pagou na via administrativa, a ínfima quantia de **R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, correspondendo a aproximadamente **12,5% (doze vírgula cinco por cento)** do limite estabelecido pela Lei nº 11.945/2009, qual seja, de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Desta forma, diante dos erros, dos atos arbitrários e abusivos praticados pela seguradora, requer correta aplicação da Lei 11.945/09, no sentido de que, ao Requerente, seja garantido o pagamento do valor legalmente lhe devido dentro do percentual de sua invalidez a qual, reitere-se, resta devidamente comprovada nos presentes autos.

RUA SÃO PAULO - Nº 32 - 2º ANDAR - SALA 204 - BAIRRO CENTRO - CEP: 60.030-100 - FORTALEZA/CE

Tels.: (85) 3022-0470 / (85) 9963-8013 / (85) 8636-3030 / (85) 8853-0069

E-mails: brunop.brandao@yahoo.com.br thiago_cs@hotmail.com marcelobrandao@hotmail.com

SABOYA & BRANDÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS

5 – DO PEDIDO LIMINAR

Aduz o Art. 355, do Código de Processo Civil, o seguinte:

Art. 355 - O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder.

Art. 358 - O juiz não admitirá a recusa:

I - se o requerido tiver obrigação legal de exhibir; (...)

III - se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.

A presente medida se faz claramente necessária ante o caráter eminentemente social do seguro obrigatório, bem como para corroborar os fatos ora apresentados e chegar-se a verdade precisa de quais valores já foram parcialmente recebidos pela Autora.

Além do mais, acaso deferido o presente pedido de liminar, nenhum prejuízo será causado a parte promovida, posto o presente pedido não espelhar decisão meritória, e portanto, nem em uma interpretação por demais restritiva, não possui caráter de irreversibilidade.

Ex positis, requer inicialmente a parte Autora que Vossa Excelência conceda a liminar acima pleiteada, com o fim de que seja determinado que a parte Requerida apresente cópia integral do processo administrativo que tramitou em favor do Requerente, até a audiência conciliatória a ser designada por este íncrito Juízo, a fim de que se possa verificar os valores já recebidos, bem como os valores que restam para receber, em virtude da possibilidade e amplo acesso pela Requerida ao sistema “MEGA DATA”, sob pena de multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo em favor do Autor.

6 - DOS PEDIDOS FINAIS

Ante todo o exposto, vem a parte Requerente pugnar pelos seguintes pedidos:

1. Deferimento da justiça gratuita (declaração anexa), bem como a inversão do ônus da prova, nos termos do Art. 3º, §2º, e Art. 6º, VIII, do CDC, haja vista a incontroversa incidência deste diploma legal ao presente caso;
2. O **deferimento da medida liminar** acima pleiteada para que a parte promovida apresente até a audiência conciliatória a ser designada por V. Exa., toda e qualquer documentação acerca do processo administrativo que tramitou em favor do Requerente, sob pena de pagamento de multa diária no valor de 01 (um) salário mínimo em favor do Autor;
3. Designação de audiência conciliatória no prazo máximo legal, com a consequente citação da parte Requerida para comparecer ao referido ato e, em caso de impossibilidade de acordo, apresentar defesa na própria audiência, sob pena das cominações;

RUA SÃO PAULO - Nº 32 - 2º ANDAR - SALA 204 - BAIRRO CENTRO - CEP: 60.030-100 - FORTALEZA/CE

Tels.: (85) 3022-0470 / (85) 9963-8013 / (85) 8636-3030 / (85) 8853-0069

E-mails: brunop.brandao@yahoo.com.br thiago_cs@hotmail.com marcelobrandao@hotmail.com

SABOYA & BRANDÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS

4. Julgamento procedente do presente feito em todos os seus termos, condenando a Promovida ao pagamento do valor remanescente a que tem direito a parte Autora, qual seja, **R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, ou **SUBSIDIARIAMENTE, que seja avaliado o grau de invalidez do requerente, através de perícia médica, e posteriormente, utilizado os reais percentuais de invalidez para cálculo da indenização devida ao mesmo, tudo nos conformes determinados pela tabela implementada pela Lei 11.945/2009,** devendo, em todo caso, o valor ser regularmente corrigido desde o inadimplemento da Ré;
5. Condenação da Requerida ao pagamento das custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação;
6. Protesta alegar por todos meios de provas produzidos admitidos em direito;

Dá-se à causa o valor de **R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**.

Nestes termos,
Pede Deferimento.
Fortaleza/CE, 10 de fevereiro de 2016.

Bruno Pereira Brandão
OAB/CE 22.013

Thiago Saboya Pires de Castro
OAB/CE 24.156

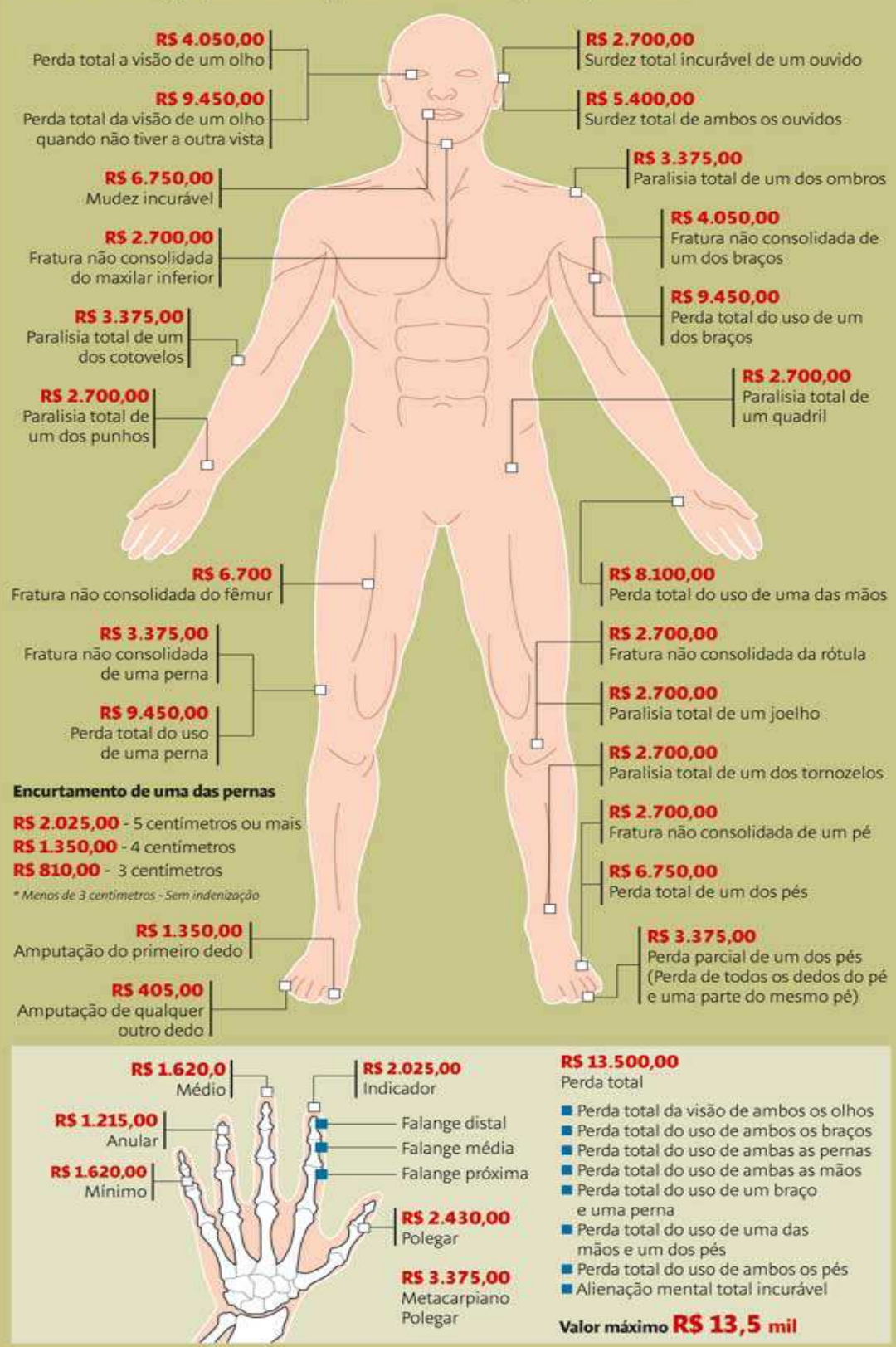
Marcelo Pereira Brandão
OAB/CE 26.103

SABOYA & BRANDÃO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Preço da invalidez

Tabela de indenização para invalidez permanente total ou parcial por acidente



RUA SÃO PAULO - N° 32 - 2° ANDAR - SALA 204 - BAIRRO CENTRO - CEP: 60.030-100 - FORTALEZA/CE

Tels.: (85) 3022-0470 / (85) 9963-8013 / (85) 8636-3030 / (85) 8853-0069

E-mails: brunop.brandao@yahoo.com.br thiago_cs@hotmail.com marcelobrandao@hotmail.com

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE	MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA		
Nacionalidade	BRASILEIRO	Natural	— x —
Estado Civil	SOLTEIRO	RG nº	27.144.927-4
Profissão	AGRICULTOR	CPF nº	026.459.767-27
Endereço	LOC. DE ESPACINHA, SIN		
Bairro	ZONA RURAL	CEP	62.200-000
Município/UF	N. Jussara/CE		

OUTORGADOS: **BRUNO PEREIRA BRANDÃO**, brasileiro, solteiro, advogado devidamente inscrito na OAB-CE sob o nº 22.013, **THIAGO SABOYA PIRES DE CASTRO**, brasileiro, solteiro, advogado devidamente inscrito na OAB-CE sob o nº 24.156 e **MARCELO PEREIRA BRANDÃO**, brasileiro, solteiro, advogado devidamente inscrito na OAB-CE sob o nº 24.156 todos com endereço profissional para receber intimações na Rua São Paulo – nº 32 – 7º Andar – Sala 705 – Bairro Centro – CEP: 60.030-100 – Fortaleza/CE, Tel.: (85) 8831-8547/ (85) 9963-8013 / (85) 8708-0184 (85) 3022-0470.

PODERES: Os poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad judicium” e “et extra”, a fim de que, possa defender os interesses e direitos da outorgante perante Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que a outorgante seja autora ou reclamante, defendendo-a quando for réu, interessada ou requerida, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, recorrer, receber e dar quitação de quaisquer valores, firmar compromisso, podendo ainda substabelecer o presente com ou sem reservas de poderes, bem como destituir advogado(s), se assim lhe convier, praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Fortaleza/CE, 30 de JANEIRO de 2016

Manuel Bezerra de Oliveira
OUTORGANTE

DECLARAÇÃO

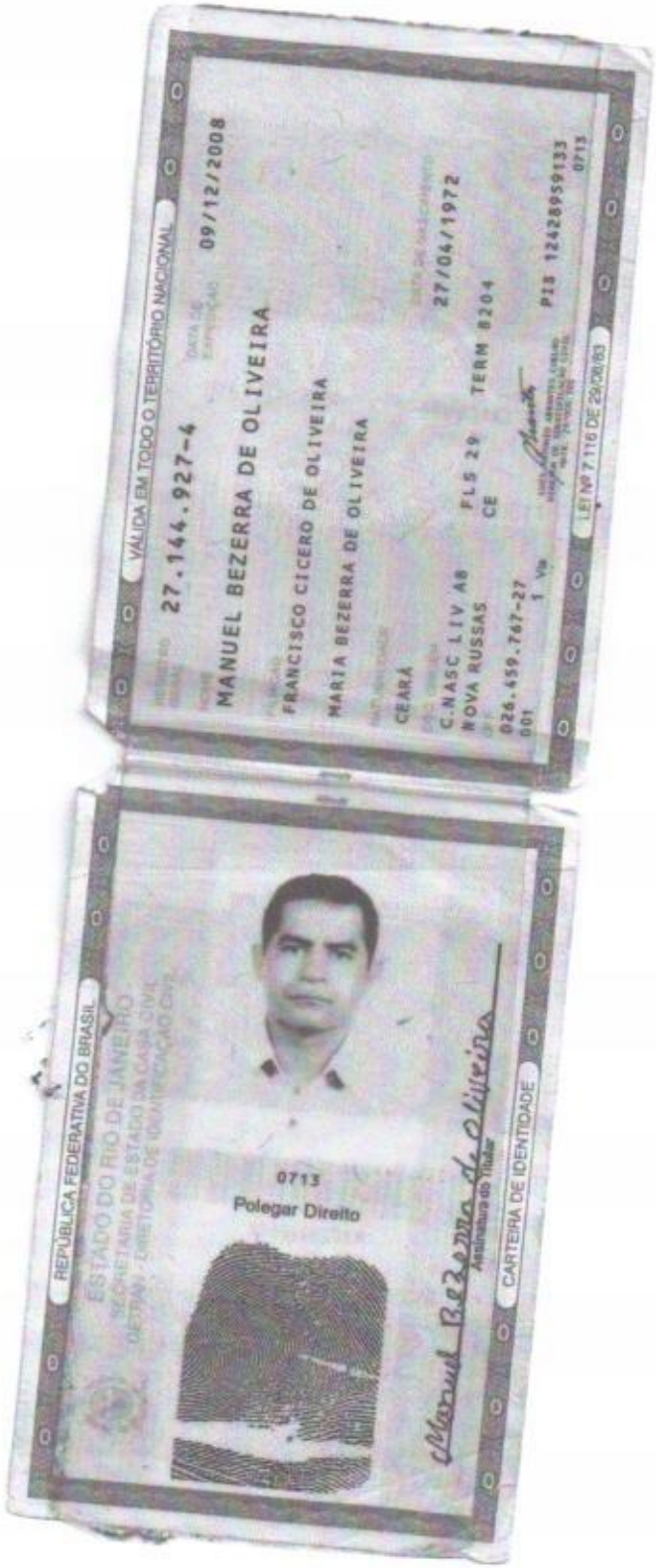
OUTORGANTE	MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA		
Nacionalidade	BRASILEIRO	Natural	
Estado Civil	SOLTEIRO	RG nº	27.144.927-4
Profissão	AGRICULTOR	CPF nº	026.459.767.27
Endereço	LOC. DE ESPACINHA, SIN		
Bairro	ZONA RURAL	CEP	62.200-000
Município/UF	N. RUSSAS/CE		

DECLARO, para os devidos fins de direito e sob as penas legais, que sou pobre na forma da lei, não possuindo condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família, nos termos do Art. 5º, LXXIV, bem como de acordo com os mandamentos previstos na Lei nº 1.060/50.

Fortaleza/CE, 30 de JANEIRO de 2016

Manuel Bezerra de Oliveira

DECLARANTE



Declaração

Eu MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRADeclaro que resido na Rua (localidade) LOC. DE ESPACINHA, S/NBairro ZONA RURALCidade de N. RUSSAS, CECEP 62 200-000Nova Russas, 30 de JANEIRO 2016Manuel Bezerra de Oliveira

SINISTRO 2013.239942
VALOR 1687,50
DIA 28.05.2013

480327

~~COPIA~~
COPIA

fls. 17



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
15ª DRPC/ DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE NOVA RUSSAS-CE
TELEFONES: (88) 3672.6102



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL - Nº 1927/2012

Nova Russas- CE, 29-11-2012.

NOME:

MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA

CARTEIRA DE IDENTIDADE(RG) nº:

C. P. F. Nº:

27.144.927-4 SSP/CE

026.459.767-27

FILIAÇÃO: FRANCISCO CÍCERO DE OLIVEIRA E MARIA BEZERRA DE OLIVEIRA

ENDEREÇO: LOCALIDADE DE ESPACINHA, NOVA RUSSAS/CE

FONE: (88)9267-3882

NATUREZA DA OCORRÊNCIA:

ACIDENTE DE TRÂNSITO

LOCAL DA OCORRÊNCIA:

DEPOIS DA FAZENDA DIOGO, PROXIMO A LOCALIDADE DE ESPACINHA, NOVA RUSSAS/CE

HISTÓRICO: Informa o registrante que no dia 24/10/2012 por volta de 12h30 conduzia **UMA MOTOCICLETA HONDA/CG 125 FAH, PLACA: NQM 0261, COR: PRETA, ANO/MODELO: 2008, CHASSI: 9C2JC30708R687999, LICENCIADA EM NOME DE FRANCILDO DOS SANTOS BEZERRA**, juntamente com sua esposa ELIZANGELA DE OLIVEIRA SILVA na garupa e ao trafegar no endereço acima citado, quando ao tentar realizar uma curva, o mesmo foi surpreendido por um veículo que trafegava em sua direção; Que ao tentar reduzir a velocidade para desviar do citado veículo, já não havia mais tempo de evitar a colisão, oportunidade em que o registrante veio a perder o total controle de sua motocicleta; Que neste momento o registrante juntamente com sua esposa vieram a cair ao solo; Que foram socorridos por um popular que os levaram para hospital desta cidade/Ce, onde recebeu os primeiros atendimentos médicos e ficaram evidenciados os traumas decorrentes do acidente ora registrado, como consta no boletim de primeiro atendimento em anexo; Que podem testemunhar sobre o acidente ora registrado, as pessoas de ANTONIO JAIR DE SOUSA FERREIRA E MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA. E nada mais disse.

Ass. / comunicante:

Manuel Bezerra de Oliveira
Registrante

Antonio Jair de Sousa Ferreira
ANTONIO JAIR DE SOUSA FERREIRA

Lenice Maria de Oliveira T. Leitão
LENICE MARIA DE OLIVEIRA T. LEITÃO

Ass. e identificação do responsável p/ registro:

Airton Rocha de Oliveira
AIRTON ROCHA DE OLIVEIRA
ESCRIVÃO DE POLÍCIA

As informações contidas neste Boletim de Ocorrência são de inteira responsabilidade do
queixoso, sendo ao mesmo informado que a comunicação de crime não ocorrido ou fato inexistente é crime
punitivo na forma da Lei (art. 339 e 340 do CPB).

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO PEREIRA BRANDÃO e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, liberado nos autos em 03/03/2016 às 20:50:33. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0117514-70.2016.8.06.0001 e código 1FB44AB.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS
SSM - SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE



BOLETIM DE ATENDIMENTO DE PACIENTE EXTREMO
27/11/92 7-4
O DO PACIENTE: 27/11/92

1. IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE: Nome: Wagner

Nome: W
Estado Civil:

Naturalisade

Naturalidade.

Faculdade

esidència:

Relação: W

injuce: DX

QUEIXA P

15

15

27517

HISTORIA A

/

11

053d

AMES SOLICIT

1

1

11/20/20

ASS. DO PACIO

ente por MAF

us.br/pastadig

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARCELO PEREIRA BRANDAO e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, liberado nos autos em 03/03/2016 às 20:59. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0117514-70.2016.8.06.0001 e código 1FB44AB.

FICHA DE REFERENCIA

Unidade de Origem: _____

Distrito Sanitário: _____

Município: _____

M. S. Oliveira
 M^a S. Oliveira
 Diretora Geral
 H. M. I. G. ROSA

Nome: _____ Prontuário Nº _____

Sexo: M ☐ F ☐ Data de Nascimento: 11/11/12 Ocupação: 11.11.11.11

Endereço: _____ Bairro: _____ Tel.: _____

Motivo do Encaminhamento: _____

Resultado de Exames _____

Consulta já Realizada: _____

Impressão Diagnóstica: _____

CRM 6278

Assinatura do Encaminhante - Nº Registro _____

Função _____

Data _____

Hora _____

AGENDAMENTO

Encaminhamento para atendimento: _____

Ambulatorial ☐Hospitalar ☐Auxílio Diagnóstico ☐

Procedimento: _____ Profissional: _____

Unidade de Referência: _____ Data: ____/____/____ Hora: ____:____

FICHA DE CONTRA - REFERÊNCIA (*)

Unidade de Referência: _____

Município: _____ Prontuário Nº _____

Alta: ____/____/____

Resumo: Clínico/Cirúrgico _____

Resultado de Exames: _____

Diagnóstico: Principal _____ CID: _____
 Secundário 1 _____ CID: _____
 Secundário 2 _____ CID: _____

Proposta de Consulta para Seguimento: _____

O problema justificou a referência? Sim ☐ Não ☐Sim ☐ Não ☐O motivo da referência coincide com o diagnóstico? Sim ☐ Não ☐Sim ☐ Não ☐

Assinatura do Consultante - Nº Registro _____

Função _____

Data _____

(*) Utilizar também como resumo de alta

FICHA DE INTERNAÇÃO E ALTA

DADOS DO PACIENTE

Nome : MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA Prontuário: 051029/0003
 Nascimento : 27/04/1972 Local : NOVA RUSSAS Idade : 40 Ano(s)
 Sexo : Masculino Estado Civil : Outro Cor : Parda
 RG : 27144927-4 País Nacion. : Brasil
 Residência : CAMPO ESPACINHA, SN ZONA RURAL CEP: 62203-000
 CNS : 700607996072662 Município: NOVA RUSSAS-CE
 Fone : (88) 9267-3882 Profissão :
 Empresa : Fone Empresa: () -
 Responsável : ELIZANGELA DE OLIVEIRA SILVA Fone Resp. : () -
 Endereço : ESPACINHA, SN CASA Conjuge: ELIZANGELA DE OLIVEIRA SILV
 Mãe : MARIA BEZERRA DE OLIVEIRA Pai: FRANCISCO CICERO DE OLIVEIR
 Religião : NÃO DETERMINADA CPF do Responsável:

DADOS DA INTERNAÇÃO

Data/Hora : 24/10/2012 18:23 Leito: 006-0002 Aposento: ENFERMARIA
 Clínica : CIRURGICA Setor : POSTO A
 Convênio : SUS Matrícula:
 Observação :

Autorização : Dias: 0 Guia:
 Médico : FERNANDO MENDEZ HERRERA CRM : 13196
 CID Princip.:
 CID Secund.:
 Funcionário : ANTONIA CLAUDIA SIRIANO DE ARAUJO Sisprenatal :
 Procedimento SUS : -
 Data Saída : ___/___/___ Hora: ___:___ Condições de Saída:

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO

Autorizo a internação do acima citado, neste Hospital, bem como os tratamentos clínicos, cirúrgicos e realização de necropsia, que se fizer necessário. Outrossim, tomo ciência e submeto-me às disposições gerais contidas no regulamento do Hospital.
 OBS: O Hospital só se responsabiliza por objetos e valores dos pacientes ou acompanhantes, quando guardados na Tesouraria.

CRATEUS, 24 de outubro de 2012.

Assinatura do paciente

Assinatura do responsável

Responsável pela Impressão: ANTONIA CLAUDIA SIRIANO DE ARAUJO

HOSPITAL SÃO LUCAS

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

D. B. D. B.

2 - CDES

2481073

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

D. B. D. B.

4 - CDES

2481073

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

MARIA BEZINA DE OLIVEIRA

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

51029

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

27/04/1972

9 - SEXO

Masc. ☒ 1Fem. ☐ 3

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

MARIA BEZINA DE OLIVEIRA

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Espacinha S/N.

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Nova Russas

14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

15 - UF

CE 62203-000

16 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

Incumbente relata dor no ombro direito e dor no ombro esquerdo (D) e (S).
 Dor no ombro direito (D) e dor no ombro esquerdo (S).
 Dor no ombro direito (D) e dor no ombro esquerdo (S).
 Dor no ombro direito (D) e dor no ombro esquerdo (S).

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Ar. Mer. Ar. Mer.

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Ex. F. A. R. T. R.

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

21 - CID 10 PRINCIPAL

22 - CID 10 SECUNDÁRIO

23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

Dor no ombro direito (D) e dor no ombro esquerdo (S).

S 821

PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Osteotomia Placa Tibial (D)

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

040810101551

26 - CLÍNICA

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

28 - DOCUMENTO

29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

1

2

() CNS () CPF

05357987769

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

Fernando Medeiros

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

24/10/12

32 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL DO CONSELHO

CRM 13196

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

36 - CNPJ DA SEGURADORA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

39 - CNPJ EMPRESA

40 - CNAE DA EMPRESA

41 - CBOR

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

45 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

46 - DOCUMENTO

47 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

() CNS () CPF

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

24/10/2012

Dr. Sados Matos Aragão
Médico-Auditor
CREMEC 672 CPE 001042303-63



SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
HOSPITAL SÃO LUCAS

Manuel Begua Oliveira MÉDICO:

505

LEITO:

9.3

SETOR:

"A"

PRONTUÁRIO: 51029 DATA: 29/10/12

PRESCRIÇÃO	APRAZAMENTO	EVOLUÇÃO
29/10/12		29-10-2012 às 8:45hs paciente em repouso no leito consciente, orientado, verbalizando em 12PO de procedimento cirurgico em Pate tibial '3' com tala gessada e discreta algia no local.
<u>Jamil S. Portante</u> TITULAR DO SERVIÇO CRM 6945		PA: 130x70mm T. 36.3°C P: 72bpm PR: 18bpm A: 103/40mmHg paciente com melhora
		Atividade Prescrita ANX-ENF-EDUC-ENT CORENGE 63615A
		29-10-2012 às 9:50hs paciente recebe alta hospitalar + receita médica
		Manuel Begua Oliveira

FOLHA DE EVOLUÇÃO

fls. 24

DATA


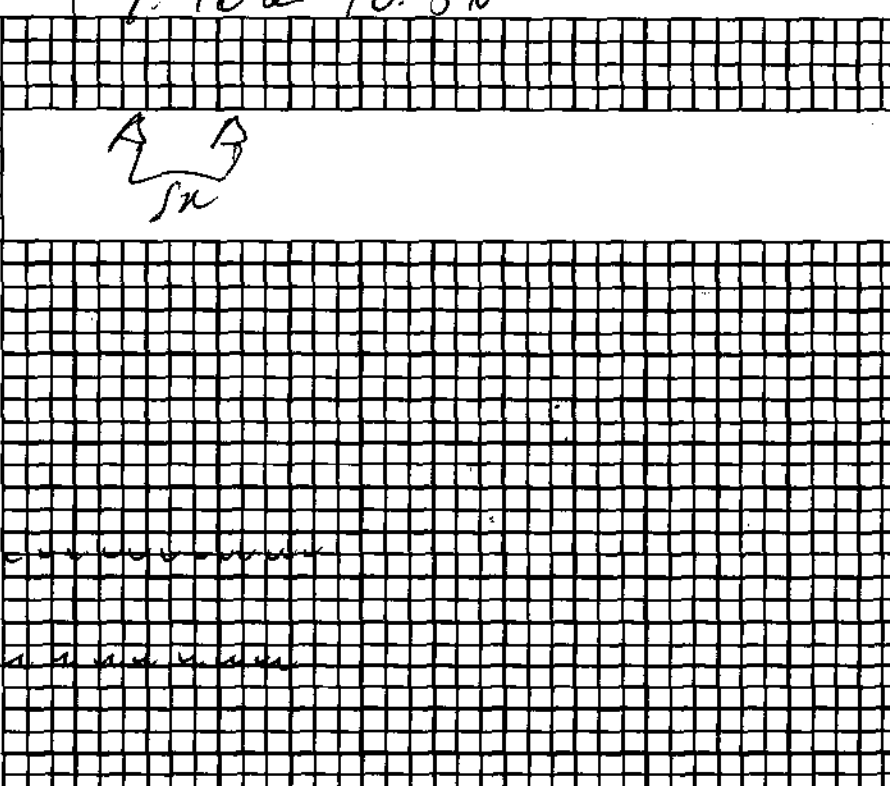

29/11/0

Alto tempo

Emil S. Jorquera

ALUMATO ORTOPEDIA

CRM 6945

 SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO HOSPITAL SÃO LUCAS				ANESTESIA				
PACIENTE <i>Manuel Bezerra de Oliveira</i>				PRONTUÁRIO <i>051029</i>		DATA <i>28/10/2016</i>		
TIPO DE CIRURGIA				LEITO				
IDADE	PESO	ALTURA	SEXO	TEMPERATURA	PULSO	RESPIRAÇÃO	P. ARTERIAL	
			<i>M</i>		<i>80</i>		<i>110/60</i>	
TIPO SANGÜÍNEO	HEMÁCIAS	HEMOGLOBINA	HEMATÓCRITO	GLICEMIA	URÉIA	URINA		
AR RESPIRATÓRIA				ASMA		BRONQUITE		
<i>R PL</i>				<i>N</i>				
AR CIRCULATÓRIO				ECG				
<i>N M</i>								
AR DIGESTIVO				DENTES	PESCOÇO	ALÉRGIA		
<i>sem</i>						<i>N</i>		
AR URINÁRIO				ESTADO MENTAL				
<i>N M</i>				<i>sem</i>				
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO				RISCO		ATARÁXICOS		
<i>Furto platisma</i>						<i>N</i>		
ANESTESIAS ANTERIORES				CORTICÓIDES				
<i>N M</i>				<i>N</i>				
MEDICAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA				HORA	EFEITO	HIPOTENSORES		
						<i>N</i>		
HORÁRIO				INDUÇÃO				
<i>9:40 a 10:50</i>								
Agentes Anestésicos	Líquidos	CÓDIGO V P. Arterial: O Pulso: O - Respiração A X. Anestesia G. Operação					SATISFATÓRIO _____ EXCITAÇÃO _____	
							LARINGOESPASMO _____ LENTA _____	
							TOSSE _____ NÁUSEAS _____	
							VÔMITOS _____ OUTROS _____	
			MANUTENÇÃO <i>5% O₂ p/ 1000V</i> <i>Filme 1.0V</i> <i>Epinefrina 1.0V</i> <i>Cefazolin 1V</i> <i>Ornina 1V</i> <i>Anticoagulante</i>				ANESTESIA SATISFATÓRIA <input checked="" type="checkbox"/> SIM () NÃO NÃO PORQUÊ?	
							DESPERTAR REFLEXOS NA SO _____ OBSTRUÇÃO _____ Co2 _____ EXCITAÇÃO _____ NÁUSEAS _____ VÔMITOS _____ OUTROS _____ PARA O LEITO CÂNULA _____ () SIM () NÃO CONDIÇÕES _____	
SÍMBOLOS E ANOTAÇÕES			<i>AS 02 9 de 1000V</i> <i>AP 780 82 ml</i>				BALANÇO PERDA SANGÜÍNEA APROXIMADA _____ ml VOLUME SANGÜÍNEO REPOSTO _____ ml	
POSICÃO			<i>Posição oblíqua</i>					
AGENTES			<i>Manuel de M</i>					
TÉCNICA			<i>Regulador</i>					
CIRURGIA			<i>Redução crânio</i>					
CIRURGIÕES			<i>Dr. Lemos</i>					

SINISTRO 2013279942 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA****COBERTURA** Invalidez**SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO** CENTAURO VIDA E

PREVIDÊNCIA S/A

BENEFICIÁRIO MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA**CPF/CNPJ:** 02645976727**Posição em 29-02-2016 10:53:53**

Pagamento creditado conforme dados bancários informados na autorização de pagamento assinada pelo beneficiário.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
28/05/2013	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0117514-70.2016.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe: **Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Manuel Bezerra de Oliveira**
 Requerido: **Bradesco Auto/re Cia de Seguros**

Defiro a gratuidade judiciária.

Cuida o pedido de cobrança securitária, a qual, a lei determina a tramitação pelo rito sumário. No entanto, pelo princípio da razoabilidade, celeridade e instrumentalidade, e ainda, pela possibilidade de ser produzida prova pericial, nada obsta que se converta o rito sumário em ordinário, possibilitada pelo art. 277, § 4º, do CPC, desde que inexistindo prejuízo à defesa, pois, garantido o contraditório. Este pensamento condiz com o julgamento adiante ementado dos tribunais superiores:

“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONVERSÃO DE RITO SUMÁRIO PARA ORDINÁRIO. POSSIBILIDADE.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, deve ser afastada a alegada violação ao art. 535 do [Código de Processo Civil](#).

2. Não havendo prejuízo para a defesa, é possível a conversão do rito sumário para o ordinário.

3. O julgamento em desacordo com as pretensões da parte não consubstancia negativa de prestação jurisdicional ou afronta aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.”(Processo: AgRg no AREsp 258553 PE 012/0243835-8; Relator(a): Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI; Julgamento: 06/06/2013; Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA; Publicação: DJe 24/06/2013).

Desta forma, para evitar a designação de audiência meramente formal e para dar maior celeridade, converto o rito sumário em rito ordinário.

Cite-se a parte Promovida para contestar o feito, sob pena de revelia.

Havendo contestação, vistas à parte Autora para replicar.
 Fortaleza (CE), 04 de março de 2016.

Maria Valdenisa de Sousa Bernardo

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.br

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0223/2016, encaminhada para publicação.

Advogado
Marcelo Pereira Brandao (OAB 26103/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Desta forma, para evitar a designação de audiência meramente formal e para dar maior celeridade, converto o rito sumário em rito ordinário. Cite-se a parte Promovida para contestar o feito, sob pena de revelia. Havendo contestação, vistas à parte Autora para replicar."

Do que dou fé.
Fortaleza, 10 de março de 2016.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0223/2016, foi publicada no Diário da Justiça nº 1397, do dia 14/03/2016, página 163, com início do prazo em 15/03/2016, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Marcelo Pereira Brandao (OAB 26103/CE)	15	29/03/2016

Teor do ato: "Desta forma, para evitar a designação de audiência meramente formal e para dar maior celeridade, converto o rito sumário em rito ordinário. Cite-se a parte Promovida para contestar o feito, sob pena de revelia. Havendo contestação, vistas à parte Autora para replicar."

Do que dou fé.
Fortaleza, 16 de março de 2016.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0117514-70.2016.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Manuel Bezerra de Oliveira**
 Requerido: **Bradesco Auto/re Cia de Seguros**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que expedi 01 carta. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 14 de abril de 2016.

MARTA GIRÃO PRATA
Auxiliar Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.brFortaleza

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: **0117514-70.2016.8.06.0001**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Manuel Bezerra de Oliveira**
 Requerido: **Bradesco Auto/re Cia de Seguros**

Prezado(a) Senhor(a) Representante Legal **Bradesco Auto/re Cia de Seguros**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação da **Dra. Maria Valdenisa de Sousa Bernardo**, Juíza de Direito da 22ª Vara Cível, tem como finalidade a **CITAÇÃO** de V.Sa. do conteúdo da petição, **podendo ser visualizada a partir do "OFÍCIO – SENHA DE PROCESSO" em anexo**, documento pessoal e intransferível, o qual permite **total acesso à tramitação processual**, sendo considerada vista pessoal, consoante dispõe o § 1º do art. 9º da Lei nº 11.419/2006, para, querendo, contestar a presente sob pena de revelia e confissão, ficando advertida de que, não sendo contestada a ação, no prazo de **15(quinze) dias**, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte(s) autora(s), ficando ciente de que o mencionado prazo começará a fluir da juntada aos autos do aviso de recebimento. Fortaleza/CE, 14 de abril de 2016. Eu, Marta Girão Prata, Técnico Judiciário – matrícula – 200.512, o digitei.

DIONÍSIA MARIA TEIXEIRA MENDES

Diretora de Secretaria

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).Representante Legal
 Bradesco Auto/re Cia de Seguros
 Avenida Desembargador Moreira, 1250, Aldeota
 Fortaleza-CE
 CEP 60170-001

¹ De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 9º No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.

§ 1º As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0117514-70.2016.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Manuel Bezerra de Oliveira**
 Requerido: **Bradesco Auto/re Cia de Seguros**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que enviei 01 carta. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 20 de abril de 2016.

MARTA GIRÃO PRATA
Auxiliar Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.



• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

 CORREIOS		AR AVISO DE RECEBIMENTO											
DESTINATÁRIO Bradesco Auto/te Cia de Seguros Avenida Desembargador Moreira, 1250, Aldeota 60170-001, Fortaleza, CE		MP											
AR5220840857Z 		ENDERECO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Secretaria da 2ª Vara Cível do TJCE Rua Desembargador Floriano Benedito Magalhães, nº 220, Edson Queiroz 60811-690, Fortaleza, CE											
BR/RENTATIVAS DE ENTREGA 1ª <u>16 Abr 2016</u> 2ª <u>16 Abr 2016</u> 3ª <u>16 Abr 2016</u>		DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL) 01/1314-70 2016.8 06.0001-0001											
ATENÇÃO Após 3(três) tentativas de entrega, o correio deverá ser devolvido ao remetente.		MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <table border="1"> <tr> <td><input type="checkbox"/> 1 Mudou-se</td> <td><input type="checkbox"/> 5 Recusado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente</td> <td><input type="checkbox"/> 6 Não procurado</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 3 Não existe o número</td> <td><input type="checkbox"/> 7 Ausência de endereço</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 4 Desconhecido</td> <td><input type="checkbox"/> 8 Falteio</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/> 9 Outros</td> <td></td> </tr> </table>		<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado	<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não procurado	<input type="checkbox"/> 3 Não existe o número	<input type="checkbox"/> 7 Ausência de endereço	<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falteio	<input type="checkbox"/> 9 Outros	
<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado												
<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não procurado												
<input type="checkbox"/> 3 Não existe o número	<input type="checkbox"/> 7 Ausência de endereço												
<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falteio												
<input type="checkbox"/> 9 Outros													
ASSINATURA DO RECEBEDOR <u>Marta Giraó Prata</u>		RUBRICA E MATRÍCULA CARTEIRO <u>20 APR 2016</u>											
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR MARTA GIRAÓ PRATA		Nº DOC DE IDENT											



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO DE JUNTADA

Processo nº	0117514-70.2016.8.06.0001
Apensos:	
Classe:	Procedimento Ordinário
Assunto:	Acidente de Trânsito e Seguro
Requerente	Manuel Bezerra de Oliveira
Requerido	Bradesco Auto/re Cia de Seguros

CERTIFICO que o Aviso de Recebimento (AR) referente às folhas 34 foi juntado nos autos digitais nesta data.

Fortaleza/CE, 11 de maio de 2016.

MARTA GIRÃO PRATA
Auxiliar Judiciário
 Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE FORTALEZA/CE**

Ref. Processo nº 01175147020168060001

BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, sociedade seguradora de capital privado, inscrita no CNPJ sob o nº 92.682.038/0001-00, com endereço na Rua Barão de Itapagipe, 225 – Parte – Rio Comprido – Rio de Janeiro, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA**, que lhe move **MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA**, respeitosamente a presença de V.Exa., apresentar sua

CONTESTAÇÃO

com fulcro nos **artigos 335 e seguintes do CPC** e demais cominações legais pertinentes à espécie, pelas razões de fato e de direito a seguir articuladas.

DOS FATOS

Alega a autora ser beneficiária do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil dos Proprietários de Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico causado por veículo identificado, ocorrido em **24/10/2012**, no qual sofrera lesões, acreditando fazer *jus* ao recebimento junto a Seguradora - Ré, de indenização por invalidez permanente de acordo com o previsto em lei.

Para tanto, ingressou com a presente demanda objetivando o recebimento da suposta verba indenizatória, com juros de mora e correção monetária, além do pagamento das custas e honorários advocatícios.

GPROC 2132081 - AVS



RJ | Av. Rio Branco, 245 8º andar Centro Tel (21) 3037 7704 CEP 20040-009 Rio de Janeiro
CE | Rua José Alencar Ramos, 385 Luciano Cavalcante Tel (85) 3262 3497 CEP 60813-565 Fortaleza
www.aldairtoncarvalho.com.br

DO MÉRITO

DA PLENA VALIDADE DA QUITAÇÃO OUTORGADA

Conforme confessado, a autora já recebeu a quantia de **R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, a título de indenização de seguro obrigatório DPVAT, tendo em vista o acidente automobilístico ocorrido em **24/10/2012**.

Como se vê, a requerente outorgou quitação à Seguradora dando plena, rasa, geral e irrevogável quitação, para mais nada reclamar, seja a que título for, com fundamento no sinistro objeto da lide.

De fato, ao receber o valor apurado e determinado em perícia realizada em processo administrativo, o autor firmou a autorização de pagamento e outorgou quitação.

Como em nenhum momento a autora requereu a desconstituição da quitação por ele outorgada e sequer pretendeu rescindir o pagamento ou questionar a validade da quitação.

E não o fez porque, para assim pretender e requerer precisaria provar que o negócio jurídico seria anulável, por estar maculado com um dos vícios elencados no inciso II do art. 171 do novo Código Civil, que praticamente repete os termos do inciso II do art. 147 do Código Civil de 1916, com esta redação:

“É anulável o ato jurídico:

II - Por vício resultante de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude”.

A inicial comprova que a autora não fez qualquer pedido no sentido de desconstituir a quitação. O objeto da lide é tão somente a condenação da Ré na alegada diferença.

Assim, tendo recebido, sem ressalvas, a indenização devida e cabível e não tendo pleiteado a desconstituição da quitação juridicamente perfeita outorgada, falece ao Requerente o direito de requerer a alegada diferença, porque a quitação tem a finalidade imediata e precípua de desonerar o devedor de toda e qualquer responsabilidade acerca da obrigação quitada.

Como não houve alegação e comprovação de erro, dolo, coação, simulação, ou fraude e como o autor em momento algum ataca a autenticidade da autorização de pagamento firmada, esta por si só exaure qualquer outra pretensão complementar.

Assim também entende o legislador, na conformidade do que dispõe o Novo Código Civil Brasileiro no parágrafo único do artigo 320:

GPROC 2132081 - AVS



RJ | Av. Rio Branco, 245 8º andar Centro Tel (21) 3037 7704 CEP 20040-009 Rio de Janeiro
CE | Rua José Alencar Ramos, 385 Luciano Cavalcante Tel (85) 3262 3497 CEP 60813-565 Fortaleza
www.aldairtoncarvalho.com.br

“Parágrafo único. Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo, valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.”

Sem dúvida, ante a quitação efetuada, não há mais relação jurídica alguma entre as partes, pois não é lícito discutir crédito quitado, sob pena de se ferir ato jurídico perfeito.

As ementas a seguir transcritas, referentes a julgados oriundos de Tribunais de regiões diversas do País e também do E. Superior Tribunal de Justiça consagram o entendimento acima exposto:

“DPVAT. COBRANÇA DE DIFERENÇA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO AO DIREITO. IMPROCEDÊNCIA QUE SE MANTÉM. Confessando a autora já haver recebido, há cerca de 9 anos, a indenização (DPVAT) em decorrência de morte acidental de filho, para o pedido de complementação deve comprovar o seu direito, pena de improcedência do pedido, pois, a presunção é a de que a quitação seja completa e definitiva.” (TACMG. Apelação Cível nº 382.199-0, 5ª Câmara Civil, Rel. Juiz Francisco Kupidowski, J. 6/02/2003).

“Execução Título Judicial. Arguição de pré-executividade acolhida. Indenização paga integralmente. O recebimento de indenização, e a outorga de recibo de quitação de sinistro – DPVAT, diretamente da seguradora, dando-se o credor por satisfeito de quanto competia receber, com plena rasa e irrevogável quitação de todas as ações e direitos, impõe o encerramento do caso. Recurso improvido.” (TJRJ. Apelação Cível nº 2000.001.03909, – 14ª Câmara Cível, Rel. Des. Mauro Nogueira, J. 23/01/2001, Registrado em 1º/03/2001).

“Quitação dada pelo credor. Ausência de ressalva. Presunção de que quitado integralmente o débito”. (STJ. RESP nº 37.475-8-SP (93.0021596-5, 3ª Turma, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, J. 29/11/1993, in D.J. 7/02/1994).

Deste modo, resta comprovada na lei, na doutrina e na jurisprudência a improcedência da presente demanda, com a condenação do autor nas verbas sucumbenciais.

VALOR DA INDENIZAÇÃO
MEDIDAS PROVISÓRIAS 340/2006 E 451/2008 CONVERTIDA NAS LEIS
Nº. 11.482/2007 E 11.945/2009

A autora noticia sinistro envolvendo veículo automotor ocorrido em via terrestre no dia **24/10/2012**.

Assim, tendo o sinistro acontecido no ano de 2014, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente as alterações ocorridas na Lei nº. 6.194/74 trazidas pelas Leis nº. 11482/2007 e nº. 11945/2009.



ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Ressaltamos que o artigo 3º. da Lei nº. 6.194/74 foi alterado pelas leis acima citadas, vejamos o novo texto do artigo 3º. e seu inciso II que trata do valor máximo indenizável no caso de invalidez comprovadamente permanente:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por **invalidez permanente**, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – (...)

II - **ATÉ** R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**; e

III – (...)” (grifos nossos)

Grifamos a palavra “ATÉ”, pois sua observância é fundamental, já que a indenização por invalidez pode variar dependendo do grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Vejamos a nova redação do § 1º. do artigo 3º., conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei nº. 11945/2009:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de **repercussão intensa**, 50% (cinquenta por cento) para as de **média repercussão**, 25% (vinte e cinco por cento) para as de **leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de **sequelas residuais**.

Ressaltamos que a verificação da perda funcional do membro lesado, somente é possível após restar caracterizado que não há chance de melhora por qualquer

GPROC 2132081 - AVS



RJ | Av. Rio Branco, 245 8º andar Centro Tel (21) 3037 7704 CEP 20040-009 Rio de Janeiro
CE | Rua José Alencar Ramos, 385 Luciano Cavalcante Tel (85) 3262 3497 CEP 60813-565 Fortaleza
www.aldairtoncarvalho.com.br

forma de terapia relacionada ao caso concreto, o que deve ser definido documentalmente por perito do IML.

Tal exame também está previsto na mesma Lei, no parágrafo 5º. do artigo 5º.:

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

As determinações impostas pela MP 451/2008, convertida na Lei 11.495/2009, confirmaram o entendimento já predominante nos Tribunais de Justiça, inclusive no E. STJ.

No caso em tela, a lesão apresentada pelo autor, de acordo com a TABELA DE INVALIDEZ é correspondente ao grau de redução funcional parcial, motivo pelo qual o valor da indenização pago foi de **R\$ 1.687,50, correspondente ao grau da lesão sofrida pela vítima, conforme perícia realizada durante processo regulatório para pagamento administrativo.**

O **SUPERIOR TRIBUNAL JUSTIÇA** aprovou o seguinte enunciado de súmula:

DPVAT

O seguro DPVAT é objeto da Súmula 474: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Como se vê, a nova lei nada mais fez do que privilegiar o Princípio Constitucional da Proporcionalidade que permeia todo o nosso ordenamento jurídico, no sentido de verificar caso a caso, a gravidade das lesões sofridas, **“tratando desigualmente os desiguais, a medida que se desigualem”**, pois não seria razoável, fixar um só valor invariável, para cobrir lesões diversas, pois senão, aquele que fraturasse um dedo médio, alcançaria a mesma indenização daquele que viesse a amputar ambos os membros inferiores, por exemplo.

No caso concreto a requerente não carrearou aos autos laudo do IML quantificando as lesões de caráter permanente, portanto, deve o feito se extinto sem o julgamento do mérito.

<p>DO DESCABIMENTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM BASE NO ART. 6º VIII DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</p>

O demandante pretende a decretação da inversão do ônus da prova com base no art. 6º inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor.



Contudo, tal pretensão mostra-se completamente descabida, uma vez que a própria natureza sui generis do seguro obrigatório não configura entre as partes relação jurídica de consumo.

Depreende-se da leitura do art. 2º da Lei nº 8078/91, que “**consumidor** é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. (Grifos nossos).

E, “**fornecedor** é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços” (art. 3º do Código de Defesa do Consumidor). (Grifos nossos).

Excelência, com base nas definições acima apresentadas, não há dúvidas sobre a impossibilidade de se classificar o beneficiário do seguro DPVAT como “consumidor” e, muito menos, as Seguradoras como “fornecedoras”.

Além do mais, o pagamento da indenização não é devida em razão da “**utilização de um produto**” ou da “**prestação de um serviço**”. Isto porque, de acordo com o Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, “produto”, como objeto das relações de consumo, “**são coisas que, sendo úteis aos homens, provocam a sua cupidez e, por conseguinte, são objeto de apropriação privada**” – por óbvio, “produto” não é objeto do DPVAT. (Ada Pellegrini Grinover, pág. 26).

Quanto à segunda hipótese é certo que o dever de indenizar no seguro DPVAT não deriva da má prestação de um serviço contratado – o “negócio” que se estabelece entre a seguradora e o beneficiário se dá por imposição legal. Segundo a obra supra mencionada, “serviço”, como objeto das relações de consumo, pode ser entendido como a “atividade, benefício ou satisfação que são oferecidos à venda (exemplos: corte de cabelo, consertos)” (pág. 27).

Desta forma, o objeto das relações de consumo não é o mesmo das relações decorrente do seguro DPVAT.

Assim, uma vez não caracterizada a pretendida relação de consumo, não se aplica à inversão do ônus da prova.

Superada a argumentação, é a redação do art. 333, I do CPC:

**“O ônus da prova incumbe:
I – Ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito”.**

Assim, não pode querer o autor transferir à ré responsabilidade que lhe é legalmente atribuída. Nesta linha, vem esta ressaltar que alegar e não provar é o mesmo que não alegar.



Cabe apontar, por fim, que, da simples análise do texto da Lei 8.441/92 – lei esta que regula a matéria do Seguro DPVAT - em momento algum se verifica qualquer dispositivo que permita ser aplicável subsidiariamente à lei consumeirista.

Portanto, os dispositivos do Código do Direito do Consumidor não podem ser aplicados às hipóteses relacionadas ao seguro DPVAT. INEXISTE RELAÇÃO DE CONSUMO ENTRE AS PARTES E, PORTANTO, INAPLICÁVEIS ÀS NORMAS DA LEI 8.078/90 AO CASO EM TELA.

**DO DESCABIMENTO DO PEDIDO DA PARTE AUTORA PARA QUE A RÉ
APRESENTE O PROCESSO ADMINISTRATIVO SOB PENA DE
PAGAMENTO DE MULTA DIÁRIA NO VALOR DE UM SALÁRIO MÍNIMO**

A autora requer que a Ré apresente cópia do processo administrativo, sob pena de pagamento de multa no valor correspondente a 01 salário mínimo, atualmente no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Como se vê, o referido pleito é descabido, vez que viola expressamente os Princípios basilares do nosso ordenamento jurídico, quais sejam, o Contraditório e a Ampla Defesa.

Por outro lado, com relação ao Seguro Obrigatório, mesmo sendo atividade privada, a fiscalização no Brasil é feita através de duas entidades: CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados, que é o órgão de cúpula, órgão normativo, que baixa portarias e normas regulamentando o setor, ao lado da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados - órgão superior, que é uma autarquia, subordinada ao Ministério da Indústria e Comércio, sendo ele o órgão executor e fiscalizador também das normas baixadas pelo CNSP.

Somente a SUSEP é parte legítima para punir as Seguradoras cobrando-lhes multas resultantes de eventuais infrações de posturas administrativas exigidas por resoluções, portarias ou circulares que são atos originários do executivo. Certo é também que eventuais multas são aplicadas através de autos de infração que podem ser impugnados através de ampla defesa, até que o executivo se manifeste finalmente sobre o cabimento da multa.

É fato também que as Leis 6.194/74 e 8441/92 que regulamentam a matéria referente ao Seguro Obrigatório DPVAT não determinam pena alguma a ser aplicada as seguradoras.

Portanto inaplicável a multa pretendida pelo autor porque o foro competente para apuração de eventual infração e aplicação de penas é a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados - órgão superior, que é uma autarquia, subordinada ao Ministério da Indústria e Comércio, sendo ele o órgão executor e fiscalizador também das normas baixadas pelo CNSP, portanto exclusiva parte legítima para pleitear verba decorrente de aplicação de multa.

GPROC 2132081 - AVS



Deste modo, **requer seja indeferido o requerimento de aplicação de multa no valor correspondente a 01 salário mínimo para a apresentação de cópia do processo administrativo.**

Ademais a Seguradora líder já está providenciando junto a congênere cópia do mesmo.

DA CORREÇÃO MONETÁRIA – CONTAGEM INICIAL E CÁLCULO

A incidência da correção monetária nos **débitos decorrentes de decisão judicial** foi instituída pela Lei nº 6.899, de 08.04.81, cujo artigo 1º estabelece:

“A correção monetária incide sobre qualquer débito resultante de decisão judicial, inclusive sobre custas e honorários advocatícios.

§ 1º Nas execuções de títulos de dívida líquida e certa, a correção será calculada a contar do respectivo vencimento.

§ 2º **Nos demais casos**, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação”.

O artigo 2º da lei determinou que o Poder Executivo regulamentasse, em sessenta dias, a forma para o cálculo da correção monetária.

O Poder Executivo cumpriu o que lhe fora determinado, editando o Decreto nº 86.649, de 25 de novembro de 1981. O artigo 1º desse decreto e seu parágrafo único dispõem:

“Art. 1º Quando se tratar de dívida líquida e certa, a correção monetária a que se refere o art. 1º da Lei nº 6.899, de 8 de abril de 1981, será calculada multiplicando-se o valor do débito pelo **coeficiente** obtido mediante a divisão do valor nominal reajustado de uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) no mês em que se efetivar o pagamento (**dividendo**) pelo valor da ORTN no mês do vencimento do **título (divisor)**, com abandono dos algarismos a partir da quinta casa decimal, inclusive.

Parágrafo único. **Nos demais casos, o divisor será o valor da ORTN no mês do ajuizamento da ação.”**

A redação supra permite elaborar a seguinte tabela:

NATUREZA DO DÉBITO	DIVIDENDO	DIVISOR
Título de dívida líquida e certa	Valor nominal da ORTN no mês do pagamento	Valor nominal do ORTN no mês do vencimento
Demais casos	Valor nominal da ORTN no mês do pagamento	Valor nominal do ORTN no mês do ajuizamento da ação

GPROC 2132081 - AVS



Débito de natureza líquida e certa é aquele que decorre de título com liquidez, certeza e exigibilidade, a teor do **art. 783 do Código de Processo Civil, assim:**

“A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.”

Por sua vez, o **art. 784 do *codex instrumentalis*** elenca, nos seus XII incisos, o que deve ser considerado título executivo extrajudicial e entre eles não se encontra o seguro DPVAT. E não se encontra porque, no seguro DPVAT, o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado “*regulação de sinistro*”, que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, **o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório.**

O seguro obrigatório DPVAT não se traduz em crédito previamente líquido e certo, incondicionado, posto que suscetível de muitas variantes e controvérsias quer no que concerne à sua própria cobertura, quer ao nexo causal com o acidente de trânsito, legitimidade do beneficiário do seguro, *quantum* indenizável etc. **O seguro DPVAT não reúne os matizes da liquidez, certeza e exigibilidade, imprescindíveis ao título executivo extrajudicial.**

É inquestionável, portanto, que a correção monetária, na ação relativa ao seguro DPVAT, inclui-se **NOS DEMAIS CASOS** previstos na Lei nº 6.899/81, devendo o seu cálculo levar em consideração, como **DIVISOR**, o índice de atualização vigente **NO MÊS DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO.**

Qualquer decisão que conduza a coeficiente que leve em consideração outro *DIVISOR* representa uma afronta direta à Lei nº 6.899/81 e ao Decreto nº 86.649/81, que a regulamentou.

JUROS MORATÓRIOS – CABÍVEIS APENAS A PARTIR DA CITAÇÃO

Sendo a **Mora** o ato de tardar, delongar a execução ou o cumprimento de uma obrigação no momento convencionado, e considerando, por sua vez, que **Juros** são a remuneração do capital ou a retribuição que o credor recebe do devedor pela **demora** no pagamento do que é devido àquele, tem-se, assim, que **juros de mora** compreendem a sanção que o devedor inadimplente deve suportar pelo não pagamento tempestivo da sua dívida.

O devedor, porém, só se torna inadimplente a partir do instante em que deixou de pagar o que devia. **Antes disso, não há mora. Por conseguinte, juros não são devidos.**

A mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Código Civil, art. 396). Apenas nos casos em que a obrigação decorra de ato ilícito, a mora incide desde a prática do ato (Código Civil, art. 398).

GPROC 2132081 - AVS



É significativo observar que os artigos acima mencionados, integrantes do Código Civil de 2002, praticamente repetem a redação do Código de 1916 sendo que alguns artigos conservam integralmente a redação anterior (v.g., 396/963, 397/960). **Isto importa em concluir que, neste ponto, a *mens legislatoris* de 1916 se manteve inalterada, o que constitui inabalável razão para ser respeitada.**

O seguro DPVAT materializa-se por meio de um contrato *sui generis*, mas sempre um contrato. Sendo, como é, um contrato de seguro, não foge à índole eminentemente indenizatória que o caracteriza, nos exatos termos dos artigos 757 e 781 do Código Civil, de vez que o *interesse legítimo* do segurado não pode ser superior aos seus *reais prejuízos* e a *indenização* não pode ultrapassar o valor desse interesse. Outra não era a regra estampada no artigo 1.432 do Código Civil de 1916.

A responsabilidade que decorre desse pacto para ambas as partes É CONTRATUAL E NÃO EXTRA CONTRATUAL.

A obrigação que flui do contrato de seguro, qualquer que seja ele, inclusive o DPVAT, não é líquida e certa, de vez que o pagamento da indenização exige um procedimento, denominado “*regulação de sinistro*”, que consiste na apreciação e crítica de todas as situações fáticas e documentais, o mesmo acontecendo com o processo judicial, que deve ser precedido de fase instrutória com ampla oportunidade de contraditório. Se a obrigação fosse líquida, certa e exigível, a cobrança do seguro DPVAT seria executiva. No entanto, o art. 10 da Lei n.º 6.194 prevê o procedimento sumaríssimo (atual, sumário) nas ações respectivas.

É óbvio que a seguradora só sabe que ocorreu um sinistro capaz de gerar obrigação de indenizar se o interessado, beneficiário ou segurado, apresentar reclamação administrativa ou acioná-la judicialmente.

Portanto, é antijurídica a contagem de juros a partir do sinistro ou do pagamento efetuado em sede administrativa, porque a transação em si não significa a prática de qualquer delito de parte da seguradora, única situação em que a mora incide desde a prática do ato (Cód. Civil, art. 398). E a mora inexistente, se ao devedor não for imputado fato ou omissão que a ela tenha dado causa (Cód. Civil, art. 396).

Nas ações judiciais, o Código Civil é taxativo ao estabelecer: “**Contam-se os juros de mora desde a citação inicial**” (art. 405).

Esse tema foi pacificado através da **Súmula n.º 426 do STJ**:

“Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

Portanto, os juros são devidos a partir da citação, conforme determina a lei.

GPROC 2132081 - AVS



DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Tendo em vista o baixo grau de complexidade do feito, sua natureza, o local onde tramita e a celeridade da demanda, em caso de condenação, o que se admite apenas por argumentar, requer sejam fixados os honorários advocatícios no mínimo legal de 10%, conforme dispõe o **artigo 85, § 2º do CPC.**

Contudo, se isto não ocorrer, sendo o autor beneficiário de assistência judiciária gratuita se requer que seja respeitado o limite de 15% estabelecido pelo art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, que determina:

“Art. 11. Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§ 1º. Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz **até o máximo de 15% (quinze por cento)** sobre o líquido apurado na execução da sentença.” (grifo nosso)

Nesse sentido, já se pronunciou nossa jurisprudência:

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO – 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda mais considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ – REsp – 297716 – MG – 3ª T. – Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.10.2001 – p. 00211)

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – AJG – VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 – PREQUESTIONAMENTO – Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Afronta ao art. 11, § 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS – EDcl 70005256284 – 9ª C.Cív. – Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino – J. 27.11.2002)

Assim, requer que, havendo condenação ao pagamento de honorários advocatícios, que seja arbitrada no mínimo legal (10%) e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

DA CONCLUSÃO

GPROC 2132081 - AVS



RJ | Av. Rio Branco, 245 8º andar Centro Tel (21) 3037 7704 CEP 20040-009 Rio de Janeiro
CE | Rua José Alencar Ramos, 385 Luciano Cavalcante Tel (85) 3262 3497 CEP 60813-565 Fortaleza
www.aldairtoncarvalho.com.br

ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Ante tudo o quanto foi exposto, requer seja julgado improcedente o pleito autoral, com base no **artigo 487, I do CPC**, em razão da perda do objeto, pelo fato de a indenização já ter sido paga e plena quitação outorgada pela autora quando do recebimento da indenização.

Caso este não seja o entendimento de Vossa Excelência, que seja determinada a realização de perícia por parte do IML. Para tanto, requer a ré a juntada do rol de quesitos a serem respondidos pelos peritos, consignando, na oportunidade, que os honorários periciais fiquem a cargo da parte autora.

Requer sejam observadas as alterações trazidas pelas Medidas Provisórias nº 340/2006 e 451/2008, mantidas pelas Leis 11482/2007 e 11.945/2009, tanto no valor máximo indenizatório fixado quanto pelo que prevê que a invalidez é parcial ou total.

Requer não seja acolhido o pedido de inversão do ônus da prova, uma vez não se tratar de relação de consumo.

Requer que seja concedido uma prazo de 30 (trinta) dias, uma vez que a seguradora ré já está diligenciando junto a sua congênere cópia do processo administrativo em questão.

Requer sejam os juros contabilizados desde a citação válida e a correção monetária desde o ajuizamento da ação.

Protestando provar o exposto pelo depoimento pessoal da autora, sob pena de confesso a fim de seja confirmado se recebeu a indenização por livre e espontânea vontade sem coação ou qualquer vício; bem como de prova testemunhal e juntada de documentos suplementares.

Por fim, vem, requerer a inclusão do nome da advogada **FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR, inscrito na OAB/CE sob o n.º 16.045**, na capa dos autos a fim de que a mesma seja intimada e notificada de todos os atos judiciais que se fizerem acontecer, sob pena de nulidade nos termos dos **Arts. 272 e seguintes do CPC**.

Nestes Termos,
Pede deferimento

Fortaleza/ PE, 18 de maio de 2016.

FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR
OAB/PE 16.045

GPROC 2132081 - AVS



RJ | Av. Rio Branco, 245 8º andar Centro Tel (21) 3037 7704 CEP 20040-009 Rio de Janeiro
CE | Rua José Alencar Ramos, 385 Luciano Cavalcante Tel (85) 3262 3497 CEP 60813-565 Fortaleza
www.aldairtoncarvalho.com.br

QUESITOS

- 1 - Queira o Dr. Perito esclarecer qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado.
- 2- Queira o Sr. Perito informar se existe nexo causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no autor.
- 3 - Queira o Dr. Perito esclarecer se a lesão sofrida pelo periciado é de molde a deixar seqüelas que resultem na sua invalidez permanente.
- 4- Queira o Dr. Perito esclarecer se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função de acidente automobilístico ou outras causas.
- 5- Queira o Dr. Perito esclarecer se a perda ou diminuição de função de algum órgão do periciado é de caráter temporário ou definitivo; e em que percentual este órgão está lesionado.
- 6-Queira o Dr. Perito esclarecer tudo o que mais julgue necessário.

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros	

GPROC 2132081 - AVS



ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

GPROC 2132081 - AVS



RJ | Av. Rio Branco, 245 8º andar Centro Tel (21) 3037 7704 CEP 20040-009 Rio de Janeiro
 CE | Rua José Alencar Ramos, 385 Luciano Cavalcante Tel (85) 3262 3497 CEP 60813-565 Fortaleza
www.aldairtoncarvalho.com.br

172 RUA DE MINAS - Tabelião: Carlos Alberto Forno Oliveira

Rua do Carmo, 43 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-8669

Cartório de Tabelião de Notas e Procurador de Seguros

Certifico e dou fé que a presente cópia é a reprodução

original que foi apresentado. Cód: 08785723802808. Conf.

Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2011.

Bruno Rodrigo Raleo Gaspar - Art.

Serventia

30% TITULOS

Total

SUBSTABELECIMENTO



Procuradora Líder - DPVAT

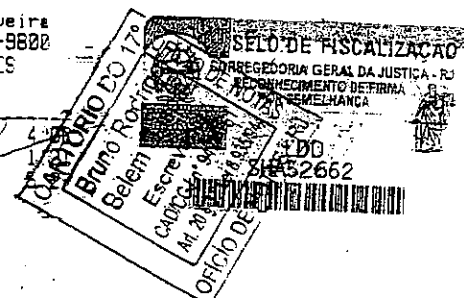
Na qualidade de procurador da Seguradora: **ACE SEGURADORA S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESES SEGUROS S/A; BCS SEGUROS S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BVA SEGUROS S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHARTIS SEGUROS BRASIL S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGS MINAS BRASIL; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; CONAPP CIA NACIONAL DE SEGUROS; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; FATOR SEGURADORA S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA DE CRÉDITO S/A; J. MALUCELLI SEGURADORA S/A; JAVA NORDESTE SEGUROS S/A; MAPFRE NOSSA CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE SEGURADORA DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A; MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; MARES MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S/A; MARÍTIMA SEGUROS S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUBISHI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PANAMERICANA DE SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; RURAL SEGURADORA S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SANTANDER SEGUROS S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; UBF SEGUROS S/A; USEBENS SEGUROS S/A; VANGUARDA CIA DE**

SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; ZURICH BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandado anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa dos, Drs. PEDRO PAULO OSÓRIO NEGRINI, advogado, casado, brasileiro, OAB/SP 14.452; OCTAMYR JOSÉ TELLES DE ANDRADE JUNIOR, advogado, solteiro, brasileiro, OAB/RJ 45.981; CRISTIAN KLOCK DEUDEGANT, advogado, divorciado, brasileiro, OAB/RJ 158.134, OAB/DF 24.734, OAB/SP 291.232; RICARDO LASMAR SODRÉ, advogado, casado, brasileiro, OAB/RJ 88.826; FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR, advogado, casado, brasileiro, OAB/CE 16.045 e OAB/RJ 158.222; ALESSANDRA DOS REIS CLAUDIO, advogada, casada, brasileira, OAB/RJ 99.557; ETIENNE DE OLIVEIRA BARROS, advogada, casada, brasileira, OAB/RJ 125.839; ANA LÚCIA FALCÃO DONATO, advogada, casada, OAB/RJ 101.168; com o escritório na Avenida Rio Branco, 245, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP 20040-009, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, vedado receber, dar quitação e levantar alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2011

Gustavo Corrêa Rodrigues
Gustavo Corrêa Rodrigues

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por semelhança a firma de: GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES
(Cod: 087494809309)
Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2011. Com. por
Em Testemunho _____ de Verdade. Suplen. de
Bruno Rodrigo Belem Gaspar - Aut. 302 TJ-FUNDOS -
Total



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DO RIO DE JANEIRO
23º OFÍCIO DE NOTAS

CM

GUIDO MACIEL - TABELIÃO

ARY SUCENA FILHO - SUBSTITUTO

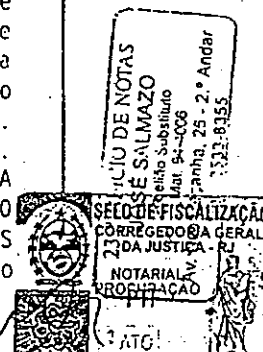
MATRIZ: AV. NILO PEÇANHA, 26 - 3º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ

SUCURSAL TIJUCA: RUA SANTA SOFIA, 40 - LOJAA - RIO DE JANEIRO - RJ

SUCURSAL JACAREPAGUÁ: EST. DOS BANDEIRANTES, 209 LOJA C - RIO DE JANEIRO - RJ

ATO Nº 114 PROCURAÇÃO bastante que faz. BRADESCO AUTO/RE
LIVRO Nº 9157 COMPANHIA DE SEGUROS. na forma abaixo
FOLHA Nº 115

S A I B A M quantos esta virem que no ano de dois mil e dez (2010), aos oito (08) dias do mês de janeiro, nesta cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão de Itapagipe, nº 225, Rio Comprido, onde a chamado vim e perante mim, LUCY DUARTE GUIMARÃES, Escrevente Autorizada, CTPS nº 39850/243-RJ, compareceu como OUTORGANTE - BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Barão de Itapagipe nº 225 - Rio Comprido, inscrita no CNPJ sob o nº 92.682.038/0001-00, neste ato representada por seus Diretores Gerentes: CARLOS EDUARDO CORRÊA DO LAGO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da CI/CREA-RJ nº 81-1-05637-7, expedida em 14/07/1988, inscrito no C.P.F. sob o nº 664.290.307-25, e MARCO ANTÔNIO GONÇALVES, brasileiro, casado, securitário, portador do RG nº 10.426.758, inscrito no C.P.F. sob o nº 721.646.117-72, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, com endereço comercial à Rua Barão de Itapagipe nº 225 - Rio Comprido, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados: 1) MARCELO DAVOLI LOPES, casado, inscrito na OAB/SP sob o nº 143.370 e no CPF sob o nº 132.870.808-06; 2) MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, solteira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 135.132 e no CPF sob o nº 082.587.197-26; 3) GUSTAVO CORRÊA RODRIGUES, solteiro, inscrito na OAB/RJ sob o nº 110.459 e no CPF sob o nº 053.004.067-08; todos com escritório na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Centro, aos quais concede, em conjunto ou separadamente, os poderes "Ad Judicia" especificamente para representá-la nos procedimentos de natureza administrativa, fiscalizadora ou judicial relacionados a seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não - DPVAT, podendo representá-la em audiência de conciliação, instrução e julgamento para os efeitos dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, podendo transigir e acordar em juízo ou fora dele, desistir, levantar alvarás de pagamento e receber e dar quitação desde que todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, seja liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita para a Agência 001-9, Conta nº 242.000-7, Banco 237, CNPJ nº 60.746.948/0001-12, representar e requerer perante quaisquer repartições públicas, autarquias e empresas públicas, federais, estaduais e municipais, inclusive perante PROCONS/DECONS, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e o IRB - Brasil Resseguros S.A., praticando, enfim, todo e qualquer ato necessário ao bom e fiel cumprimento deste mandato. Lavrada sob minuta. Certifico que pelo presente são devidas custas no valor de R\$ 15,97 a que se refere a Tabela VII, nº 2, letra "b"; R\$ 6,04 a que se refere a Tabela I item 9; R\$ 4,64 a que se refere a comunicações; R\$ 5,33 a que se refere a Lei 3.217/99; R\$ 9,07 a que se refere a Mútua dos Magistrados/ ACOTERJ; R\$ 1,33 a que se refere ao FUNPERJ; R\$ 1,33 a que se refere ao FUNPERJ; R\$ 21,70 a que se refere a distribuição e R\$ 14,64 a que se refere a certidões. Assim o disse do que dou fé e me pediu lhe lavrasse a presente que lhe li em voz alta, aceita e assina, declarando dispensar o comparecimento de testemunhas, tal como faculta a legislação vigente. Eu, (LUCY DUARTE GUIMARÃES), Escrevente Autorizada, CTPS nº 39850/243-RJ, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. (ASS.) REP. DA OUTORGANTE - CARLOS EDUARDO CORRÊA DO LAGO// REP. DA OUTORGANTE - MARCO ANTONIO GONÇALVES. EXTRAÍDA NA MESMA DATA. Eu, LUCY DUARTE GUIMARÃES a digitei. E eu, Tabelião Substituto a subscrevo e assino em público e raso.



2 Ano XXIV - Nº 175 - Parte V
Rio de Janeiro, quinta-feira - 24 de dezembro de 2009

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

DIÁRIO OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro

D.O.

MOOREAR DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.
CNPJ nº 03.299.947/0001-07
NIRE 33.302.527-5

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
COMPANHIA MOOREAR DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.
REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2009 (segunda-feira)
Data, Hora e Local da Assembleia: Dia 03 de setembro de 2009, às 12 horas, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Av. Rio Branco, 166, sala 3013, Centro, CEP 20.040-901. CONVOCAÇÃO E PRESEÇA: Dispensada a publicação do Edital de Convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se evidencia das insinuações lançadas no Livro Presença de Acionistas, na forma do § 4º do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976. MESA: Presidente: Ricardo de Castro Faria, Secretário: Edvaldo Mendonça. ODEMI DO DIA: Apresentação e leitura das seguintes matérias: autorização à administração a assinar a ESCRITURA DE VENDA DE IMÓVEL; DELIBERAÇÕES: Por unanimidade, os acionistas autorizam a administração da companhia a assinar a ESCRITURA DE VENDA DE IMÓVEL JUNTO A MACAUBAS MEIO AMBIENTE S/A e CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS MACAUBAS S/A no valor de R\$110.855.000,00 (cento e dez milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil reais) de acordo com a minuta anexa. ENCERRAMENTO: Lida a presente, foi a mesma aprovada por todos os devidamente assinada, ficando autorizada sua lavatura em forma de ata nos termos do art. 130, §1º da LSA. Rio de Janeiro, RJ, 03 de setembro de 2009. Mesa: Presidente: Ricardo de Castro Faria, Secretário: Edvaldo Mendonça. Acionistas: Grupo Fundo de Investimento em Participações e Novor Participações S/A. Certificado que a presente contém com o original lavrado no livro de Atas das Assembleias Gerais. Mesa: Edvaldo Mendonça - Secretário. Arquivada na Jucija sob o nº 00001953153. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

AUTOPISTA FLUMINENSE S.A.
CNPJ nº 09.324.04/0001-11
NIRE 33.302.523-8

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 03/09/2009

1. Data, Hora e Local: Dia 03/09/2009, às 9:30 h, na Rua Joaquim Floriano nº 913, 9º andar, São Paulo-SP. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Art. 124 do Estatuto Social da Autopeça Fluminense S.A. (Cia.), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Cia. Sr. José Carlos Ferreira de Oliveira Filho, Sr. Felipe Esquerre Placência e o Sr. Juan Luis Daura Gómez, Sr. Mesa: Presidente: Sr. José Carlos Ferreira de Oliveira Filho, Secretário: Sr. Maria de Castro Micheli. 3. Ordem do Dia: a) Manifestar-se, em conformidade com o disposto no art. 14, inciso II do Estatuto Social, acerca da contratação pela Cia, tendo como interveniente Gerador de Obitos e Húmus Ltda Brasil S.A., de Flávia Benedita Junior ao Banco Santander (Brasil) S.A. em vista da contratação do instrumento Passagem de Construção de Garantia por Prestação de Serviço nº 180183609 (Contrato), datado em 18/09/2009, e re-contratação em 27/08/2009, a fim de permitir as obrigações pecuniárias da Cia. no Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 06.20638-1, celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 13/09/2009, nas seguintes condições: (a) Valor: R\$ 32.000.000,00; (b) Emissor da Flapac: Banco Santander (Brasil) S.A.; (c) Intervento Gerador: Obitoros e Húmus Ltda Brasil S.A.; (d) Cessão: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; (e) Fretes de Validação: 857 dias, emissão e perfil de emissão de Re-contratação à Carta de Flapac nº 180183609; e (f) Vencimento: 15/06/2011; 4.2. Aprovar aumento de capital da Cia, dentro do limite do capital autorizado previsto no § 2º do art. 8º do Estatuto Social, no valor de R\$ 3.000.000,00, mediante a emissão de 3.000.000 de ações ordinárias, conforme boletim de subscrição datado de 07/08/2009 e comprovante de integralização (Anexo II e III). As ações ordinárias em emissão foram integralmente subscritas pela acionista Obitoros e Húmus Ltda Brasil S.A., com verificação, pelas demais acionistas, que a emissão e a presente ata, ditada em conformidade com o que foi decidido, a Assinatura do Sr. José Carlos Ferreira de Oliveira Filho, Sr. Felipe Esquerre Placência, Sr. Juan Luis Daura Gómez e pela Sra. Maria de Castro Micheli. São Paulo, 03/09/2009. "Conferido com o original lavrado em livro próprio". (Ass.) Maria de Castro Micheli - Secretária de Mesa. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certificado de deferimento em 15/09/2009, e o registro sob o nº 00001953153. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

BRASESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS
CNPJ nº 02.682.038/0001-00
NIRE 33.300.275-41

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31.03.2009. Data, Hora e Local: Aos 31 dias do mês de março de 2009, às 17h, na sede social, Rua São João, 122, perto do Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, Presença: Comparceram, Identificaram e assinaram o Livro de Presença os Acionistas representando a totalidade do Capital Social. Mesa: Presidente: Ricardo Saad Affonso; Secretário: Ivan Luiz Gontijo Júnior. Convocação: Dispensada a convocação por Edital, em conformidade com o disposto no Parágrafo Quarto do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, com o seguinte Ordem do Dia: examinar proposta da Diretoria para aumentar o Capital Social no valor de R\$23.451.825,28, elevando-o de R\$ 1.659.000.000,00 para R\$1.682.451.825,28, mediante a emissão de 2.696 ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal, no preço de R\$8.858,67406528 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição. O preço de emissão foi fixado com base no valor patrimonial contábil por ação da Sociedade em 28.2.2009. As ações ordinárias no referido aumento de capital terão direito a dividendos e juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados a partir da data de integralização do referido aumento de capital, fazendo jus também, de forma integral, a eventuais vantagens atribuídas às demais ações, e parte daqueles desta. Em consequência, a redução do "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social será alterada após o completado todo o processo de aumento de capital. Dando sequência aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que a Diretoria estava autorizada a dar andamento ao processo de aumento de capital, no forma exposta, adotando a subscrição das ações, tendo os representantes de acionista Braseco Seguros Investimentos Ltda. declarado que abriam mão de seus direitos à subscrição das novas ações em favor da acionista Braseco Seguros S.A., que, por sua representação legal, assinaram o respectivo Boletim de Subscrição, subscrito em 2.696 novas ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal, e integralizadas mediante a transferência de 10.886 ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal, de emissão da EBS Serviços de Assistência e Participações S.A., pelo valor de R\$23.451.825,28. As vantagens e ações, utilizadas para Braseco Seguros S.A., para integralização do aumento de Capital, foram de conformidade com o disposto no Artigo 8º da Lei nº 6.404/76, pelo critério contábil, pela Empresa (GSA Consultoria Empresarial, Sociedade especializada em peritos contábeis, com sede na Avenida Rio Branco, 115, 9º andar, parte, Rio de Janeiro, RJ, CNPJ nº 02.880.842/0001-88, CRC-RJ nº 003180-0, que por seu representante, senhor Ruy Cardoso Vasquez, CRC-RJ nº 23.738-9, CPF 252.585.117-57, presente à Assembleia, sobreveio à Leitura de Atuação por ele elaborado, o qual foi aprovado em sua íntegra, sem quaisquer ressalvas, em especial quanto aos mínimos não cotados, dispensada a sua transcrição, uma vez que, não sendo parte presente, foram enviados na Sociedade nos termos de emissão "a" do Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76. Em seguida, comunicou o senhor Presidente: 1º ter sido totalmente subscrito e integralizado o aumento de capital no valor de R\$23.451.825,28, consistente de 2.696 ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal; 2º que verificou a subscrição integral e a integralização do aumento de Capital, o "caput" do Artigo 8º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação, após a homologação do processo pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP - Art. 8º O Capital Social é de R\$1.682.451.825,28 (um bilhão, oitocentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos), dividido em 221.283 (duzentas e vinte e uma mil, duzentas e sessenta e três) ações ordinárias, nominativas-escrituras, sem valor nominal". Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou que, para a deliberação tomada, o Conselho Fiscal da Companhia não teve opinião por não se encontrar instalado no período e que toda a matéria ora aprovada encontra-se em vigor e se tornará efetiva depois de homologada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de serem atendidas todas as condições legais de requerimento na Junta Comercial e publicação no Diário Oficial do Estado. Em seguida, levantou-se a presente Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a autografaram. Sr. Presidente: Ricardo Saad Affonso; Secretário: Ivan Luiz Gontijo Júnior; Acionistas: Braseco Seguros Investimentos Ltda. e Braseco Seguros S.A. por seus Diretores, senhores Ivan Luiz Gontijo Júnior e Heyward Roberto Chamberlain da Costa. Declaração: Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nela apostas. Braseco Seguros Investimentos Ltda. e Braseco Seguros S.A. - Diretor: Sr. Presidente: Carlos Eduardo C. do Lago - Diretor Geral, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Nome: Braseco Autore Companhia de Seguros - NIRE: 33.300.275-41. Protocolo: 00-2009/171233-1 em 15.09.2009. Certificado de deferimento em 15.09.2009 e o registro sob o número 00001953551. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

ENP PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 01.547.749/0001-18
NIRE 33.300.183-09

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2009. 1. Data, Hora e Local: Às 10 horas do dia 28 de agosto de 2009, na sede social da ENP Participações S.A. (Empresária), situada na Rua Senador Dória, nº 105, 7º andar, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. 2. Convocação e Publicação: Convocação dispensada nos termos do art. 124, §4º da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. 3. Presença: Presentes os acionistas BB Carreira Ltda - Fundo de Investimento em Ações (Emissor) e os administradores BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BBGIMF), tendo sido nomeado por seu Diretor, Sr. Carlos José da Costa André e Sr. João Roberto Ferreira, Arthur Prado Silva, Ricardo Carvalho Guimarães, Luciano Freitas Rodrigues, Mayra Oliveira de Vitor e Abílio Macário Ferreira de Souza, membros do Conselho de Administração da Companhia, em conjunto representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme se verifica pelas assinaturas ao final da presente ata e no Livro de Presença. 4. Mesa: Presidente: João Roberto Ferreira; Secretário: José Ricardo do Carmo. 5. Ordem do Dia: Deliberação sobre o pagamento do saldo remanescente dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 28 de agosto de 2009. 6. Deliberação: Os administradores, tornaram conhecimento da ata da Reunião do Conselho de Investimentos do Fundo (CMI), realizada no dia 17 de agosto de 2009, na qual, por unanimidade, os membros do CMI se mantiveram favoravelmente ao aumento do requerimento efetuado pela única quotista do Fundo, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Fundo), para que fosse determinada a reestruturação da cadeia de investimento pela qual a Previ poderia indiretamente da CPFL Energia S.A. (CEEL), de forma a passar a participar do

remanejamento de tal sociedade. Assim, pela deliberação do Comitê de Investimentos do Fundo, o Fundo e a Companhia, sociedade controlada pelo Fundo e detentora direta da participação em CPFL, deverão incluir as providências necessárias para que a participação que detém na CPFL seja transferida à Previ. Nesse sentido, a unanimidade dos acionistas decidiu que o pagamento do montante ainda remanescente dos dividendos declarados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada no dia 28 de agosto de 2009, correspondente a R\$ 167.035.427,80 por ação, será efetuado em atrevo, ou seja, por meio de entrega de ações de emissão da CPFL, de propriedade da Companhia, pelo valor em que as mencionadas ações foram adquiridas na posição societária de 28 de agosto de 2009, na proporção da participação que detém na Companhia, o montante total de R\$ 401.720.588,55 (quatrocentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e oito mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), equivalente a 38.399.502 (trinta e oito milhões, trezentos e noventa e nove mil e quinhentas e duas) ações de emissão da CPFL. Os Srs. João Roberto Ferreira, Arthur Prado Silva, Ricardo Carvalho Guimarães, Luciano Freitas Rodrigues, Mayra Oliveira de Vitor e Abílio Macário Ferreira de Souza, membros do Conselho de Administração da Companhia, nesta ata expressamente renunciaram, em favor do outro acionista da Companhia, o Fundo, a porção que lhe caberia do direito das ações de emissão da CPFL a serem utilizadas para pagamento dos dividendos da Companhia, conforme ora deliberado. Assim sendo, as ações de emissão da CPFL a serem utilizadas para pagamento dos dividendos declarados, segundo ora indicados, serão integralmente transferidas para o Fundo. Os acionistas registram que os Diretores da Companhia e os membros do Conselho de Administração da Companhia, nesta ata, mencionaram das deliberações tomadas e foram a Assembleia e Assembleia de acionistas: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, tendo sido lavrada e assinada a presente ata no livro próprio. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 2009. (Ass.) Presidente: João Roberto Ferreira; Secretário: José Ricardo do Carmo. Acionistas: BB Carreira Ltda - Fundo de Investimento em Ações; por seus administradores BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., tendo sido representada por seu Diretor, Sr. Carlos José da Costa André; João Roberto Ferreira, Arthur Prado Silva, Ricardo Carvalho Guimarães, Luciano Freitas Rodrigues, Mayra Oliveira de Vitor e Abílio Macário Ferreira de Souza. CONFERE COM ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO PRÓPRIO. José Ricardo do Carmo - Secretário. CERTIFICADO - Jucija registro nº 00001950551 em 08/09/2009. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

PP3 PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ nº 00.284.815/0001-07
NIRE 33.300.18023-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária: Data, Hora e Local: Dia 24 de agosto de 2009, às 18:00 horas, na sede social, na Av. Passos, nº 115 - Sala 407 - Centro - RJ - CEP nº 20.091-040. Convocação: Por carta convocação, dispensada a publicação dos editais (de convocação, tendo em vista o comparecimento da totalidade dos acionistas, de acordo com as disposições estatutárias no parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei 6.404 de 19/12/76. Acionistas presentes: Representando a totalidade do capital social, Mesa: Presidente, José Alfredo Fernandes Neves; Secretário, Cláudio Henrique Fernandes Neves. Declaração tomada, por unanimidade: a) Mudança de Endereço da Sede da Sociedade - Alterar o endereço da sede social da Sociedade, que passará a ser na Rua Victor Civita, nº 77, Bloco 1, Sala 802-paralela, Barra da Tijuca - RJ, CEP 22.775-907; b) Em virtude da alteração mencionada na letra "a", resolverem os acionistas alterar a redação do Artigo 2º, que passa a ter a seguinte redação: "Artigo 2º - A Companhia é constituída e tem sede na Barra da Tijuca, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua Victor Civita, nº 77, Bloco 1, Sala 802 - parte, Barra da Tijuca-RJ - CEP 22.775-907"; e c) Autorizar a lavatura da presente ata da Assembleia na forma sumária. (Esta transcrição é cópia fiel da lavrada no livro próprio). José Alfredo Fernandes Neves - Presidente. Cláudio Henrique Fernandes Neves - Secretário. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Certificado de registro sob o número 00001951705 e data de 10/09/2009. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

FARFARQUEIRA S.A.
CNPJ nº 33.348.473/0001-88
NIRE 33.300.275-41

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31/08/2009. 1. Data, Hora e Local: Realizada aos 31/08/2009, às 10:30h, na Rua Luiz Carlos Prestes, nº 410, sala 208, RJ. 2. Convocação e Presença: Convocação dispensada de acordo com o disposto no § 4º, do art. 124 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. Mesa: Assumiu a Presidência da reunião, o Sr. Edoardo Cruz Gerardi, que convitou a mim, Maria de Castro Micheli, para servir de Secretária, foram assim constituídos a Mesa. A Ordem do Dia: Deliberar sobre a concessão de fiança, nos termos do Art. 11, alínea IV, do Estatuto Social da Cia. 3. Deliberações: Deliberaram os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas: 5.1. Aprovar a concessão de fiança pela Cia. em favor de Maria Tereza e Cláudio Henrique Neves, a fim de garantir obrigações assumidas pela KSMALPE Empreendimentos e Participações S.A., nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outros Ações, celebrado nesta data (Contrato), no montante de até R\$ 40.000.000,00, mediante a emissão de ações remanescentes e mediante o empréstimo no Contrato. 5.2. Os acionistas aprovaram integralmente o todo da minuta da Carta de Fiança e se celebrada pela Cia. - que substitua pelas acionistas, ficando arquivada na sede da Cia. para todos os fins e efeitos legais - autorizando desde já os Diretores da Cia. a celebrarem tal instrumento. 5.3. Aprovar a lavatura da Ata de AGE AGE na forma sumária. 5.4. Encarregar-mei nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Rio de Janeiro, 31/08/2009. Edoardo Cruz Gerardi - Presidente; Maria de Castro Micheli - Secretária; Acionistas: p. Invervistos de Chile S.A., Carlos José Rômulo de Melo e Fernando Garibaldi Izama Sanchez; p. SIMONI Company Sociedade Anônima, Carlos José Rômulo de Melo; Edoardo Cruz Gerardi e Marcelo Gerardi. Conferido com a original, lavrada em livro próprio. Marcelo Gerardi - Secretário; Edoardo Cruz Gerardi - Presidente. Jucija nº 00001954602 em 18/09/2009. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

IMPRESSA OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro

Haroldo Zeger Faria Tinoco
DIRETOR-GERENTE

Jorge Narciso Peres
DIRETOR-GERENTE

Renato de Oliveira Freitas
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

DIÁRIO OFICIAL

PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATERIAS: As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema adp ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio ou Niterói.

PARTE I - PODER EXECUTIVO: Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhadas à Assessoria para Preparo e Publicação das Atas Oficiais - à Rua Pinheiro Machado nº 17 - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Guanabara, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22241-901 - Tel: (0xx21) 2334-3242, e 2334-3244.

AGÊNCIAS DA IMPRESSA OFICIAL - RJ: Atendimento das 09:00 às 17:00 horas
 - Rua São João, 35, sl. 222/24
 - Edifício Garibaldi Mendes Cortes.
 Tel: (0xx21) 2332-65-65, 2332-6565 ou Fax: 2332-6549
 NITERÓI: Rua Vis. de Sepetiba, 519
 - Edifício Garibaldi Mendes Cortes.
 Tel: (0xx21) 2717-4111 e 2717-4141

PREÇO PARA cm/col. para Municipalidades R\$ 132,00
 cm/col. para Municípios R\$ 92,40

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL

ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNÇÃO PÚBLICA (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI

OBS: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionalismo público (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último contracheque. A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de serviços estatísticos para transferir para estatísticas de empresas privadas. As estatísticas de empresas privadas deverão ser transferidas para estatísticas de empresas privadas. A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de serviços estatísticos para transferir para estatísticas de empresas privadas. A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de serviços estatísticos para transferir para estatísticas de empresas privadas.

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Marquês de Olinda 29, Centro - Niterói, RJ, CEP 24020-170. Tel: (0xx21) 2717-4141 FAX: (0xx21) 2717-4343

www.imprensaoficial.rj.gov.br

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844875 das 9h às 18h

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO DOS SANTOS MOTA e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 18/05/2016 às 14:14, sob o número WEB116102169506. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0117514-70.2016.8.06.0001 e código 21B0C00.

P- Da Administração: Art. 7º) A Sociedade será administrada por um Diretor, eleito pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, composta de 4 (quatro) a 9 (nove) membros, distribuídos nas seguintes categorias de cargo: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Vice-Presidente Executivo, de 1 (um) a 5 (cinco) Diretores Gerentes e de 1 (um) a 2 (dois) Diretores. Art. 8º) Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade perante terceiros, com atribuição em qualquer caso, os contratos de sua interesse; podendo, também, transigir a respeito de negócios e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo. Parágrafo Primeiro - Dependendo de prévia autorização do Conselho de Administração do acionista controlador desta ou indireto: a) a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do Ativo Permanente e de participações societárias de caráter não permanente, quando de valor superior a 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido da Sociedade, nos casos de alienação e aquisição de bens integrantes do Ativo Permanente; b) a constituição de novos títulos e a prestação de garantias a terceiros; c) associações envolvendo a Sociedade, inclusive participação em acordo de acionistas. Parágrafo Segundo - Realizadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade não se obriga mediante nenhuma, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente Executivo ou Diretor Gerente. Parágrafo Terceiro - A Sociedade poderá também ser representada por um ou mais membros (um) Diretor Presidente, um ou mais Diretores Gerentes ou um ou mais Diretores Vice-Presidentes, especificamente constituídos, devendo o contrato instrumento do mandato constar de sua poderes, de acordo com o poderio próprio e o seu preço. Parágrafo Quarto - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro de Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos: a) mandato com cláusula "ad iudicia", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substituível; b) recebimento de depósitos ou intimações judiciais ou extrajudiciais; c) participação em liquidação de bens da Sociedade; d) emissão de títulos de dívida; e) administração da Companhia de empresas; f) fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada; g) perante órgãos, repartições e instituições, públicas ou privadas, desde que não implique no desempenho de responsabilidades ou obrigações pela Sociedade; h) em depoimentos judiciais. Parágrafo Quinto - Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor-Presidente, assumirá o Diretor Vice-Presidente Executivo. Nos casos de impedimento temporário desta, a própria Diretoria, em reunião de urgência, poderá nomear um substituto, a critério da maioria, a eleição do substituto se fará de acordo com o que dispõe o Artigo 7º, deste Estatuto. Art. 9º) Compete à Diretoria, reunir e deliberando de conformidade com o presente Estatuto: a) decidir sobre as condições das operações efetivas e passivas; b) estabelecer o limite do endividamento da Sociedade; c) zelar para que os Diretores estejam, sempre, rigorosamente aptos a exercer suas funções; d) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade; e) sempre que necessário, solicitar a intervenção administrativa, visando reconstruir a estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade; f) fazer a orientação geral dos negócios da Sociedade; g) realizar o balanço da remuneração dos Diretores, estabelecida pela Assembleia Geral e fazer as gratificações de Diretores a funcionários, quando emender de concordância; h) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário; i) aprovar a aplicação de recursos oriundos de lucros ou reservas; j) aprovar a distribuição de dividendos; k) aprovar o aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação, ou endividamento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade; Art. 10º) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro de Diretoria: a) Diretor-Presidente: I) presidir as reuniões da Diretoria; II) ordenar as atividades sociais e fazer executar a política estabelecida e a de distribuição de lucros; III) nomear e demitir os Diretores Gerentes e os Diretores Vice-Presidentes e os Diretores Operacionais e administrativos da Sociedade; IV) emitir ordens ou contramandatos surgidas na administração executiva da Sociedade; b) Diretor Vice-Presidente Executivo: auditar o Diretor-Presidente, supervisionando e coordenando as Direções que lhe ficam sob suas ordens; c) Diretores Gerentes: o desempenho das funções que lhes foram atribuídas, respondendo-se ao Diretor-Presidente e ao Diretor Vice-Presidente Executivo; d) Diretores Operacionais e administrativos: responderem ao Diretor-Presidente e ao Diretor Vice-Presidente Executivo e ao Diretor Gerente, sob suas ordens e contramandatos; e) Assembleia Geral designará entre os Diretores da Sociedade os que devem ocupar as funções específicas instituídas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, quais sejam: I. Diretor Responsável pelas Relações com a SUSEP; respondendo pelo relacionamento com a Autoridade, tratando, isoladamente ou em conjunto com outros membros, as questões pertinentes às atividades técnicas, elaborando a elaboração de projetos, respectivos regulamentos, condições gerais e notas técnicas, bem como os cálculos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; II. Diretor Responsável Administrativo-Financeiro: supervisionar as atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de todas as legislações societárias e aquelas que a Sociedade estiver obrigada a cumprir; III. Diretor Responsável pelo Cumprimento das Disposições da Lei nº. 9.613, de 3 de março de 1998, que dispõe sobre os Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores: terá a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que visabilizam a lei observância das disposições estabelecidas na referida Lei e respectivo regulamentação complementar; V. Diretor Responsável pelos Controles Internos: terá a incumbência de estabelecer estratégias, políticas, procedimentos e controles internos de controle interno, visando a mitigação de riscos e a sair pelo cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; VI. Diretor Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; VII. Diretor Responsável pelos registros de emissões e emissões emitidos e dos consequentes efeitos. Art. 11º) A Diretoria terá reuniões sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais de metade dos Diretores em sessão, com a presença de maioria absoluta dos membros de Diretoria. Parágrafo Primeiro - Os assuntos a serem tratados serão pautados quando convocados os seus membros pelo Presidente ou por no mínimo 2 (dois) Diretores. A Diretoria deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente voto de qualidade, no caso de empate. Art. 12º) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário: a) dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvadas as tarefas em que a Sociedade não tenha interesse; b) que o Diretor seja brasileiro de origem; c) não ter sido condenado por crime de natureza grave. Parágrafo Primeiro - Diferença de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título V - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente - menos de 65 (sessenta e cinco) anos entre o Diretor e o Diretor Gerente - menos de 60 (sessenta) anos de idade. Título VI - Do Conselho Fiscal. Art. 13º) O Conselho Fiscal, não-permanente, corporar-se de, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. Título VI - De Assembleia Geral. Art. 14º) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente de Diretoria, eleito pela Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro - O Presidente da Assembleia Geral será o Diretor Presidente. Parágrafo Segundo - O Vice-Presidente Executivo e o Diretor Gerente -

- IV - data da emissão: 25.01.2006;
V - data da liquidação financeira: 25.01.2006;
VI - critério de seleção dos proponentes: melhor preço para o Tesouro Nacional;
VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o Sistema Oferta Pública Eletrônica (OPPEB), nos termos do Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC); e
VIII - características da emissão:

Título	Prazo (dias)	Data de Juros (a.a.)	Quantidade (em mil)	Valor Nominal (em R\$)	Data do Vencimento	Adaptação
NTN-F	1.437	2006	130	1.000.000.000	01.01.2010	Público
NTN-F	2.167	2006	130	1.000.000.000	01.01.2012	Público

Parágrafo único. Os capões de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinco mil títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DE-MAD/BCB e com o CODEP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 14, de 20 de março de 2003, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 8, de 04 de agosto de 2005, que consistirá na aquisição de NTN-F com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

- I - data da operação especial: 24.01.2006;
II - horário para acolhimento das propostas: do 13h às 15h30;
III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 16h, por intermédio do Banco Central do Brasil;
IV - data da liquidação financeira: 25.01.2006; e
V - características da emissão:

Título	Prazo (dias)	Data de Juros (a.a.)	Quantidade (em mil)	Valor Nominal (em R\$)	Data do Vencimento
NTN-F	1.437	2006	22,5	1.000.000.000	01.01.2010
NTN-F	2.167	2006	22,5	1.000.000.000	01.01.2012

Parágrafo primeiro. Os capões de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Parágrafo segundo. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado no público, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial referida no art. 3º, será alocada em conformidade com o disposto no art. 4º do Ato Normativo Conjunto nº 8, de 2005:

- I - 60% (sessenta por cento) às instituições denominadas "dealers" primários;
II - 40% (quarenta por cento) às instituições denominadas "dealers" especializadas.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 4º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição, por meio do Sistema OPPEB.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE KHALIL MISHI

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 2.365, DE 23 DE JANEIRO DE 2006

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 74 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.005187/2005-66, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos quotistas da BERKLEY INTERNATIONAL PARTICIPAÇÕES LTDA, CNPJ nº 07.021.544/0001-89, com sede na cidade de São Paulo - SP, que, na Assembleia Geral de Transformação realizada em 13 de dezembro de 2005, deliberaram, em especial:

I - A transformação do tipo jurídico, de sociedade limitada, para sociedade anônima;

II - O aumento do capital social de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;

III - A mudança da denominação social para BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S.A.; e

IV - A alteração e a consolidação do Estatuto Social.

Art. 2º Conceder à BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S.A. autorização para operar com seguros de danos, na 7ª (setima) e na 8ª (oitava) regiões do território nacional, sob controle acionário da BERKLEY INTERNATIONAL ARGENTINA S.A., sociedade anônima constituída sob as leis da Argentina;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENÉ GARCIA JR.

DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO

PORTARIA Nº 524, DE 24 DE JANEIRO DE 2006

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.001639/2005-31, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da FINASA SEGURADORA S.A., CNPJ nº 33.151.291/0001-78, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que, nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas cumulativamente em 31 de março de 2005, aprovaram, em especial:

I - A transferência da sede social para a cidade de São Paulo - SP; e

II - A alteração dos artigos 3º, 7º, 8º e 10º do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉO MARANHÃO DE MELLO

PORTARIA Nº 527, DE 24 DE JANEIRO DE 2006

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.100629/2004-04, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da CIGNA SEGURADORA S.A., CNPJ nº 33.061.862/0001-83, com sede social na cidade de São Paulo - SP, que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2004, aprovaram, em especial:

I - A composição do capital social de R\$ 58.084.921,99 (cinquenta e oito milhões, oitenta e seis mil, novecentos e vinte e um reais e noventa e nove centavos), dividido em 293.648.593,809 (duzentas e noventa e três milhões, seiscentas e quarenta e oito mil, quatrocentas e noventa e três mil, oitocentas e noventa e nove) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 286.208.295,083 (duzentas e oitenta e seis milhões, duzentas e seis mil, oitocentas e noventa e nove) ações ordinárias e quarenta e quatro mil, oitocentas e noventa e nove (quarenta e quatro mil, oitocentas e noventa e nove) ações preferenciais; e

II - A alteração do artigo 4º do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉO MARANHÃO DE MELLO

PORTARIA Nº 528, DE 24 DE JANEIRO DE 2006

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.001614/2005-37, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da BRASECO AUTORES COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ nº 92.681.038/0001-00, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que, nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias realizadas cumulativamente em 31 de março de 2005, aprovaram, em especial, a alteração dos artigos 3º, 7º, 8º, 9º, 10º e 11º do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉO MARANHÃO DE MELLO

PORTARIA Nº 529, DE 24 DE JANEIRO DE 2006

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos SUSEP nº 15414.101071/2003-95 e 15414.101069/2003-16, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da SULINA SEGURADORA S.A., CNPJ nº 88.457.395/0001-05, com sede social na cidade de São Paulo - SP, que, nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 13 de novembro de 2003, aprovaram, em especial:

I - O aumento do capital social de R\$ 5.939.270,00 (cinco milhões, novecentos e trinta e nove mil e setecentos e setenta e sete reais) para R\$ 6.201.197,60 (seis milhões, duzentas e três mil, cento e noventa e sete reais e sessenta centavos), representado por 396.896 (trezentas e noventa e seis mil, oitocentas e noventa e seis) ações nominativas, sem valor nominal, das quais 390.096 (trezentas e noventa mil, trezentas e seis) ordinárias e 6.800 (seis mil, oitocentas e sessenta) preferenciais; e

II - A alteração dos artigos 5º, 14, 15 e 16 do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉO MARANHÃO DE MELLO

Ministério da Justiça

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DIRETORIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 2.369, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2005

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1993, atualizado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, nos termos do art. 28 da Portaria nº 992-DG/DPF, de 25 de outubro de 1995, alterada pela Portaria nº 277-DG/DPF, de 13 de abril de 1998 e, considerando, finalmente, o posicionamento favorável da Coordenação-Geral de Controle de Seguros Privados, conforme despacho expedido - nos autos do Processo nº 08312.008855/2005-40-DE-LESP/SRD/SP/SP, DECLARA revista a autorização para funcionamento, válida por 01 (um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa BLINDER SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.277.780/0001-00, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA, tendo como sócios SANDRA REGINA ASSUNÇÃO VAZ CORREA e MARCOS CORREA, para efeito de exercer suas atividades no estado de SÃO PAULO.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 3.127, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1993, atualizado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, nos termos do art. 28 da Portaria nº 992-DG/DPF, de 25 de outubro de 1995, alterada pela Portaria nº 277-DG/DPF, de 13 de abril de 1998 e, considerando, finalmente, o posicionamento favorável da Coordenação-Geral de Controle de Seguros Privados, conforme despacho expedido - nos autos do Processo nº 08312.008855/2005-40-DE-LESP/SRD/SP/SP, DECLARA revista a autorização para funcionamento, válida por 01 (um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa BLINDER SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.277.780/0001-00, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA, tendo como sócios SANDRA REGINA ASSUNÇÃO VAZ CORREA e MARCOS CORREA, para efeito de exercer suas atividades no estado de SÃO PAULO.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 49, DE 11 DE JANEIRO DE 2006

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1993, atualizado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, nos termos do art. 28 da Portaria nº 992-DG/DPF, de 25 de outubro de 1995, alterada pela Portaria nº 277-DG/DPF, de 13 de abril de 1998 e, considerando, finalmente, o posicionamento favorável da Coordenação-Geral de Controle de Seguros Privados, conforme despacho expedido - nos autos do Processo nº 08312.009091/2005-01-DE-LESP/SRD/SP/SP, DECLARA revista a autorização para funcionamento, válida por 01 (um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa MACOR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.232.852/0001-41, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA e habilitada a exercer as atividades de SEGURANÇA PESSOAL e ESCOLTA ARMADA, tendo como sócios ANTONIO CARLOS DE MATOS e AULAIR JAGA, para efeito de exercer suas atividades no estado de SÃO PAULO.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

PORTARIA Nº 63, DE 12 DE JANEIRO DE 2006

O DIRETOR-EXECUTIVO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1993, atualizado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo a requerimento da parte interessada, nos termos do art. 28 da Portaria nº 992-DG/DPF, de 25 de outubro de 1995, alterada pela Portaria nº 277-DG/DPF, de 13 de abril de 1998 e, considerando, finalmente, o posicionamento favorável da Coordenação-Geral de Controle de Seguros Privados, conforme despacho expedido - nos autos do Processo nº 08312.009091/2005-01-DE-LESP/SRD/SP/SP, DECLARA revista a autorização para funcionamento, válida por 01 (um) ano a partir da data da publicação no D.O.U., concedida à empresa MACOR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.232.852/0001-41, especializada na prestação de serviços de VIGILÂNCIA e habilitada a exercer as atividades de SEGURANÇA PESSOAL e ESCOLTA ARMADA, tendo como sócios ANTONIO CARLOS DE MATOS e AULAIR JAGA, para efeito de exercer suas atividades no estado de SÃO PAULO.

ZULMAR PIMENTEL DOS SANTOS

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Esta parte é editada eletronicamente desde 23 de Janeiro de 2006

ATAS, CERTIDÕES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firms

AUTOPARK S.A.
CNPJ nº 03.734.283/0001-01
NIRE 33.300.264.80-9

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: 1. Data, Hora e Local: Em 27 de outubro de 2005, às 18h30, na sede da Companhia, situada no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Uruguaiana, nº 116, salas 208 e 209. 2. Presença: Compareceram à reunião a totalidade dos Conselheiros integrantes do Conselho de Administração da Companhia. 3. Composição da Mesa: Presidente: Felipe Equizure Placencia; Secretário: José Carlos Ferreira de Oliveira Filho. 4. Deliberações tomadas por unanimidade de Votos dos Conselheiros: I) aceitar a renúncia do Sr. Sérgio Borges Padilha, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, inscrito no CREA/RJ sob o nº 20.320.00, portador da cédula de identidade RG nº 2.531.714 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 036.151.118-34, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Piracema, nº 316, apartamento 72; II) realizar a eleição para a posição de diretor, ocorrida na Assembleia Geral Ordinária, de 12 de abril de 2004, do Sr. Antônio Isaac Issa, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 639.800 (SSP/BA) e inscrito no CPF/MF sob o nº 074.563.285-87, domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Pedroso Alvares, 990, 5º e 6º andares, conjuntos 51, 52, 61 e 62, Itaim Bibi, CEP 04531-004; o diretor ora mencionado ocupa a posição de Diretor Administrativo e Financeiro e permanecerá em tal cargo até o final do seu atual mandato; e III) eleger para a posição de Diretor Superintendente da Companhia, com mandato até a assembleia geral ordinária referente ao ano de 2005, o Sr. Arthur de Vasconcelos Netto, portador da cédula de identidade RG nº 347.620-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 074.880.638-72, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Azeiteiro Coutinho, 302, apto 21, Higienópolis; 5. Declaração da Desimpedimento: Os Diretores declaram para os devidos fins não estarem incorridos em quaisquer crimes que os impeçam de exercer a atividade empresarial; 6. Encerramento: Nada mais havendo a deliberar, a Sr. Presidente deu por encerrada a reunião e lavrou a presente ata sob forma de sumário. Resolvida a sessão, foi esta ata lida, aprovada e por todos os presentes assinada. (Ass.) Felipe Equizure Placencia - Presidente; José Carlos Ferreira de Oliveira Filho - Secretário. Conselheiros: Felipe Equizure Placencia, José Carlos Ferreira de Oliveira Filho, José Osuna Gómez, Sérgio Morad, Diretores: Arthur de Vasconcelos Netto, Antônio Isaac Issa. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o deferimento em 01/02/2006, e o registro sob o nº 00001584438. Valéria G. M. Seira - Secretária Geral.

Id: 1942. Valor: R\$ 1488,59

BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS
(atual denominação da União Novo Hamburgo Seguros S.A.)
CNPJ nº 02.832.038/0001-00
NIRE 33.300.275.54-1
Grupo Bradesco de Seguros

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS CUMULATIVAMENTE EM 31.3.2005. Data, Hora e Local: Aos 31 dias do mês de março de 2005, às 14h, na sede social, na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ. Quorum: Compareceram, identificaram-se e assinaram o Livro de Presença os representantes da Bradesco Seguros S.A., única acionista da Sociedade. Mesa: Presidente: Ricardo Saad Afonso; Secretário: Luiz Carlos Almeida Braga Nabuco de Abreu. Convocação: dispensada a convocação por Edital, de conformidade com o disposto no Parágrafo Único do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976. Ordem do Dia: Assembleia Geral Ordinária: I) tomar as contas dos Administradores, examiná-las, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2004; II) eleger os membros da Diretoria da Sociedade; III) fixar o montante global anual da remuneração dos Administradores, de acordo com o que dispõe o Estatuto Social; Assembleia Geral Extraordinária: a) examinar a proposta da Diretoria para alterar o Estatuto Social, nos Artigos 7º e Parágrafo Primeiro do 8º, aprimorando as suas redações; b) no Artigo 7º, reduzindo de 14 (quatorze) para 6 (seis) o número máximo de cargos na Diretoria; no Artigo 10, inserindo o Parágrafo Único, visando adaptá-lo ao disposto nas Circulares SUSEP nºs 234 e 249, respectivamente, de 28.8.2003, e 20.2.2004, que regulamentam a atribuição de funções dos Diretores da Sociedade por áreas de atividades, relacionadas às responsabilidades técnicas; administrativas-financeiras; pelos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; pelos crimes internos; e de Relações com a SUSEP; e no Artigo 12, estabelecendo limite máximo de idade para compor a Diretoria; b) aprovar a reformulação do Grupo Bradesco de Seguros, destacando a alteração da denominação para Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, a saída da filial Bradesco Saúde S.A. e a mudança da denominação da filial União Novo Hamburgo Seguros S.A. para Bradesco AUTORE Companhia de Seguros, procedendo-se em seguida à sua consolidação; Deliberações: Assembleia Geral Ordinária: I) aprovada, sem reservas, as contas dos Administradores, o Relatório da Administração, as Demonstrações Finan-

IMPRESSO

SUMÁRIO

Atas, Certidões e Demonstrações	
Associações, Sociedades e Firms	1
Avisos, Editais e Termos	
Associações, Sociedades e Firms	15
Extrato de Documentos	18
Órgãos de Representação Profissional	18

ceiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2004, de conformidade com a publicação efetuada nos jornais "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro", em 28.2.2005, páginas 50 e 54; e "Jornal do Comércio", em 25.2.2005, páginas A-28 a A-31; II) para composição da Diretoria, foram realizadas, com mandato de 1 (um) ano, até 31.3.2006, os seguintes: Diretor-Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi, brasileiro, casado, bancário, RG 3.284.352/SSP-SP, CPF 250.319.028/88, com domicílio e residência na Avenida Paulista, 1.415, São Paulo, SP; Diretor Geral de Auto e Ramos Elementares: Ricardo Saad Afonso, brasileiro, casado, acadêmico, RG 03.324.441-MFPR-RJ, CPF 531.032.627/87; Diretores Gerentes: Luiz Carlos Almeida Braga Nabuco de Abreu, brasileiro, casado, acadêmico, RG 03.324.441-MFPR-RJ, CPF 410.144.137/53; Carlos Eduardo Costa do Lago, brasileiro, casado, engenheiro civil, Registro nº 61-1-05637-7/CREA-RJ, CPF 684.290.307/75; Marco Antônio Gonçalves, brasileiro, separado consensualmente, acadêmico, RG 10.426.758/SSP-SP, CPF 721.646.117/72, todos com domicílio e residência na Rua Barão de Itapagipe, 225, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ; Diretores: Marcos Sulyan Neto, brasileiro, divorciado, acadêmico, RG 12.925.774/SSP-SP, CPF 014.196.728/51, com domicílio e residência na Avenida Paulista, 1.415, São Paulo, SP; Izair Paulo Lazzarotto, brasileiro, casado, acadêmico, RG 6.262.135-7/SSP-PR, CPF 254.276.758/00; e Luiz Camilo Rinaldi Vides, brasileiro, casado, acadêmico, RG 6.111.810/SSP-SP, CPF 442.492.098/49, ambos com domicílio e residência na Rua Barão de Itapagipe, 225, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, os quais permanecerão em suas funções até que os nomes dos Diretores que foram eleitos em 2006 recebam a homologação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e seja a Ata arquivada na Junta Comercial e publicada. Os Diretores reeleitos preenchem as condições previstas na Resolução nº 65, de 3.9.2001, alterada pela Resolução nº 74, de 13.5.2002, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade mercantil em virtude de condenação criminal. Na sequência dos trabalhos, deliberaram também: I) designar os senhores: a) Ricardo Saad Afonso, Diretor Geral de Auto e Ramos Elementares, em substituição ao senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi, como Diretor de Relações com a SUSEP, de conformidade com o disposto na Circular SUSEP 2004; b) Carlos Eduardo Costa do Lago, Diretor Gerente, em substituição ao senhor Haydwaldo Roberto Chamberlain da Costa, pelo incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições estabelecidas na Circular SUSEP nº 234, de 28.8.2003, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que trata dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; c) Marcos Sulyan Neto, Diretor, em substituição ao senhor Samuel Monteiro dos Santos Junior, como responsável administrativo-financeiro pela supervisão das atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução dos respectivos objetivos sociais - Circular SUSEP nº 234, de 28.8.2003; 2) realizar as seguintes designações: a) Ricardo Saad Afonso, Diretor Geral de Auto e Ramos Elementares, como responsável pela Área Técnica de Seguros - Resolução nº 65, de 3.9.2001, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP; b) Marcos Sulyan Neto, Diretor, como responsável pela implementação de controles internos das atividades da Sociedade, de seus sistemas de informações e do cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis - Circular SUSEP nº 249, de 20.2.2004; III) fixados: a) o montante global anual da remuneração dos Administradores, no valor de até R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), a ser distribuída em Rôlúcio da Diretoria, conforme determina a letra "g" do Artigo 8º do Estatuto Social; b) a verba de até R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), destinada a custear os Planos de Previdência dos Administradores; Assembleia Geral Extraordinária: aprovadas: a) sem qualquer alteração ou ressalva, a proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquele Órgão, de 18.3.2005, e segue transcrita: "Alterar o Estatuto Social, nos Artigos 7º e Parágrafo Primeiro do 8º, aprimorando as suas redações; no Artigo 7º, reduzindo de 14 (quatorze) para 6 (seis) o número máximo de cargos na Diretoria; no Artigo 10, inserindo o Parágrafo Único, visando adaptá-lo ao disposto nas Circulares SUSEP nºs 234 e 249, respectivamente, de 28.8.2003 e 20.2.2004, que regulamentam a atribuição de funções aos Diretores da Sociedade por áreas de atividades, relacionadas às responsabilidades técnicas; administrativas-financeiras; pelos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, pelos crimes internos; e de Relações com a SUSEP; e no Artigo 12, estabelecendo limite máximo de idade para compor a Diretoria. Se aprovada esta proposta, b) no Artigo 3º, 7º, Parágrafo Primeiro do 8º, Parágrafo Único do 10º e Artigo 12º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 3º A Sociedade tem sede e foro na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, no município e comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Art. 7º A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 1 (um) ano, composta de 4 (quatro) a 6 (seis) membros, distribuídos nas seguintes categorias de cargo: 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Geral de Auto e Ramos Elementares, de 1 (um) a 3 (três) Diretores Gerentes, e de 1 (um) a 3 (três) Diretores sem designação especial. Art. 8º - Parágrafo Primeiro - Dependente de prévia autorização do Conselho de Administração do acionista controlador, direto ou indireto, a) a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do Ativo Permanente, de participação societária de caráter não permanente, quando de valor superior a 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido da Sociedade; b) a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; c) as sociedades envolvendo a Sociedade, inclusive participação em acordo de acionistas. Art. 10º - Parágrafo Único - A Assembleia Geral designará dentre os Diretores da Sociedade os que devam ocupar as funções específicas instituídas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cuja sejam: 1. Diretor Responsável pelas Relações com a SUSEP, responsável pelo relacionamento com a Autoridade, prestando, isoladamente, ou em conjunto com outros Diretores, as informações por ela requeridas; 2. Diretor Responsável Técnico: supervisionar as atividades técnicas, englobando a elaboração de produtos, respectivas regulamentações, condições gerais e normas técnicas, bem como os efeitos que permitam a adequada constituição das provisões, reservas e fundos; 3. Diretor Responsável Administrativo-Financeiro: supervisionar as atividades administrativas e econômico-financeiras, englobando o cumprimento de toda a legislação societária e aquela aplicável à consecução dos respectivos objetivos sociais; 4. Diretor Responsável pelo Cumprimento do Disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que Dispõe sobre os Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores: terá a incumbência de desenvolver e implementar procedimentos de controle que viabilizem a fiel observância das disposições estabelecidas na referida Lei e respectiva regulamentação complementar; 5. Diretor Responsável pelos Controles Internos: terá a incumbência de adotar estratégias, políticas e medidas voltadas à difusão da cultura de controles internos, mitigação de riscos e zelar pelo cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis. Art. 12) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário: a) dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, salvo as causas em que a Sociedade tenha interesse; b) o candidato, na data da eleição, tenha: 1. Diretor-Presidente e Diretores Gerentes e Diretores - menos de 60 (sessenta) anos de idade; 2. Diretores Gerentes e Diretores - menos de 60 (sessenta) anos de idade; b) a aprovação da Convenção do Grupo Bradesco de Seguros, destacando a alteração da denominação para Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, a saída da filial Bradesco Saúde S.A. e a mudança da denominação da filial União Novo Hamburgo Seguros S.A. para Bradesco AUTORE Companhia de Seguros, o qual passa a fazer parte integrante desta Ata, como Anexo. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido, pois não se encontrava instalado no período e que toda matéria ora aprovada somente entrará em vigor e se tornará efetiva depois da homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem atendidas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. Em seguida, encorrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, pelo subscrito, Assinatura: Presidente: Ricardo Saad Afonso; Secretário: Luiz Carlos Almeida Braga Nabuco de Abreu; Administrador: Carlos Eduardo Costa do Lago; Acionista: Bradesco Seguros S.A., na personalidade por suas preocupações, senhores: João Alberto Ribeiro Carlos Loureiro Barbosa; Auditor: José M. Matos Nicotau. Declarado: Declararam para os devidos fins que a presente cópia fiel da ata da verdade no livro próprio e que são autênticas, no mesmo dia, as assinaturas nele apostas. Marcos Antonio Gonçalves - Diretor Gerente; Marcos Sulyan Neto - Diretor Gerente; Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Nome: BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS - NIRE: 33.300.275.54-1 - "Protocolo 00-2006011587-4" 27/01/2006. Certifico o deferimento em 30/01/2006 e o registro sob o nº 00001583849 - Data: 30/01/2006. Valéria G. M. Seira - Secretária Geral.

Id: 1906. Valor: R\$ 6764,1

FINASA SEGURADORA S.A.
CNPJ nº 33.151.290/0001-78
NIRE 33.300.093.088
Grupo Bradesco de Seguros

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA REALIZADAS CUMULATIVAMENTE EM 31 DE MARÇO DE 2005. Data, Hora e Local: Aos 31 dias do mês de março de 2005, às 10h, na sede social, na Rua Barão de Itapagipe, 225, parte, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ. Quorum: Acionista representante a totalidade do Capital Social. Mesa: Presidente: Samuel Monteiro dos Santos Junior; Secretário: Ivan Luiz Gonçalo Junior; Administrador: Samuel Monteiro dos Santos Junior. Convocação: dispensada a convocação por Edital, de conformidade com o disposto no Parágrafo Único do Artigo 124 da Lei nº 6.404, de 1976. Ordem do Dia: Assembleia Geral Extraordinária: 1. examinar propostas da Diretoria para alterar: a) o e deração da sede da Sociedade da Rua Barão de Itapagipe, 225, Rio Comprido, Rio de Janeiro, RJ, para Avenida Paulista, 1.415, parte, Bo Vista, São Paulo, SP, com a consequente alteração do Artigo 7º do Estatuto Social; b) o Estatuto Social, no Artigo 7º, alterando a composição da Diretoria; no Parágrafo Primeiro do Artigo 8º, aprimorando a sua redação; e no Artigo 10 adaptando-o ao disposto nas Circulares SUSEP nºs 234 e 249, respectivamente, de 28.8.2003 e 20.2.2004, que regulamentam a atribuição de funções aos Diretores da Sociedade por áreas de atividades, relacionadas às responsabilidades técnicas, administrativas, financeiras, pelos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, pelos crimes internos e de Relações com a SUSEP; 2. aprovar a reformulação da Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, a saída da filial Bradesco Saúde S.A. e a mudança da denominação da filial União Novo Hamburgo Seguros S.A. para Bradesco AUTORE Companhia de Seguros, procedendo-se em seguida à sua consolidação; Assembleia Geral Ordinária: 1. tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração; as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2004; 2. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2004 e distribuição de dividendos; 3. eleger os membros da Diretoria; 4. fixar montante global anual da remuneração dos Administradores, de acordo com o que dispõe o Estatuto Social; Deliberações: Assembleia Ge-



Título	Preço (R\$)	Quantidade	Valor Nominal (R\$)	Data de Vencimento
NTN-F	1.412	100	1.412.000,00	01/01/2010
NTN-F	1.392	100	1.392.000,00	01/01/2012

Parágrafo primeiro. Os cupons de juros das NTN-F poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão.

Parágrafo segundo. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado ao público, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial referida no art. 3º, será alocada, em conformidade com o disposto no art. 4º do Ato Normativo Conjunto nº 8, de 2005.

I - 60% (sessenta por cento) às instituições denominadas "dealers" primárias;

II - 40% (quarenta por cento) às instituições denominadas "dealers" especializadas.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 4º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do Sistema OFPUB.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ANTONIO GRAGNANI

PORTARIA Nº 876, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005.

O SECRETÁRIO-ADJUNTO DO TESOUREIRO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN nº 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras Financeiras do Tesouro - LFT, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.339, de 04 de julho de 2001:

I - data de recolhimento das propostas e do leilão;

II - horário para recolhimento das propostas: de 12h às 13h;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, pelo Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 21.12.2005;

V - data da liquidação financeira: 21.12.2005;

VI - data-barras das LFT: 01.07.2006;

VII - critério de seleção das propostas: serão aceitas todas as propostas com cotas iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras;

VIII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o Sistema Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELCUC);

IX - quantidade para o público: até 300.000 (trezentos mil) títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os titulares listados abaixo;

X - características da emissão:

Título	Preço (R\$)	Quantidade	Valor Nominal (R\$)	Data de Vencimento	Adquirido
LFT	1.193	Até 200	1.000.000,00	12/01/2009	Público
LFT	1.247	Até 200	1.000.000,00	12/01/2010	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação, com quatro casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinquenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAS/BCB e com o CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 14, de 20 de março de 2003, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 8, de 04 de agosto de 2005, que consistirá na aquisição de LFT, com as características apresentadas abaixo, pelas cotas de venda apuradas na oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 20.12.2005;

II - horário para recolhimento das propostas: de 13h às 15h30;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 16h, pelo Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 21.12.2005;

V - características da emissão:

Título	Preço (R\$)	Valor Nominal da oferta (R\$)	Data de Vencimento
LFT	1.193	1.000.000,00	12/01/2009
LFT	1.247	1.000.000,00	12/01/2010

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo, se a totalidade do volume ofertado ao público, nos termos do art. 3º desta Portaria, for vendida.

Art. 4º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial referida no art. 3º corresponderá a 5% (cinco por cento) da quantidade vendida ao público na oferta pública de que trata o art. 1º, e obedecerá à mesma distribuição percentual prevista para o público vencedor:

§1º A alocação da quantidade ofertada, conforme o art. 4º do Ato Normativo Conjunto nº 8, de 2005, obedecerá à seguinte proporção:

I - 60% (sessenta por cento) às instituições denominadas "dealers" primárias;

II - 40% (quarenta por cento) às instituições denominadas "dealers" especializadas.

§2º Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição obedecerá ao critério estabelecido no § 1º do art. 4º do Ato Normativo Conjunto nº 8, de 2005, e será informada à instituição pelo Sistema OFPUB.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE ANTONIO GRAGNANI

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 2329, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2005

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 131, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 7º do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do Processo SUSEP nº 15414.100361/2003-11, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da UNIMED SEGURADORA S.A. CNPJ nº 92.863.505/0001-06, com sede social na cidade de São Paulo - SP, que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2003, aprovaram, em especial, a alteração do artigo 2º do Estatuto Social.

Art. 2º Cancelar a autorização anteriormente concedida à UNIMED SEGURADORA S.A. para operar com seguros de danos, ficando aquela Sociedade autorizada a operar com seguros de pessoas e com planos de previdência complementar aberta, em todo o território nacional.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENE GARCIA JÚNIOR

PORTARIA Nº 2332, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 131, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 7º do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nº 15414.003240/2004-11, 15414.003241/2004-58, 15414.004742/2004-51, 15414.004744/2004-41, 15414.004745/2004-95 e 15414.000204/2005-79, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da BRADESCO SEGUROS S.A. CNPJ nº 33.055.146/0001-91, da FINASA SEGURADORA S.A. CNPJ nº 33.151.291/0001-78, da BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS: CNPJ nº 92.682.038/0001-00, todas com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, e da BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. CNPJ nº 51.990.69/0001-37, com sede social na cidade de Osasco - SP, que, nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de julho de 2004 e 29 de novembro de 2004, aprovaram, em especial:

I - A cisão parcial da BRADESCO SEGUROS S.A., com verção da parcela patrimonial cindida para a BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS, que a sucederá em todos os direitos e obrigações relacionadas à parcela patrimonial incorporada;

II - A incorporação da FINASA SEGURADORA S.A. à da BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A. em subsidiária integral da BRADESCO SEGUROS S.A.;

III - O aumento do capital social da BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS, de R\$ 671.590.500,00 (seiscentos e setenta e um milhões, novecentos e noventa mil e quinhentos reais) para R\$ 672.000.000,00 (seiscentos e setenta e dois milhões de reais), dividido em 107.331 (cento e dois mil, quinhentas e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal;

IV - O aumento do capital social da BRADESCO SEGUROS S.A., de R\$ 1.545.798.792,28 (um bilhão, quinhentos e quarenta e cinco milhões, trezentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos) para R\$ 1.547.024.367,31 (um bilhão, quinhentos e quarenta e sete milhões, vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos), dividido em 107.331 (cento e dois mil, quinhentas e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal;

V - A alteração dos artigos 6º e 7º do Estatuto Social da BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS e do artigo 6º da BRADESCO SEGUROS S.A.;

Art. 2º A transferência do controle acionário direto da DIADIANA SEGUROS S.A. CNPJ nº 61.100.145/0001-59, com sede social na cidade de São Paulo - SP, passando-o da BRADESCO SEGUROS S.A. para a BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENE GARCIA JÚNIOR

DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO

PORTARIA Nº 517, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria nº 848, de 1º de junho de 2000, tendo em vista o disposto no artigo 7º do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo SUSEP nº 15414.100037/2003-36, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas da SANTANDER BANESPA SEGUROS S.A. CNPJ nº 06.136.920/0001-11, com sede social na cidade de São Paulo - SP, que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de junho de 2005, aprovaram, em especial:

I - O aumento do capital social de R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) para R\$ 37.200.000,00 (trinta e sete milhões e duzentos mil reais), representado por 29.470.227 (vinte e nove milhões, quatrocentos e setenta mil, duzentas e vinte e sete) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal;

II - A alteração do artigo 5º do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LÉO MARANHÃO DE MELLO

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2005

Cancelamento de Incentivos do FINOR concedidos ao projeto da Empresa DIVERA INDUSTRIA DE CONFECCOES S.A. aprovado pela Resolução nº 11.197 de 6/12/1999, por infringência às disposições constantes da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991 (com as alterações pela Lei nº 9.808/99), da Portaria SUDENE nº 853, de 15 de dezembro de 1994 (e alterações posteriores).

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição, e tendo em vista as disposições dos incisos I e IV, do § 5º do art. 21 da Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001 e art. 5º, do Decreto nº 4.985, de 12 de fevereiro de 2004,

Considerando a finalidade de resguardar a boa aplicação dos recursos dos Fundos de Investimentos Regionais (art. 12 da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991), com nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999) e Portaria SUDENE nº 853, de 15 de dezembro de 1994 (e alterações posteriores);

Considerando que o então Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, hoje extinto, estabeleceu que os respectivos projetos deviam ser implantados de acordo com os objetivos para os quais foram aprovados, mediante cláusulas vinculantes estipuladas e cumpridas pelo projeto de cada um dos recursos do FINOR, sob pena de cancelamento em caso de descumprimento do que foi pactuado;

Considerando que o projeto da Empresa DIVERA INDUSTRIA DE CONFECCOES S.A. foi aprovado pelo então Conselho Deliberativo da SUDENE, nos termos da Resolução nº 11.197, de 6 de dezembro de 1999;

Considerando que não foram liberados em favor do referido projeto parcelas de recursos do FINOR até a presente data, e o dito empreendimento não se incumbiu de promover os aportes de recursos próprios, nem deu o efetivo início necessário e condizente ao cronograma de implantação, originariamente aprovado, nem tampouco encaminhou as informações necessárias para habilitar-se aos recebimentos daqueles recursos;

Considerando que mediante inspeção realizada no referido projeto, foram constatadas irregularidades praticadas por este, com base nos relatórios consultados e elaborados pela equipe técnica da ex-casta Secretaria Extraordinária da SUDENE, em 5/07/2002 e 6/07/2003;

Considerando que os administradores do projeto sob comento foram regularmente notificados para apresentação de defesa escrita quando dos fatos apurados pela supracitada equipe técnica; por meio de Edital nº 001/2005 nº 6 de 26/07/05, publicado no DOU em 28/07/05, seção 3, página 45;

Considerando, finalmente, que no exercício do legítimo direito de defesa que foi assegurado aos administradores, estes não apresentaram defesa escrita, conforme Proposição de Cancelamento nº 25/2005/GM - UQFIN/ML de 14/9/2005, resolve:

CANCELAR, como de fato e de direito, todos os incentivos financeiros oriundos do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, em favor do projeto (código SUDENE) nº 023.633.01.3 da Empresa DIVERA INDUSTRIA DE CONFECCOES S.A. CNPJ 02.822.439/0001-25, com fundamento no inciso I e II, § 4º do art. 12, da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991 (com nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999), e art. 181, I e II, da Portaria SUDENE nº 853, de 15 de dezembro de 1994 (e alterações posteriores).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CIRO COMES

L'IMPRESSO

vinha e cinco centavos) para R\$ 1.545.788.492,24 (um bilhão, quinhentos e quarenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos); D, a ação da Sociedade, a ser emitida em razão da presente operação de incorporação de parcela cindida, fará jus integralmente a dividendos e juros sobre o capital próprio que vierem a ser declarados a partir da data da deliberação dos acionistas que aprovarem a operação, cujo pagamento deverá ser efetuado após a aprovação do processo pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Paralelo V, também, de forma integral, a eventual vantagem atribuída às demais ações: X, para os fins previstos no Artigo 204 da Lei nº 6.404/76, informa-se que, caso a poluição de troca das ações dos acionistas da Seguros Invesa não for baseada nos valores dos Patrimônios Líquidos a preços de mercado de ambas as Sociedades em 30.8.2004, a relação de troca será na proporção de 1,19357203 ação da Seguros para cada ação da Sociedade; XI, aos acionistas dissidentes da deliberação da Assembleia Geral da Seguros terão direito a operação de incorporação pela parcela cindida prevista no Artigo 137 da Lei nº 6.404/76, mediante o recebimento do valor patrimonial cindido de R\$ 8.140.508.026,00 por ação mencionada no item IV, conforme Artigo 45 da mencionada Lei, aprovado conjuntamente o Laudo de Avaliação elaborado para fins de cotação parcial; XII, aprovada a operação, o "caput" do Artigo 5º do Estatuto Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte redação, após a homologação do processo pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP: "Art. 5º O Capital Social é de R\$ 442.050.122,33 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, quinhentos mil, cento e vinte e dois reais e trinta e dois centavos), dividido em 51.648 (sessenta e uma mil, cem e oitenta e quatro mil) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal"; XIII, a Sociedade assumirá todos os direitos e obrigações da Seguros decorrentes e relativos à parcela cindida, inclusive as obrigações e direitos trabalhistas dos funcionários que serão transferidos para a mesma, em virtude da operação, incluindo os valores a serem pagos pela Seguros aos funcionários que porventura não puderem ser transferidos imediatamente, em decorrência da necessidade de autorização dos órgãos reguladores; XIV, as sucursais, filiais e escritórios da Seguros que operem nos ramos automotivos e elementares ficam transferidos de pleno direito para a Sociedade, que assume todos as obrigações e direitos; XV, todos os contratos com terceiros que a Seguros mantiver, necessários ao desenvolvimento de todas as operações de seguros de automóveis e ramos elementares, terão seus direitos e obrigações assumidos e transferidos à Sociedade; XVI, os Diretores da Sociedade e os Seguros terão plena autonomia de decisão e poderão praticar todos os atos necessários, observando que a operação de cotação parcial com incorporação seja concluída de forma que a Sociedade assumirá na sua plenitude as operações do patrimônio verificado, inclusive quanto ao processo de migração de ativos e passivos, e desde que não impliquem alteração do Patrimônio Líquido cindido, haver, por restituições legais, contratuais ou de negócio, a transferência de contratos e operações; XVII, em seguida, os representantes legais do Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CNPJ nº 60.746.948/0001-12, NIRE 33.300.027.795, senhores Sérgio Scola, brasileiro, casado, bancário, RG 208.855-05SP-SC, CPF 133.186.409/72 e Milton Alcivar Silva Vargas, brasileiro, casado, bancário, RG 7.006.035.086/SP-RS, CPF 232.816.500/15, ambos com domicílio e residência na Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, presentes à Assembleia, deliberaram, ceder e transferir para o Bradesco Seguros S.A. a ação atribuída ao Banco Bradesco S.A. em decorrência da aprovação da proposta para incorporação de parcela do Patrimônio Líquido do Bradesco Seguros S.A., pelo preço certo e ajustado de R\$ 5.832.198.045/176, B, ratificando a indicação da GSRA Consultoria Empresarial, como empresa avaliadora dos Patrimônios Líquidos da Sociedade e do Bradesco Seguros S.A.; III, aprovada o instrumento de Promissão e Justificação de Cotação Parcial com Incorporação de Parcela do Patrimônio em Sociedade Existente, firmado pelas Sociedades, em 21.7.2004, sem qualquer alteração ou ressalva em seu texto, pelo qual se concretizou a operação, bem como o Laudo de Avaliação, anexo do referido instrumento, tanto na forma como no teor em que foi redigido, especialmente quanto aos números nele contido, cuja transcrição foi dispensada, o qual, rubricado pelos componentes da Mesa ficará arquivado na Sociedade, nos termos do item "a" do Parágrafo Primeiro do Artigo 130 da Lei nº 6.404/76; IV, de conformidade com o disposto no Artigo 7º do Estatuto Social, foi eleito ao cargo de Diretor da Sociedade o senhor Luiz Camilo Rinaldi Vides, brasileiro, casado, se-
cundário, RG 6.111.910/SP-SP, CPF 442.482.088-49, com domicílio e residência na Rua Barão de Itapetininga, 225, Rio Compror, Rio de Janeiro, RJ, e com mandato coincidente com o dos demais membros da Diretoria, até 31.3.2005, cujo nome será levado à aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, após o que tomará posse de seu cargo, sendo que permanecerá em suas funções até que os nomes dos Diretores que foram eleitos em 2005 estejam homologados na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e seja a Ata aprovada na Junta Comercial e publicada; V, fixado o montante global anual da remuneração dos administradores, para o exercício de 2004, no valor de R\$ 4.700.000,00 a ser distribuído em Reunião da Diretoria, conforme determina a letra "g" do Artigo 9º do Estatuto Social. Na sequência dos trabalhos, disse o senhor Presidente que: a) a Diretoria da Sociedade fica autorizada a praticar todos os atos necessários e a tomar as providências complementares da operação ora aprovada, incumbindo-se do cumprimento de todas as formalidades legais e complementares à incorporação da parcela do Patrimônio Líquido do Bradesco Seguros S.A.; b) considerando a aprovação do aumento do Capital Social no valor de R\$ 229.949.877,67, elevando-o para R\$ 671.890.500,00, com emissão de 40.683 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada nesta data, às 08h30, e da presente operação de incorporação de parcela do

Patrimônio Líquido do Bradesco Seguros S.A. ao patrimônio da Sociedade, o "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social da Sociedade passará a vigorar com a seguinte redação, após a homologação do processo pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP: "Art. 6º O Capital Social é de R\$ 872.000.000,00 (oitocentos e setenta e dois milhões de reais), dividido em 102.531 (cento e duas mil, quinhentas e trinta e uma) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal". Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encaminhou que para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período e que as medidas ora aprovadas somente entrarão em vigor e se tornaram definitivas depois de homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e de estarem arquivadas todas as exigências legais de arquivamento na Junta Comercial e publicação. Em seguida, encerraram os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem, inclusive pelos representantes legais da empresa avaliadora e do Banco Bradesco S.A. Assinaturas: Presidente: Samuel Monteiro dos Santos Júnior, Secretário: Carlos Henrique Robertson Schmitz, Adonista: Bradesco Seguros S.A., representada por seus Diretores, senhores Samuel Monteiro dos Santos Júnior e Carlos Henrique Robertson Schmitz; Empresa Avaliadora: GSRA Consultoria Empresarial, representada pelo senhor Ruy Cardoso Vasquez; Banco Bradesco S.A., representado por seus Diretores, senhores Sérgio Scola e Milton Alcivar Silva Vargas. Declaração: Declaramos para os devidos fins que a presente cópia fiel de Ata lavrada no livro próprio e que é autêntica, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Bradesco AutoRE Companhia de Seguros (atual denominação de União Novo Hamburgo Seguros S.A.) - Carlos Henrique R. Schmitz - Diretor Geral - T.J.; Domingos Aparecido Mala - Diretor Financeiro e de Patrimônio, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Nome: BRADESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS - NIRE: 33.300.027.795-1 - Protocolo 02-0109/181085-9 - 23/12/2005. Cartório e deferimento em 26/01/2006 e o registro sob o nº 00001582893 - Data: 26/01/2006. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral. Id: 1505. Valor: R\$ 7721,91

FÁBRICA DE RENDAS ARP S/A.
CNPJ nº 33.111.133/0001-81
NIRE nº 33300929606

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 2006 - L. ORTA, Hora e Local: As 11 horas do dia 12 (doze) de janeiro de 2006, na sede da Companhia, na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida, Conselho Júlio Arp, 80. II. Convocação e Presença. Convocação dispensada, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas; III. Mesa: Presidente: Anna Christina Arp Coimbra Bueno, Secretário: Jerônimo Coimbra Bueno Filho, IV. Ordem do Dia: 4.1. Reeleição dos membros do Conselho Consultivo, com o consequente ajuste da remuneração, em virtude do estágio coletivo da categoria em maio de 2005. V. Deliberações aprovadas por unanimidade dos presentes. 5.1-Reeleição: como membros do Conselho Consultivo e Sr. ANNA CHRISTINA ARP COIMBRA BUENO, brasileira, casada, economista portadora da Carteira de Identidade nº 03.113.015-6, expedida pelo IPR em 28/02/1978 e inscrita no CPF/MF sob o nº 330.040.587-01, residente e domiciliada na Rua Paraíba José Eugênio Matar, 129/101, Centro, Nova Friburgo/RJ e o Sr. LUIZ DE SEGODAS VIANNA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 6.530, expedida pelo Ministério do Trabalho em 05/04/78 e inscrito no CPF/MF sob o nº 093.355.797-34, residente e domiciliado na Rua Eugênio Grigio, 282, Santa Saud, Nova Friburgo/RJ, para mais um mandato de 1 (um) ano 5.2 Ajustar a remuneração mensal dos membros do Conselho Consultivo da Companhia, em consequência do estágio coletivo da categoria em maio de 2005, da seguinte forma: (i) R\$16.985,40 (dezesseis mil, novecentos e oitenta e dois reais e quatrocentos e sessenta e quatro centavos) para a Sr. Anna Christina Arp Coimbra Bueno, que exerce o cargo de membro do Conselho Consultivo; e (ii) O membro do Conselho Consultivo Sr. Luiz de Segodas Vianna não perceberá qualquer remuneração para desempenho de suas funções no Conselho Consultivo, em razão de já exercer cargo de Diretor na Companhia e ser remunerado por esta função. 5.3 Os efeitos da reeleição dos membros do Conselho Consultivo ora aprovada por unanimidade dos presentes, retroagirá ao dia 18 de outubro de 2005. VI. Encerramento. Nada mais havendo a tratar, foi a assembleia encerrada, depois de lavrada e assinada a presente Ata no livro próprio, Nova Friburgo, 12 de janeiro de 2006. Presidente: (assinado): Anna Christina Arp Coimbra Bueno. Secretário (assinado): Jerônimo Coimbra Bueno Filho. Cartório que a presente cópia fiel de original lavrada em livro próprio. Jerônimo Coimbra Bueno Filho - Secretário, Arquivada na Jucra sob o nº 00001581936 em 23/01/2006, Valéria G. M. Serra - Secretária Geral. Id: 1502. Valor: R\$ 1518,03

SIGLASUL CONSULTORIA LTDA.
CNPJ nº 05.396.638/0001-80

ATA DA REUNIÃO DOS SÓCIOS DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA, NA FORMA DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 999 E 1072 DO CÓDIGO CIVIL.

Aos dois dias do mês de janeiro do ano de dois mil e seis, às dezesseis horas, na Sede da Sociedade à Rua Visconde de Inhaúma nº 58, São 1.401, Centro, Rio de Janeiro, RJ, reuniram-se os sócios Ruy

Fernando Varet e Celso de Arruda Albuquerque está por si e representando os demais sócios através de procuração por instrumento público da Sociedade, todos devidamente qualificados no seu Contrato Social. Compõem a mesa como Presidente o sócio Ruy Fernando Varet e como Secretário o sócio Celso de Arruda Albuquerque, para deliberar sobre a seguinte pauta: a) decidir sobre a distribuição do capital social; b) destino do valor do capital distribuído; c) elaboração da alteração contratual. Todos os assuntos aqui tratados foram aprovados e tomadas as seguintes decisões: a) o capital social atual, que é de R\$1.205.575,00 (um milhão, duzentos e cinco mil e setecentos e setenta e cinco reais) sofrerá uma redução de R\$541.855,00 (quinhentos e quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e cinco reais) passando o capital social para R\$664.010,00 (seiscentos e sessenta e quatro mil e dez reais); b) o capital distribuído será restituído aos sócios, visto que se encontra integralizado, e esta diminuição baseia-se no motivo de que o capital social de R\$ 1.205.575,00 (um milhão, duzentos e cinco mil e setecentos e setenta e cinco reais) estava excessivo em relação ao objetivo da Sociedade; c) elaborar a alteração contratual com o respectivo registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. O Presidente encaminhou a reunião e indicou que se lavrasse a presente ata, que depois da lida e aprovada vai por todos assinada e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e em jornal de grande circulação. Ruy de Janeiro, 02 de janeiro de 2006. RUY FERNANDO VARELA Presidente, CELSO DE ARRUDA ALBUQUERQUE Secretário, LUIS FERNANDO ALVAREZ, por seu procurador Celso de Arruda Albuquerque, LUIS VICTORIO SBERTOLI, por seu procurador Celso de Arruda Albuquerque, SEDAS-TIAN ANDRES BUTTO, por seu procurador Celso de Arruda Albuquerque.

Id: 1492. Valor: R\$ 1241,17

PROSINT QUÍMICA S.A.
CNPJ nº 29.824.599/0001-88
NIRE nº 33300929606

ATA DA REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA NO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2005. LOCAL E HORA: Na sede da Companhia, na Av. Brasil nº 3.586, nesta cidade às 10:00 horas. QUORUM: Todos os membros da Diretoria. CONVOCAÇÃO: Convocada verbalmente. PRESIDÊNCIA: Paulo Cesar Peleato de Castro Palhares - Presidente; Antonio Joaquim Peleato de Castro Palhares - Secretário. DELIBERAÇÕES TOMADAS PELA UNANIMIDADE DOS PRESENTES: 1. Determinar, com base no permissivo contido no § 2º do Artigo 13º do Estatuto Social, o pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo ordinário do exercício de 2005, conforme previsto no artigo 9º da Lei 9248/95, no valor bruto de R\$ 9.951.210,33 (nove milhões, novecentos e cinquenta e um mil, duzentos e dez reais e trinta e dois centavos), ou seja, R\$ 0,0433630451 por ação, havendo redução nos termos da lei, de imposto de renda na fonte e alíquota de 15%. 2. Ficou, ainda, estabelecido, que a empresa adotará o crédito, de parte, dos juros sobre capital próprio devidos à controladora, GPC Participações S/A, em 02/01, conforme a seguinte metodologia: a) a empresa, no momento de 2005, possuía uma dívida com a controladora no valor de R\$ 1.923.836,83 (um milhão, novecentos e vinte e três mil, oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos) e que os demais acionistas receberam seus créditos conforme o mesmo fornecido ao Banco Itaú S/A, instituição depositária das ações desta companhia, a partir do dia 06 de fevereiro de 2006, independentemente da publicação do aviso. O saldo de R\$ 6.536.525,92 (seis milhões, quinhentos e trinta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e dois centavos) a favor do controlador poderá ser pago pela empresa, em parcelas mensais até 31 de dezembro de 2005. DIRETOS PRESENTES: Diretor Presidente: Paulo Cesar Peleato de Castro Palhares; Diretores Vice-Presidentes: Sérgio Peleato de Castro Palhares e Antônio Joaquim Peleato de Castro Palhares; Diretor Superintendente: Carlos de Oliveira Cruz; Diretores: Heitor Peleato de Castro Palhares, Emílio Grandjean Salgado, Emílio Salgado Filho, João Carlos Peleato de Castro Palhares. II. Presente o côpula fiel de Ata lavrada no Livro de Ata da Companhia, Rio de Janeiro, RJ, 23 de dezembro de 2005. ANTONIO JOAQUIM PELEATO DE CASTRO PALHARES - Secretário. CPF: 011.04.767/04, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Nome: Prosint Química S.A. Cartório e deferimento em 27/01/2006, e o registro sob o número e data abaixo. 00001583568 - Data: 27/01/2006. Valéria G. M. Serra - Secretária Geral. Id: 1433. Valor: R\$ 1395,87

TELESPAZIO BRASIL S/A
CNPJ nº 02.214.014/0001-33
NIRE 33300105830

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE JANEIRO DE 2006. Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 2006, às onze horas, na sede social da Companhia, situada na Av. Rio Branco, 11803, Rio de Janeiro, reuniram-se, em sessão a regular convocação promovida pelo Presidente do Conselho de Administração da TELESPAZIO BRASIL S/A, os membros do Conselho de Administração Walter Terezi, Dúlio Raci, Paulo Bressi e Maria Gracia Caccamo estas três últimas através de áudio-conférence, na forma do art. 15, § 6º do Estatuto Social da Companhia, para a discussão dos seguintes assuntos constantes da ordem do dia: (i) análise e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2005, auditadas pelos nossos auditores independentes, apresentadas

IMPRESA OFICIAL
do Estado do Rio de Janeiro

Empresário: Paulo Lima

João Augusto Guimarães
DIRETOR-GERENTE

João Narciso Pires
DIRETOR INDUSTRIAL

João Fernando Freitas Chaves
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO

DIÁRIO OFICIAL
PUBLICAÇÕES

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro comunica que, a partir desta edição, serão aceitos manuais para publicação no Diário Oficial Paralelo V - PUBLICAÇÕES A PEDIDO, no formato digital, desde que sejam enviados para a Agência de Regulação do Sistema de Ensino Eletrônico de Matrizes - e-Redes.

PARTE I - PODER EXECUTIVO: Os textos e recomendações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Publicações Oficiais - à Avenida Erasmo Braga nº 116, sala 205 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20020-000 - Tel.: (0xx21) 2292-5100, Ramal 131, Telefax: (0xx21) 2533-5443.

AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ: Atendimento das 09:00 às 17:00 horas
RIO - Rua São José, 35, sl. 222/21 - NITERÓI - Rua Vize, de Sepelibe, 519
RIO - Edifício Garagem Menozes Cortes, JERMA, Centro, Niterói, RJ.
Tel.: (0xx21) 2533-4856 e 2533-8647. Tel.: (0xx21) 2719-0404 e 2720-1122 RJ

PREÇO PARA cm/csl, para Municipalidades R\$ 119,00
PUBLICAÇÃO cm/csl, para Municipalidades R\$ 30,00

RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATERIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

Parte V - Publicações a Pedido

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL	
ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E CONTABILISTAS	R\$ 199,00
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00
FUNÇÃOÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00

OBS: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionalismo público (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último comprovante.

A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Essas somente poderão ser efetuadas em nossas Agências ou em Agência credenciada do Banco Itaú. Cópia de exemplares através de áudio-conférence, por endereço à Rua Marques de Oliveira nº 28, Centro, Niterói, RJ. ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas de D.O.

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Rua Marques de Oliveira 29, Centro-Niterói, RJ, CEP 24030-170. Tel.: (0xx21) 2620-1121 FAX: (0xx21) 2719-0542

www.imprensaoficial.org.br



Conseilho considerou legítimos créditos alegados pelo contribuinte para informar a exigência, não é motivo para inquirir se início como formalmente iniciado lançamento da espécie, a qual, por certo, deverá ser ajustado ao atual decidido em manifestações instâncias, podendo alar, consequentemente, o lançamento ser materialmente desconhecido em parte ou integralmente. Preliminar de nulidade do lançamento rejeitada. **NORMAS PROCESSUAIS - MEDIDA JUDICIAL.** A submissão de matéria à tutela arbitrária superior do Poder Judiciário não impede o pronunciamento da autoridade administrativa sobre o mérito da matéria tributária em litígio naquela instância, devendo prosseguir o processo no que diz respeito à matéria impugnada na via administrativa, que se diferencia da posta perante a esfera judicial. Recurso não conhecido quanto à matéria em discussão no Judiciário. **PIS - BASE DE CÁLCULO.** O parágrafo único do art. 6º da LC nº 77/90 determina a incidência da contribuição sobre o faturamento do texto antes autuado e da ocorrência do fato gerador. Recurso provido em parte.

Por unanimidade de votos, não se conheceu o recurso, na parte objeto de ação judicial; e, em não mérito, deu-se provimento parcial ao recurso, quanto à constitucionalidade, nos termos do voto do Relator.

Processo nº: 13317.00003/00-22
Sessão de: 12/9/2002 Recurso nº: 117401 Acórdão nº: 202-

14191 Recorrente: M.A. SILVA DIAS ME
Recorrida: DRJ-FORTALEZA/CE
Relator: RAIMAR DA SILVA AGUIAR
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. A ausência do depósito recorrente, correspondente a 30% do valor do crédito tributário mantido pela decisão recorrida, veda a admissibilidade do recurso voluntário (art. 150, III, do CTN). Recurso não conhecido.

Por unanimidade de votos, não se conheceu o recurso, por ausência de depósito. Ausente, justificadamente, os Conselheiros Eduardo da Rocha Schmidt e Gustavo Kelly Alencar.

Processo nº: 10410.02631/99-16
Sessão de: 17/2/2004 Recurso nº: 119223 Acórdão nº: 202-

15434 Recorrente: FORTILIT TUBOS E CONEXÕES S/A
Recorrida: DRJ-RECIFE/PE
Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
IPI CRÉDITOS BÁSICOS. RESSARCIMENTO. É vedada a utilização do saldo credor do IPI, acumulado trimestralmente, na forma de ressarcimento, no que tange às aquisições de insumos que entraram no estabelecimento da reclamante em períodos anteriores a 29 de dezembro de 1998. Soma para os trimestres civis iniciados posteriormente a essa data é que o saldo credor acumulado poderá ser objeto de ressarcimento. Recurso negado.

Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso. Fez sustentação oral, pela Recorrente, o Dr. Vítor Wolnerzak.

Processo nº: 10384.00193/2001-08
Sessão de: 16/4/2003 Recurso nº: 120504 Acórdão nº: 202-

14741 Recorrente: C. T. S. - CONSTRUÇÕES TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
Recorrida: DRJ-FORTALEZA/CE
Relator: RAIMAR DA SILVA AGUIAR

PIS/PASEP. FALTA DE RECOLHIMENTO. É legítimo o lançamento de ofício decorrente da falta de incidência de recolhimento desta contribuição. DIVERGÊNCIA ENTRE A RECEITA DO LIVRO CADA E A DECLARADA AO FISCO (DIP/DCTF). Não logrando o contribuinte justificar a diferença dos valores dos lançamentos consignados, em relação a referido período, pas. Desclassificação de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIP ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF versus Livro Caixa, procede o lançamento com base nos valores efetivamente levantados pela fiscalização. A constatação da existência de receitas operacionais da atividade lançada e não declaradas, caracterizam o ilícito fiscal e justificam o lançamento de ofício sobre as parcelas subtraídas ao crivo do imposto. ONUS DA PROVA. A atribuição do ônus da prova ao Fisco não o impede de efetuar lançamento de ofício com base nos elementos de que dispuser, quando o contribuinte, obrigado a prestar declaração ou intimado a informar sobre fatos de interesse fiscal de que tenha ou devesse ter conhecimento, se omite, recusa-se a fazê-lo ou o faz insatisfatoriamente. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. Após iniciada a ação fiscal, o contribuinte não mais se encontra ao amparo do instituto da denúncia espontânea. Valores declarados em DCTF após o início da ação fiscal não deverão ser considerados pelo Fisco como sendo objeto de denúncia espontânea. MULTA DE OFÍCIO. Entende-se ação fiscal, no tributo não declarado não podem ser objeto do benefício da denúncia espontânea, segundo o qual estaria sujeita à multa de mora. Os débitos devidos e não recolhidos, objeto de lançamento de ofício, sujeitam-se à incidência da multa de ofício. Recurso negado.

Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso.

Processo nº: 13907.00013/2002-94
Sessão de: 4/11/2003 Recurso nº: 122986 Acórdão nº: 202-

15236 Recorrente: FUGANTI CIA. LTDA
Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR
Relator: RAIMAR DA SILVA AGUIAR
PIS. BASE DE CÁLCULO. A partir de 01 de março de 1996, devem ser consideradas as alterações introduzidas pela MP nº 1.212/95, e suas redações, na base de cálculo do PIS. Recurso negado.

Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso.

Processo nº: 13654.00007/00-99
Sessão de: 17/2/2004 Recurso nº: 123313 Acórdão nº: 202-

15455 Recorrente: INDÚSTRIA DE CAL S/N LTDA
Recorrida: DRJ-JUIZ DE FORAM/O
Relator: RAIMAR DA SILVA AGUIAR
IPI CRÉDITOS BÁSICOS. RESSARCIMENTO. O princípio da não-cumulatividade aplica-se apenas aos produtos tributados incidentes no campo de incidência desse imposto. Não geram direito a créditos do IPI as aquisições de insumos aplicados em produtos que correspondam à solução NT (Não Tributados) da tabela de incidência TIPI. Recurso ao qual se nega provimento.

Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso.

Processo nº: 13654.00007/00-51
Sessão de: 17/2/2004 Recurso nº: 123426 Acórdão nº: 202-

15444 Recorrente: INDÚSTRIA DE CAL S/N LTDA
Recorrida: DRJ-JUIZ DE FORAM/O
Relator: RAIMAR DA SILVA AGUIAR
IPI CRÉDITOS BÁSICOS. RESSARCIMENTO. O princípio da não-cumulatividade aplica-se apenas aos produtos tributados incidentes no campo de incidência desse imposto. Não geram direito a créditos do IPI as aquisições de insumos aplicados em produtos que correspondam à solução NT (Não Tributados) da tabela de incidência TIPI. Recurso ao qual se nega provimento.

Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso.

Processo nº: 13854.00011/97-11
Sessão de: 17/3/2004 Recurso nº: 123517 Acórdão nº: 202-

15500 Recorrente: CONTRA PRITES S.A.
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
NORMAS PROCESSUAIS. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA INSTÂNCIA. A quo. O fato de no julgamento de primeira instância não haver apreciação de matéria decidida pela peça impugnatória não constitui óbice para o início imediato de segunda instância. Devendo o julgador não quem, em sede de preliminar, anular o processo a partir do ato viciado. Processo que se anula a partir da decisão de primeira instância, inclusive.

Por unanimidade de votos, anula-se o processo a partir da decisão de primeira instância, inclusive. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Dalton Cesar Cordeiro de Menezes.

Processo nº: 10812.00139/2001-19
Sessão de: 2/12/2003 Recurso nº: 123858 Acórdão nº: 202-

15335 Recorrente: PADARIA PRESIDENTE ALTINO LTDA
Recorrida: DRJ-CAMPINAS/SP
Relator: RAIMAR DA SILVA AGUIAR
PIS. BASE DE CÁLCULO. A partir de 01 de março de 1996, devem ser consideradas as alterações introduzidas pela MP nº 1.212/95, e suas redações, na base de cálculo do PIS. Recurso negado.

Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso.

Processo nº: 15707.00221/2002-15
Sessão de: 16/6/2004 Recurso nº: 121906 Acórdão nº: 202-

15648 Recorrente: VICUNHA TÊXTIL S.A.
Recorrida: DRJ-RECIFE/PE
Relator: JORGE FREIRE
IPI CRÉDITO-PRÊMIO - OPÇÃO PELA VIA JUDICIAL. Texto do sujeito passivo optado pela via judicial, atestada estará a competência dos órgãos julgadores administrativos para pronunciarem-se sob o aspecto técnico, sob pena de mal ferir a coisa julgada. Recurso não conhecido.

Por unanimidade de votos, não se conheceu o recurso, por opção pela via judicial. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Raimar da Silva Aguiar.

Processo nº: 13674.00042/99-91
Sessão de: 4/11/2003 Recurso nº: 124228 Acórdão nº: 202-

15237 Recorrente: J. E. ELETRODOMÉSTICOS LTDA
Recorrida: DRJ-BELO HORIZONTE/MG
Relator: RAIMAR DA SILVA AGUIAR
PIS/PASEP. OPÇÃO PELA VIA JUDICIAL. A opção do contribuinte pela via judicial implica renúncia ou desistência da via administrativa. COMPENSAÇÃO ANTES DO TRANSITO EM JULGADO. Impossível o reconhecimento pela autoridade administrativa de direito compensatório, objeto de controvérsia judicial pelo sujeito passivo, bem como de direito compensatório baseado em inconstitucionalidade de norma questionada pelo sujeito passivo na esfera judicial antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial. Recurso negado.

Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso.

Processo nº: 10510.01582/99-13
Sessão de: 16/6/2004 Recurso nº: 124385 Acórdão nº: 202-

15660 Recorrente: POLYSTAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS SINTÉTICOS LTDA
Recorrida: DRJ-RECIFE/PE
Relator: JORGE FREIRE
IPI RESSARCIMENTO - ART. 11 DA LEI Nº 9.779/99. IN SRF Nº 33/99. A IN SRF nº 33/99, de 04/03/1999, que regulamentou o artigo 11 da Lei nº 9.779/99, por delegação expressa contida nesta norma, estavam como termo a que para aproveitamento de créditos acumulados de produtos da indústria química, alíquota dos insumos e

dos produtos industrializados pelo estabelecimento industrial os insumos recebidos no estabelecimento industrial, ou recolhido a partir de primeiro de janeiro de 1999. Recurso ao qual se nega provimento.

Por unanimidade de votos, negou-se provimento ao recurso. Fez sustentação oral, pela Recorrente, o Dr. Pedro Guilherme A. Linsardelli, Assente, justificadamente, o Conselheiro Raimar da Silva Aguiar.

Processo nº: 13854.00004/00-21
Sessão de: 16/6/2004 Recurso nº: 125045 Acórdão nº: 202-

15651 Recorrente: FUTURAMA SUPERMERCADOS LTDA
Recorrida: DRJ-CURITIBA/PR
Relator: HENRIQUE PINHEIRO TORRES
NORMAS PROCESSUAIS. REQUISITOS DO ARTIGO 11 DO DECRETO Nº 70.235/1972. INAPLICABILIDADE AO AUTO DE INFRAÇÃO. As exigências previstas nesse artigo aplicam-se, exclusivamente, às notificações de lançamento. Os elementos essenciais do auto de infração estão elencados no artigo 10 desse decreto. AUDITORIA CONTÁBIL-FISCAL. HABILITAÇÃO EXIGIDA. A competência dos agentes do Fisco para procederem auditorias contábil-fiscais decorre do exercício regular das funções inerentes ao Cargo de Auditor-Fiscal, e pretende de habilitação específica em contabilidade de ou de inscrição na entidade da Classe representativa de contadores. LOCAL DA LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO. O local da verificação da falta não significa sempre o local onde a falta foi praticada, mas sim onde foi constatada, podendo ser o local da repartição ou qualquer outro que, não o da sede do contribuinte. PROCEDIMENTO POR AMOSTRAGEM. A expressão "por amostragem", constante do Termo de Encerramento da fiscalização, por si só, não evidencia que o lançamento tenha sido "calado" em bases supostivas, principalmente, quando existem boas razões elementares que demonstrem haver sido a inspeção fiscal fundada na observância fiscal e contábil do sujeito passivo. Preliminar de nulidade rejeitada. COTAS. NÃO-CUMULATIVIDADE. As contribuições sociais não estão sujeitas à observância da probecorona estandada no princípio constitucional da não-cumulatividade. CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. O princípio constitucional da capacidade contributiva é dirigido ao legislador infraconstitucional, a quem compete observá-lo quando da fixação dos parâmetros de incidência, alíquota e base de cálculo. Fugindo aos órgãos administrativos de julgamento competência para examinar o cumprimento dessas garantias constitucionais. MULTA DE OFÍCIO. A alegação de que a multa de 75% é confiscatória, não pode ser apreciada por esta instância de julgamento, já que passaria por um juízo de constitucionalidade de norma legitimamente inserida no ordenamento jurídico nacional, juízo esse de exclusiva competência do Poder Judiciário. JUROS DE MORA. As várias leis que estipulam taxa de juros de mora diversa de 1%, encontram amparo no parágrafo primeiro do art. 161 do CTN, sendo que qualquer análise de conformação desse arcabouço normativo com o princípio constitucional fuge da esfera de competência desta instância administrativa. Recurso negado.

Por unanimidade de votos, I) rejeitam-se as preliminares de nulidade; e II) no mérito, negou-se provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Raimar da Silva Aguiar.

Processo nº: 10335.00007/00-97
Sessão de: 16/4/2004 Recurso nº: 125103 Acórdão nº: 202-

15549 Recorrente: MAYESA MATUOKA VEÍCULOS LTDA
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: MAYRA BASTOS MANAÍTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ARGUMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. As instâncias administrativas não competem apreciar vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade das normas tributárias, cabendo-lhes apenas a fiel cumprimento à legislação vigente. PIS. EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO. As exclusões da base de cálculo devem estar previstas na legislação de origem. Recurso negado.

Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso. Votaram os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski e Raimar da Silva Aguiar, que davam provimento parcial quanto à semestralidade. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Carlos Bueno Ribeiro.

Processo nº: 10335.00007/00-97
Sessão de: 16/4/2004 Recurso nº: 125103 Acórdão nº: 202-

15549 Recorrente: MAYESA MATUOKA VEÍCULOS LTDA
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: MAYRA BASTOS MANAÍTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ARGUMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. As instâncias administrativas não competem apreciar vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade das normas tributárias, cabendo-lhes apenas a fiel cumprimento à legislação vigente. PIS. EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO. As exclusões da base de cálculo devem estar previstas na legislação de origem. Recurso negado.

Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso. Votaram os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski e Raimar da Silva Aguiar, que davam provimento parcial quanto à semestralidade. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Carlos Bueno Ribeiro.

Processo nº: 10335.00007/00-97
Sessão de: 16/4/2004 Recurso nº: 125103 Acórdão nº: 202-

15549 Recorrente: MAYESA MATUOKA VEÍCULOS LTDA
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: MAYRA BASTOS MANAÍTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ARGUMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. As instâncias administrativas não competem apreciar vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade das normas tributárias, cabendo-lhes apenas a fiel cumprimento à legislação vigente. PIS. EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO. As exclusões da base de cálculo devem estar previstas na legislação de origem. Recurso negado.

Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso. Votaram os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski e Raimar da Silva Aguiar, que davam provimento parcial quanto à semestralidade. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Carlos Bueno Ribeiro.

Processo nº: 10335.00007/00-97
Sessão de: 16/4/2004 Recurso nº: 125103 Acórdão nº: 202-

15549 Recorrente: MAYESA MATUOKA VEÍCULOS LTDA
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: MAYRA BASTOS MANAÍTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ARGUMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. As instâncias administrativas não competem apreciar vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade das normas tributárias, cabendo-lhes apenas a fiel cumprimento à legislação vigente. PIS. EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO. As exclusões da base de cálculo devem estar previstas na legislação de origem. Recurso negado.

Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso. Votaram os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski e Raimar da Silva Aguiar, que davam provimento parcial quanto à semestralidade. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Carlos Bueno Ribeiro.

Processo nº: 10335.00007/00-97
Sessão de: 16/4/2004 Recurso nº: 125103 Acórdão nº: 202-

15549 Recorrente: MAYESA MATUOKA VEÍCULOS LTDA
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: MAYRA BASTOS MANAÍTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ARGUMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. As instâncias administrativas não competem apreciar vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade das normas tributárias, cabendo-lhes apenas a fiel cumprimento à legislação vigente. PIS. EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO. As exclusões da base de cálculo devem estar previstas na legislação de origem. Recurso negado.

Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso. Votaram os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski e Raimar da Silva Aguiar, que davam provimento parcial quanto à semestralidade. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Carlos Bueno Ribeiro.

Processo nº: 10335.00007/00-97
Sessão de: 16/4/2004 Recurso nº: 125103 Acórdão nº: 202-

15549 Recorrente: MAYESA MATUOKA VEÍCULOS LTDA
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: MAYRA BASTOS MANAÍTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ARGUMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. As instâncias administrativas não competem apreciar vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade das normas tributárias, cabendo-lhes apenas a fiel cumprimento à legislação vigente. PIS. EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO. As exclusões da base de cálculo devem estar previstas na legislação de origem. Recurso negado.

Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso. Votaram os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski e Raimar da Silva Aguiar, que davam provimento parcial quanto à semestralidade. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Carlos Bueno Ribeiro.

Processo nº: 10335.00007/00-97
Sessão de: 16/4/2004 Recurso nº: 125103 Acórdão nº: 202-

15549 Recorrente: MAYESA MATUOKA VEÍCULOS LTDA
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: MAYRA BASTOS MANAÍTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ARGUMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. As instâncias administrativas não competem apreciar vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade das normas tributárias, cabendo-lhes apenas a fiel cumprimento à legislação vigente. PIS. EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO. As exclusões da base de cálculo devem estar previstas na legislação de origem. Recurso negado.

Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso. Votaram os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski e Raimar da Silva Aguiar, que davam provimento parcial quanto à semestralidade. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Carlos Bueno Ribeiro.

Processo nº: 10335.00007/00-97
Sessão de: 16/4/2004 Recurso nº: 125103 Acórdão nº: 202-

15549 Recorrente: MAYESA MATUOKA VEÍCULOS LTDA
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: MAYRA BASTOS MANAÍTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ARGUMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. As instâncias administrativas não competem apreciar vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade das normas tributárias, cabendo-lhes apenas a fiel cumprimento à legislação vigente. PIS. EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO. As exclusões da base de cálculo devem estar previstas na legislação de origem. Recurso negado.

Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso. Votaram os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski e Raimar da Silva Aguiar, que davam provimento parcial quanto à semestralidade. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Carlos Bueno Ribeiro.

Processo nº: 10335.00007/00-97
Sessão de: 16/4/2004 Recurso nº: 125103 Acórdão nº: 202-

15549 Recorrente: MAYESA MATUOKA VEÍCULOS LTDA
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: MAYRA BASTOS MANAÍTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ARGUMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. As instâncias administrativas não competem apreciar vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade das normas tributárias, cabendo-lhes apenas a fiel cumprimento à legislação vigente. PIS. EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO. As exclusões da base de cálculo devem estar previstas na legislação de origem. Recurso negado.

Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso. Votaram os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski e Raimar da Silva Aguiar, que davam provimento parcial quanto à semestralidade. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Carlos Bueno Ribeiro.

Processo nº: 10335.00007/00-97
Sessão de: 16/4/2004 Recurso nº: 125103 Acórdão nº: 202-

15549 Recorrente: MAYESA MATUOKA VEÍCULOS LTDA
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: MAYRA BASTOS MANAÍTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ARGUMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. As instâncias administrativas não competem apreciar vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade das normas tributárias, cabendo-lhes apenas a fiel cumprimento à legislação vigente. PIS. EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO. As exclusões da base de cálculo devem estar previstas na legislação de origem. Recurso negado.

Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso. Votaram os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski e Raimar da Silva Aguiar, que davam provimento parcial quanto à semestralidade. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Carlos Bueno Ribeiro.

Processo nº: 10335.00007/00-97
Sessão de: 16/4/2004 Recurso nº: 125103 Acórdão nº: 202-

15549 Recorrente: MAYESA MATUOKA VEÍCULOS LTDA
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: MAYRA BASTOS MANAÍTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ARGUMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. As instâncias administrativas não competem apreciar vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade das normas tributárias, cabendo-lhes apenas a fiel cumprimento à legislação vigente. PIS. EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO. As exclusões da base de cálculo devem estar previstas na legislação de origem. Recurso negado.

Por maioria de votos, negou-se provimento ao recurso. Votaram os Conselheiros Gustavo Kelly Alencar, Marcelo Marcondes Meyer-Kozlowski e Raimar da Silva Aguiar, que davam provimento parcial quanto à semestralidade. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Antônio Carlos Bueno Ribeiro.

Processo nº: 10335.00007/00-97
Sessão de: 16/4/2004 Recurso nº: 125103 Acórdão nº: 202-

15549 Recorrente: MAYESA MATUOKA VEÍCULOS LTDA
Recorrida: DRJ-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator: MAYRA BASTOS MANAÍTA
PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. ARGUMENTO DE INCONSTITUCIONALIDADE E ILEGALIDADE. As instâncias administrativas não competem apreciar vícios de ilegalidade ou de inconstitucionalidade das normas tributárias, cabendo-lhes apenas a fiel cumprimento à legislação vigente. PIS. EXCLUSÕES DA BASE DE CÁLCULO. As exclusões da base de cálculo devem estar previstas na legislação de origem. Recurso negado.



I - A conversão da UNIAO NOVO HAMBURG SEGUROS S.A. em subsidiária integral da BRADESCO SEGUROS S.A., e a transferência de sua sede social, da cidade de Novo Hamburgo - RS, para a cidade do Rio de Janeiro - RJ;

II - A incorporação, pela UNIAO NOVO HAMBURG SEGUROS S.A., da totalidade do patrimônio da BRADESCO AUTOMOBIL COMPANHIA DE SEGUROS, nos termos do Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação datado de 29 de junho de 2004;

III - O aumento do capital social da UNIAO NOVO HAMBURG SEGUROS S.A., de R\$ 124.705.175,77 (cento e vinte e quatro milhões, setecentos e cinco mil, cento e setenta e cinco reais e setenta e seis centavos) para R\$ 132.890.807,63 (cento e trinta e dois milhões, noventa mil, oitocentos e sete reais e sessenta e três centavos), dividido em 701.053.534 (setecentos e um milhões, oitenta e três mil, quinhentas e trinta e quatro) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal;

IV - O aumento do capital social da BRADESCO SEGUROS S.A., de R\$ 1.540.000.000,00 (um bilhão e quinhentos e quarenta milhões de reais) para R\$ 1.545.798.792,28 (um bilhão, quinhentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos), dividido em 628.692 (seiscientos e vinte e oito mil, seiscientos e noventa e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal;

V - A mudança da denominação social da UNIAO NOVO HAMBURG SEGUROS S.A. para BRADESCO AUTOMOBIL COMPANHIA DE SEGUROS;

VI - A alteração dos artigos 1º, 3º, 6º, 7º, 8º e 10 do Estatuto Social da UNIAO NOVO HAMBURG SEGUROS S.A., e do artigo 6º do Estatuto Social da BRADESCO SEGUROS S.A.;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENÉ GARCIA JÚNIOR

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 79, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no §1º do art. 11 do Decreto-Lei nº 4.567, de 04 de setembro de 1942 - Lei de Introdução ao Código Civil, e o que consta do processo MJST nº 08013.010006/2003-99, resolve:

Art. 1º Autoriza a OPERA FRATERNITÁ BAHIANA, organização supracitada sem fins lucrativos, com sede em Bolonha, Itália, a instalar-se no Brasil, com o objetivo de desenvolver atividades de assistência social a partir da construção de um centro para jovens na cidade de Salvador/BA.

Art. 2º As alterações do Estatuto da mencionada organização, constantes do processo supracitado, posteriores a esta Portaria, sujeitam-se à aprovação do Governo da República Federativa do Brasil, sob pena de cassação da autorização.

Art. 3º Fica a organização obrigada a apresentar ao Ministério da Justiça, até o dia 30 de abril de cada ano, relatório circunstanciado dos serviços e atividades que houver prestado à coletividade no ano anterior, acompanhado do demonstrativo das receitas e despesas realizadas no período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

SECRETARIA EXECUTIVA DIRETORIA DE PROGRAMA

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005

O DIRETOR DE PROGRAMA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 44, de 27 de janeiro de 2004, tem como o dispositivo no inciso II, do art. 64, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º - Promover, na forma do Anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação orçamentária da Unidade 30909 - Fundo para Aperfeiçoamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL, constante da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADÉLIO CLÁUDIO BASILE MARTINS

ANEXO

JUSTIFICATIVA

A mudança da modalidade de Transferências a União (4420) e Transferências a Estados e ao Distrito Federal (4430) para Aplicações Diretas (4490), justificada devido à necessidade de ajuste orçamentário para dar continuidade a modernização de equipamentos do Departamento de Polícia Federal.

3099 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA											RE 11
CÓDIGO		ESPECIFICAÇÃO	REDUÇÃO				ACRÉSCIMO				
CÓDIGO	CÓDIGO		E	MODAL	P	VALOR	E	MODAL	P	VALOR	
			S	T	D		S	T	D		
		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA									
		FUNDO PARA APERFEIÇOAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL									
30909 06 181 1353 1899		REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEQUEMTO TÉCNICO-CIENTÍFICO(PROMOTÓRIO AMAZONIA)				21.196.500				21.196.500	
30909 06 181 1353 1899 0001		NACIONAL	P	4420	149	100.000	P	4490	149	100.000	
			F	4430	149	21.096.500	F	4490	149	21.096.500	
TOTAL						21.196.500	TOTAL				21.196.500

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005

O DIRETOR DE PROGRAMA DA SECRETARIA EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria MJ/SE nº 125, de 20 de março de 2000, e tendo em vista o disposto no inciso II, do art. 64, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 e Portaria SOP/MP nº 3, de 21 de fevereiro de 2003, resolve:

Art. 1º - Promover, na forma do Anexo a esta Portaria, a modificação da modalidade de aplicação de dotação orçamentária da Unidade 30909 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD, constante da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADÉLIO CLÁUDIO BASILE MARTINS

PORTARIA Nº 84, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.441, de 26 de abril de 2000, e tendo em vista o disposto no §1º do art. 11 do Decreto-Lei nº 4.567, de 04 de setembro de 1942 - Lei de Introdução ao Código Civil, e o que consta do processo SNI/DIVOT nº 08026.012765/2004-48, resolve:

Art. 1º Autoriza o MANTELLO, organização estrangeira sem fins lucrativos, com sede em Acquafredda di Bagnoli, Itália, a instalar-se no Brasil, com o objetivo de atuar na intermediação de adoções internacionais de menores.

Art. 2º As alterações do Estatuto da mencionada organização, constantes do processo supracitado, posteriores a esta Portaria, sujeitam-se à aprovação do Governo da República Federativa do Brasil, sob pena de cassação da autorização.

Art. 3º Fica a organização obrigada a prestar contas anualmente acerca das atividades desenvolvidas no Brasil à Autoridade Central Administrativa Federal e a cumprir as demais obrigações impostas pelo art. 4º da Portaria nº 14 do Secretário de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, de 27 de julho de 2000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

DESPACHO DO MINISTRO
Em 18 de fevereiro de 2005

Nº 14 - Ref: PROCESSO nº 08.093.000.681/04-26. INTERESSADO: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/Departamento de Polícia Federal. ASSUNTO: Requerimento Administrativo. DECISÃO: Juízo proferido pelo servidor Jovane Luiz Rodrigues dos Santos pelas razões de fato e fundamentos de direito aduzidos na Nota Técnica nº 381/04, da Consultoria Jurídica, que adota.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

Guia nº 226454 A 2 cm :R\$238,00

Nº 93, terça-feira, 17 de maio de 2005

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1676-2355

93

VALOR TOTAL: R\$ 79.540,00 (setenta e nove mil e quinhentos e quarenta reais). FORMA DE PAGAMENTO: 10 (dez) parcelas mensais, iguais e consecutivas de R\$ 7.954,00 (sete mil e novecentos e cinquenta e quatro reais).

CONTRATANTES: Conselho Federal de Administração e FLS Auditlink & Cia Auditores. OBJETO: Serviços Auditoria Contábil e de Gestão. PRAZO DE VALIDADE: De 20/04/2005 a 19/04/2006. VALOR TOTAL: R\$ 163.200,00 (cento e sessenta e três mil e duzentos reais). FORMA DE PAGAMENTO: Em 3 (três) parcelas, sendo a 1ª no valor de R\$ 32.640,00; 2ª no valor de R\$ 48.960,00 e a 3ª no valor de R\$ 81.600,00.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS

AVISOS DE LICITAÇÃO CONVITE Nº 14/2005

A Comissão Permanente de Licitação vem a público informar que promoverá licitação para aquisição de aparelhos domésticos e de escritório (Refrigerador, televisão, fogão, ventilador, aparelhos telefônicos e de fax e suporte de TV), cuja abertura se dará no dia 24/05/05, às 14:00h, na sede do CREA-MG. Os interessados poderão retirar cópia gratuita do Edital CONV. 014/2005 somente na Sede do CREA-MG, situada na Av. Álvares Cabral, 1600, 4º andar, Setor de Compras, das 08:30h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira. Dúvidas poderão ser esclarecidas junto à CPL, através dos tel.: (31) 3299-4829 e 3299-8824 (fax) ou e-mail licita@crea-mg.org.br, de 08:30h às 18:00h.

TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2005

A Comissão Permanente de Licitação vem a público informar que promoverá licitação para aquisição de aparelhos domésticos e de escritório (Refrigerador, televisão, fogão, ventilador, aparelhos telefônicos e de fax e suporte de TV), cuja abertura se dará no dia 24/05/05, às 14:00h, na sede do CREA-MG. Os interessados poderão retirar cópia gratuita do Edital TP 014/2005 somente na Sede do CREA-MG, situada na Av. Álvares Cabral, 1600, 4º andar, Setor de Compras, das 08:30h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, de segunda à sexta-feira. Dúvidas poderão ser esclarecidas junto à CPL, através dos tel.: (31) 3299-4829 e 3299-8824 (fax) ou e-mail licita@crea-mg.org.br, de 08:30h às 18:00h.

Belo Horizonte-MG, 13 de maio de 2005.
LUZ FELIPE CARMO KRAUSS
Presidente da CPL

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/05

1. Contratada: Torin Informática Ltda. 2. Espécie: Contrato. 3. Objeto: Fornecimento de 64 (sessenta e quatro) computadores. 4. Modalidade de Licitação: Concorrência - Licit. II, alínea "c", do art. 23 da Lei 8666/93. 5. Valor: R\$ 299.980,00 (duzentos e noventa e nove mil e novecentos e oitenta reais). 6. Prazo: 36 (trinta e seis) meses. 7. Data de assinatura: 01/04/2005. 8. Signatário: Polo CREMERJ. Márcia Rosa de Araújo - Presidente. Pela Contratada: Denise do Amaral Risio - Representante Legal.

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 5/2002

1. Contratada: Editora Gráfica e Editora Ltda. 2. Espécie: Termo Aditivo. 3. Objeto: Prorrogação do contrato por 12 (doze) meses e reajuste contratual de 7,2%. 4. Amparo legal: Art. 65 da Lei 8666/93. 5. Data de assinatura: 01/04/2005. 6. Signatário: Polo CREMERJ. Márcia Rosa de Araújo - Presidente. Pela Contratada: Jorge Rodrigues Carneiro - Representante Legal.

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCORRÊNCIA Nº 1/05

1. Objeto: Cabeamento estruturado da rede lógica. 2. Empresa vencedora: Fastcom Tecnologia Ltda. 3. Fundamento legal: Art. 22, inciso I, § 1º da Lei 8666/93. 4. Valor Total do Contrato: R\$ 202.636,79. 5. Base: Janeiro/2005. 6. Critério de Julgamento: Menor Preço. 7. Proposta Desclassificada da empresa Rian Telecomunicações e Eletricidade Ltda por atender o subitem 1.2.5.2 do Edital.

PABLO VAZQUEZ QUEMADELOS
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato firmado entre o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo e a empresa A.S.T. Consultoria e Desenvolvimento Empreitada Ltda. OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra temporária de telefonistas para jornada de 06 (seis) horas diárias de segunda a sexta-feira, pelos

períodos de 25/04/2005 a 24/05/2005 e 30/05/2005 a 29/06/2005. VIGÊNCIA: Restrição ao efetivo cumprimento das obrigações de ambas as partes. MODALIDADE: Processo L-043/2005. VALOR TOTAL: R\$ 3.833,66 (três mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos). CREDITO: 3132,32.00.00. DATA DA ASSINATURA: 25/04/2005.

ESPÉCIE: Contrato firmado entre o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo e a empresa Netmundo Informática Ltda. OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do ambiente de informática do CREA-SP e locação de 150 (cento e cinquenta) licenças do Aplicativo Office Profissional. VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua assinatura. MODALIDADE: Processo L-066/2001. VALOR TOTAL: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). CREDITO: 4290,01.00.00. DATA DA ASSINATURA: 26/01/2005.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

NÚMERO DO TERMO ADITIVO: C-022A/2004-DIFENSI. NÚMERO DO CONTRATO: C-022/2004-DIJC. NÚMERO DO PROCESSO: L-011/2004. CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo. CONTRATADO: CRG Instalações e Equipamentos Eletrônicos Ltda. ADITAMENTO: As partes resolvem, de comum acordo, prorrogar o Contrato pelo período de mais 12 (doze) meses, alterar os itens "6.a", "6.b" e "6.c" da Cláusula Sexta dos Preços e Forma de Pagamento. DATA DA ASSINATURA: 11/05/2005.

NÚMEROS DOS TERMOS ADITIVOS: 46 e 47. NÚMERO DO CONTRATO: 14/2003-DIJC. NÚMERO DO PROCESSO: L-013/2003. CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo. CONTRATADO: Centro de Aprendizagem e Monitoramento "Dr. Joaquim Lourenço" - CAMP - PINHEIROS. ADITAMENTO: As partes estabelecem que o Aprendiz desenvolve atividades remuneradas, pelo período de 12 (doze) meses. DATAS DAS ASSINATURAS: 01/04/2005 e 12/04/2005.

NÚMEROS DOS TERMOS ADITIVOS: 31A e 32A. NÚMERO DO CONTRATO: 14/2003-DIJC. NÚMERO DO PROCESSO: L-013/2003. CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo. CONTRATADO: Centro de Aprendizagem e Monitoramento "Dr. Joaquim Lourenço" - CAMP - PINHEIROS. ADITAMENTO: Conforme artigo 428 § 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, resolvem, as partes de comum acordo, prorrogar os Termos Aditivos firmados com os adolescentes: Graciele Torres de Oliveira Sabino e Gabriel Medeiros Lima. DATA DA ASSINATURA: 15/04/2005.

RETIFICAÇÃO

O CREA-SP comunica que a publicação referente ao Extrato de Dispensa de Licitação em nome do Dr. Paulo Sérgio Mendonça Cruz, publicado no DOU, Seção III, página 74, do 03/04/2005, onde se lê: "CONTRATADO: Dr. Paulo Sérgio Mendonça Cruz", leia-se "CONTRATADO: Mendonça Cruz Advogados S/C".

Ineditórios

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação das Pioneiras Sociais torna pública a convocação dos candidatos abaixo relacionados, para início da terceira fase - treinamento, do seguinte Processo de Seleção Pública:

Processo Seletivo	Função	Nome	Inscrição
05/2001	Assessor de Planejamento	12/01/2001	12/01/2001
05/2001	Operador de Manutenção das especialidades de Administração, Contabilidade, Marketing e Informática e Financeira	12/01/2001	12/01/2001

Processo Seletivo	Função	Nome	Inscrição
07/2001	Assessor de Planejamento	12/01/2001	12/01/2001
07/2001	Operador de Manutenção das especialidades de Administração, Contabilidade, Marketing e Informática e Financeira	12/01/2001	12/01/2001

Processo Seletivo	Função	Nome	Inscrição
18/2004	Assessor de Planejamento	12/01/2001	12/01/2001
18/2004	Operador de Manutenção das especialidades de Administração, Contabilidade, Marketing e Informática e Financeira	12/01/2001	12/01/2001

CARLA FARIA MORRONE
Resp.p/ Centro

AVISO DE PRORROGAÇÃO

A Associação das Pioneiras Sociais torna pública a prorrogação de validade dos Processos de Seleção Pública abaixo relacionados, conforme previsto nos editais dos referidos processos, por mais noventa dias.
A partir do dia 17/05/2005

Processo Seletivo	Função	Nome	Inscrição
04/2001	Assessor de Planejamento	12/01/2001	12/01/2001
04/2001	Operador de Manutenção das especialidades de Administração, Contabilidade, Marketing e Informática e Financeira	12/01/2001	12/01/2001
07/2001	Assessor de Planejamento	12/01/2001	12/01/2001
07/2001	Operador de Manutenção das especialidades de Administração, Contabilidade, Marketing e Informática e Financeira	12/01/2001	12/01/2001
18/2004	Assessor de Planejamento	12/01/2001	12/01/2001
18/2004	Operador de Manutenção das especialidades de Administração, Contabilidade, Marketing e Informática e Financeira	12/01/2001	12/01/2001

CARLA FARIA MORRONE
Resp.p/ Centro

SETOR DE RECURSOS HUMANOS SARAH SALVADOR

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação das Pioneiras Sociais torna pública a convocação do candidato abaixo relacionado, para início da terceira fase - treinamento, do seguinte Processo de Seleção Pública:

Processo Seletivo	Função	Nome	Inscrição
11/06/2004	Assessor de Planejamento	12/01/2001	12/01/2001
11/06/2004	Operador de Manutenção das especialidades de Administração, Contabilidade, Marketing e Informática e Financeira	12/01/2001	12/01/2001
11/06/2004	Assessor de Planejamento	12/01/2001	12/01/2001

TELMAR CONCEIÇÃO DE SOUZA SALGADO
Resp.p/ Setor

BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS CNPJ 06.225.477/0001-51 NIRE 33.300.273.298

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001510074, em sessão de 06.04.2005, da folha do DOU, edição de 21.02.2005, com a publicação da Portaria SUSEP nº 2117 de 17.02.2005, que aprovou as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.06.2004. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001510075, em sessão de 06.04.2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.06.2004 e do Estatuto Social - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs - 00001514058 e 0000151324, em sessão de 20.04.2005 e 18.04.2005, da folha do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e do Jornal do Comércio, edições de 08.04.2005, com a publicação da certidão de arquivamento da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.06.2004. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra.

BRADESCO SEGUROS S/A CNPJ 33.055.146/0001-97 NIRE 33.300.013.911

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001498300, em sessão de 14.02.2005, da folha do DOU, edição de 02.02.2005, com a publicação da Portaria SUSEP nº 524 de 11.02.2005, que aprovou as deliberações da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 15.12.2003. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001498281, em sessão de 14.02.2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15.12.2003 e do Estatuto Social - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs - 00001507713 e 00001507682, em sessão de 28.03.2005, da folha do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e do Jornal do Comércio, edições de 11.03.2005, com a publicação da certidão de arquivamento da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15.12.2003. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001499369, em sessão de 17.02.2005, da folha do DOU, edição de 15.02.2005, com a publicação da Portaria SUSEP nº 524 de 11.02.2005, que aprovou as deliberações da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30.03.2004. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001499370, em sessão de 17.02.2005, da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30.03.2004 e do Estatuto Social - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

Nº 36, segunda-feira, 20 de fevereiro de 2006

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1676-2353

177

Conservação e Mão-de-Obra Ltda., Manutenção Serviços Ltda., Impacto Mito De Obra Ltda., e Alternativa Serviços e Empreendimentos Ltda., e INABILITAR as empresas Sistêmica Construtora Associado S/C Ltda., Ação Empreendimentos e Serviços Ltda., e Eplan Serviço e Terceirização Ltda.

Salvador-BA, 16 de fevereiro de 2006.
CARLOS HUMBERTO A RIBEIRO FILHO

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1
DE 17 DE FEVEREIRO DE 2006

O CRA-MG - Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, torna público que realizará Concurso Público para provimento das vagas existentes para os empregos de Agente Fiscal B, Advogado e Auxiliar de Administração e formação de cadastro reserva para os empregos de Administrador B, Auxiliar de Finanças, Suporte Administrativo, Técnico de Contabilidade e Técnico de Suporte de Equipamentos e Aplicativos, cujas contratações ocorrerão sob o regime da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. O presente concurso reger-se-á pelas normas contidas no Edital de Concurso Público 001/2006 disponível no site www.aocp.com.br a partir do dia 01/03/2006. Serão aceitas inscrições no período de 06 a 24/03/2006 pela Internet. Os interessados deverão acessar o site www.aocp.com.br e seguir as instruções. Os candidatos que não possuírem acesso à Internet poderão efetuar suas inscrições na sede do CRA-MG no período de 06 a 24/03/2006 (exceto sábados, domingos e feriados), no horário de funcionamento do órgão. O edital deste Concurso Público, em sua íntegra, será afixado, a partir de 01/03/2006, na sede do Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, sito na Av. Afonso Pena, nº 981, 1º andar, centro, Belo Horizonte-MG. Mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (34) 3076-4722 ou pelo e-mail candidato@ocp.com.br.

GILMAR CAMARGO DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 1/2006

Objeto: Aquisição de suprimentos de informática (B/A, conexão, toner, CD-R). Data de recebimento e abertura das propostas: 07/03/06, às 10h. Local de realização da Sessão Pública: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1059 - 7º andar - Pinheiros - São Paulo, SP. Local para retirada ou leitura do texto integral do edital e informações sobre a Licitação: no mesmo endereço, das 8h30min às 11h30min, e das 13h às 16h30min.

São Paulo-SP, 16 de fevereiro de 2006.
JOSE TADEU DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO

Retifico os termos de Súmula de Termo Aditivo nº 02/2005, publicada no DOU de 18/01/2006, pág. 8, onde consta "... até o dia 18/01/2006", para ser "... até o dia 12/02/2006".

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL 5ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 1/2006

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional 5ª Região - CREFITO-5, torna público que em cumprimento aos conceitos contidos na Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações em vigor, fará realizar em sua sede, às 15 horas do dia 08 de março de 2006, Tomada de Preço nº 001/2006, do Tipo Menor Preço, visando AQUISIÇÃO DE DOIS (02) VEÍCULOS AUTOMOTORES - ZERO QUILÔMETRO, PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, INCLUIDA A ALIENAÇÃO DO VEÍCULO MARCA VOLKSWAGEN, MODELO PARATI GL 1.8 MI, ANO DE FABRICAÇÃO 2001, COMBUSTÍVEL GASOLINA, DE PROPRIEDADE DO CREFITO-5.

A íntegra do Edital com maiores informações poderão ser obtidas na sede do Conselho sito a Av. Palmeira, 27/403, pelo telefone (0xx51) 33346586 no horário das 14:00 às 17:00 horas, ou ainda pela Home page www.crefito5.com.br a partir da publicação deste.

Porto Alegre-RS, 17 de fevereiro de 2006.
MARCOS VINÍCIUS DE OLIVEIRA DA SILVA

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2005

O Presidente do CPL do CRM-DF informa o seguinte resultado do certame em epígrafe: Sociedade de Advogados: 1) Osiris Lopes Filho & Azevedo-Lopes Advogados Associados - Nota Média Ponderada: (técnica e preço) = 100; e 2) Delio Lima E Silva Advogados Associados - Nota da Média Ponderada (técnica e preço) = 59,20. Foi declarado vencedor do certame a sociedade de advogados Osiris Lopes Filho & Azevedo-Lopes Advogados Associados ao valor mensal de R\$ 4.312,00.

ALEXANDRE RAMOS VERÍSSIMO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HOTEIS

EXTRATOS DOS CONTRATOS

CONTRATANTE: ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
CONTRATADA: POOL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME
CNPJ: 85.211.449/0001-51
Contrato: 02/2006

Objeto: Prestação de serviços de Gestão e Execução do Projeto "Hotel do Brasil Divulgado no Microtúnel", parte do Convênio firmado com o EMBRATUR
Vigência: De 03/01/2006 até 03/01/2007
Valor: R\$ 1.000,00 mensais, perfazendo um total de R\$ 12.000,00 por um período de 12 meses

Nome dos signatários:
Eraldo Alves da Cruz - Presidente da ABIH - CONTRATANTE
Nelson Ambrós - Sócio-Administrador - CONTRATADA

CONTRATANTE: ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
CONTRATADA: POOL CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME
CNPJ: 85.211.449/0001-51
Contrato: 01/2006

Objeto: Prestação de serviços de Gestão e Execução do "Programa de Competitividade dos Mécios de Hospedagem", parte do Convênio firmado com o Ministério do Turismo
Vigência: De 03/01/2007 até 03/01/2007
Valor: R\$ 21.900,00 mensais, perfazendo um total de R\$ 262.800,00 por um período de 12 meses

Nome dos signatários:
Eraldo Alves da Cruz - Presidente da ABIH - CONTRATANTE
Nelson Ambrós - Sócio-Administrador - CONTRATADA

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO JARDIM BELA VISTA

EXTRATO DO ESTATUTO SOCIAL

DA DENOMINAÇÃO, SEDE/FINALIDADE E DURAÇÃO: A "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO JARDIM BELA VISTA", foi fundada aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco (2004/2005), com sede na Rua Francisco Petróli, nº 644, Bairro Jardim Bela Vista, e teve como o seu primeiro presidente, o Sr. JOSÉ CARLOS DE MOURA, pessoa física, inscrita no CNPJ sob o nº 07401741/0001-23, com prazo indeterminado de duração, podendo ser dissolvida por decisão de seus sócios reunidos em Assembleia Geral Extraordinária. A Associação será designada pela sigla "AMJV", sendo entidade de representação, reivindicação, coordenação e defesa dos interesses dos moradores do Loteamento denominado Jardim Bela Vista. A Associação, tem por finalidade: a) promover a contrarrestação dos associados e seus familiares; b) promover melhorias no Loteamento e adjacências, visando um melhor nível de vida de seus moradores; c) interceder junto aos poderes públicos em geral visando a conservação, segurança, limpeza e outros serviços de interesse dos associados; d) firmar contratos de parcerias, convênios e similares com órgãos públicos ou com terceiros, visando a realização de serviços de melhorias no Loteamento; e) estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras do Loteamento e seus moradores; f) promover e contribuir para formação e desenvolvimento da vida comunitária do bairro; g) participar, auxiliar com as atividades exercidas pelas Associações de Bairro; h) receber e distribuir recursos de qualquer natureza e de qualquer espécie; i) promover melhorias nas áreas de uso comum, bem como, realizar edificações, propiciando o lazer, segurança e desenvolvimento DO PATRIMÔNIO. O patrimônio da Associação será constituído: a) de bens móveis e imóveis que possuir ou vier a possuir; b) das contribuições e mensalidades dos associados; c) de subvenções legadas, doações e similares; d) das vendas patrimoniais. DA DISSOLUÇÃO. É necessária a votação em Assembleia de 3/4 (três quartos) dos associados e o Patrimônio será destinado a instituições de caráter de escolha da Assembleia ou para associações de bairros ligadas a Associação. PRESIDENTE: João Batista Vidal. DAS RESPONSABILIDADES. A Associação não responderá subsidiariamente

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação das Pioneiras Sociais torna pública a convocação dos candidatos abaixo relacionados, para início da terceira fase - treinamento, dos seguintes Processos de Seleção Pública:

Processo Seletivo nº	Modalidade	Procedimento	Inscrição
0609/2004	2ª	Índice Lata Remota Controlada	1200014
0609/2004	2ª	Índice Lata Remota Controlada	1200014
0609/2004	2ª	Índice Lata Remota Controlada	1200014

CARLA FARIA MORRONE
Resp. DCENARH

BRASESCO AUTORE COMPANHIA DE SEGUROS

CNPJ 32.682.038/0001-00
NIRE 33.300.273.541

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001575771, em sessão de 27.12.2005, da folha de DOU, edição de 22.12.2005, com a publicação da Portaria SUSEP nº 2.332, de 21.12.2005, que aprovou as deliberações da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001582893, em sessão de 26.01.2006, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001585431 e 00001585433, em sessão de 07.02.2006, da folha do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e do Jornal do Comércio, edições de 23.01.2006, com a publicação da certidão de arquivamento da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

BRASESCO CAPITALIZAÇÃO S/A

CNPJ 33.018.851/0001-74
NIRE 33.300.025.146

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001576307, em sessão de 22.12.2005, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.11.2004 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001585429 e 00001585432, em sessão de 07.02.2006, da folha do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e do Jornal do Comércio, edições de 13.01.2006, com a publicação da certidão de arquivamento da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29.11.2004, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

BRASESCO SEGUROS S/A

CNPJ 33.055.146/0001-93
NIRE 33.300.013.911

CERTIDÕES

Certificamos o arquivamento sob o nº 00001577932, em sessão de 05.01.2006, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10.03.2005 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001585459 e 00001585447, em sessão de 07.02.2006, da folha do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e do Jornal do Comércio, edições de 23.01.2006, com a publicação da certidão de arquivamento da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento sob o nº 0000158495, em sessão de 19.01.2006, da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10.03.2005 e do Estatuto Social, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G. M. Serra - Secretária Geral.

Certificamos o arquivamento, respectivamente sob os nºs 00001585459 e 00001585447, em sessão de 07.02.2006, da folha do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e do Jornal do Comércio, edições de 23.01.2006, com a publicação da certidão de arquivamento da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30.07.2004, Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

do acordo de incorporação da Agn pela Cyrela, bem como nos quinze dias que antecedem a divulgação do 2º TRO/08 pela Companhia.

Após negociações levadas a efeito pelo Comitê, o Sr. Mário Austregalho de Castro propôs pagar à CVM o valor de R\$ 1.371.000,00, valor este que, em consonância com os precedentes do Colegiado, foi calculado somando-se R\$ 210.000,00 pelas supostas infrações de natureza objetiva (negociações efetuadas dentro do período de vedação estabelecido pela Instrução 358/02) e o valor equivalente ao dobro do ganho auferido pelo proponente a partir das supostas operações irregulares. Na opinião do Comitê, a proposta mostrava-se para não impedir a prática de condutas semelhantes, em linha com o objetivo do Colegiado em casos desta natureza.

O Colegiado deliberou a aceitação da proposta de Termo de Compromisso apresentada pelo Sr. Mário Austregalho de Castro, acompanhando o entendimento consistente no parecer do Comitê. Em seu despacho, o Colegiado reafirmou que a redação do Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão ao proponente. A Superintendência Administrativa-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida pelo proponente.

O Diretor Eli Loria deixou consignada sua recomendação ao Comitê de Termo de Compromisso para que avalie a possibilidade de basear o valor a ser fixado como pagamento à CVM em percentagem das operações irregulares, ao negociar Termos de Compromisso com infração da eventual descumprimento no disposto no caput e §4º do art. 13 da Instrução 358/02.

Participantes:

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA - PRESIDENTE

ELI LORIA - DIRETOR

ELISEU MARTINS - DIRETOR

MARCOS BARBOSA PINTO - DIRETOR

OTAVIO YAZBEK - DIRETOR

Objeto do processo: Apurar a responsabilidade do DRJ da CSN por eventual infração ao art. 157, §4º, da Lei nº 6.404/76, de 04.07.76, e o parágrafo único do art. 6º da Instrução CVM nº 358/02; e ao caput e §4º do art. 13 da Instrução CVM nº 358/02.

ACUSADO	ADVOGADO
BENJAMIN STEIN - DR. FERNANDA PEREIRA CARVALHO	INÉZIO e outros

FEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO DO COLEGIADO - PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS R2008/11105 - CIA SIDERURGICA NACIONAL

Reg. nº 6568/09

Relator: SOB

Trata-se de apreciação da proposta de Termo de Compromisso apresentada pelo Sr. Benjamin Steinbruch, ex-Diretor de Relações com Investidores - DRJ da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, que, no âmbito do Termo de Acusação instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEF, foi acusado de deixar de publicar fato relevante com informações acerca dos estudos e negociações em andamento imediatamente após a veiculação da matéria jornalística acerca da eventual aquisição da Corus pela CSN, bem como de realizar operações com ações da entidade da CSN dentro de períodos de vedação previstos no caput e no §4º do art. 13 da Instrução 358/02.

O Colegiado, em reunião de 14.07.09, rejeitou a proposta de celebração do Termo de Compromisso apresentada pelo Sr. Benjamin Steinbruch, por entender que a mesma proposta se afigurava desproporcional à conduta imputada ao proponente, tendo sido considerada insuficiente para impedir a prática de infrações semelhantes pelo proponente e por terceiros em situação similar, não obstante o parecer favorável do Comitê.

Cliente da decisão, o proponente apresentou nova proposta pela qual se compromete a pagar à CVM o montante de R\$ 350.000,00.

O Colegiado entendeu que o novo valor oferecido se mostra adequado para dissuadir condutas semelhantes, em atendimento à finalidade preventiva do instituto do Termo de Compromisso. Durante a discussão do assunto, o Comitê de Termo de Compromisso manifestou-se pela aceitação da nova proposta.

O Colegiado deliberou a aceitação da nova proposta de celebração do Termo de Compromisso apresentada pelo Sr. Benjamin Steinbruch, tendo ressalvado que a redação do Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão ao proponente. A Superintendência Administrativa-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida pelo proponente.

O Diretor Eli Loria deixou novamente consignada sua recomendação ao Comitê de Termo de Compromisso para que avalie a possibilidade de basear o valor a ser fixado como pagamento à CVM em percentagem das operações irregulares, ao firmar Termos de Compromisso com infração de eventual descumprimento ao caput e §4º do art. 13 da Instrução 358/02.

Participantes:

MARIA HELENA DOS SANTOS FERNANDES DE SANTANA - PRESIDENTE

ELI LORIA - DIRETOR

ELISEU MARTINS - DIRETOR

MARCOS BARBOSA PINTO - DIRETOR

OTAVIO YAZBEK - DIRETOR

Objeto do processo: Apurar eventual irregularidade e respectivas responsabilidades da INTRADE INFORMAÇÕES LTDA. e pessoas a ela relacionadas, na captação de clientes para a realização de operações no desmonte do Mercado Forx, por meio do serviço de "telemarketing" e do site "www.intradeinformacoes.com.br".

ACUSADOS	ADVOGADO
VICENTE IZQUIERDO MUÑOZ	Não compareceu advogado
OSVALDO VILLARUTIA AREVALO	Não compareceu advogado

APRECIACÃO DE NOVA PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - VICENTE IZQUIERDO MUÑOZ E OSVALDO VILLARUTIA AREVALO - PAS SP2007/0095

Reg. nº 6390/09

Relator: SOB

Trata-se de apreciação de novas propostas de celebração do Termo de Compromisso apresentadas pelo Sr. Vicente Izquierdo Muñoz e pelo Sr. Osvaldo Villarutia Arevalo, acusados, no âmbito do Termo de Acusação instaurado pela Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI, de (i) intermediação irregular de valores mobiliários nos termos do disposto no art. 16, inciso III, da Lei 6.386/76, por meio da atividade de "introducing broker"; e (ii) embargo à fiscalização, nos termos da Instrução 18/81, pelo suposto atendimento a diversos itens elencados nos Termos de Instrução que lhes foram direcionados. Adicionalmente, o Sr. Vicente foi acusado de exercício irregular da atividade de análise de investimento, em violação ao disposto no art. 2º, § 7º, da Instrução 358/2003, pela suposta elaboração de análises técnicas e relatórios disponibilizados a clientes.

Em reunião realizada em 10.03.09, o Colegiado rejeitou as propostas anteriormente apresentadas, acompanhando o parecer do Comitê de Termo de Compromisso. Em seguida, os acusados encaminharam novas propostas do Termo de Compromisso, em que o Sr. Vicente Izquierdo Muñoz se dispôs a pagar à CVM a quantia de US\$ 30.000,00, e o Sr. Osvaldo Villarutia Arevalo a quantia de US\$ 20.000,00.

Em reunião realizada em 16.06.09, o Comitê decidiu negociar com os proponentes os termos das propostas de Termos de Compromisso. Não obstante o Comitê ter concluído que as propostas mereciam ser apreciadas, por se mostrarem desproporcionais à gravidade das irregularidades apontadas, tendo em vista a realidade fática manifestada nos autos, os proponentes manifestaram sua intenção de manter as condições de suas propostas. Dessa forma, o Comitê propôs ao Colegiado a rejeição das novas propostas apresentadas.

Por todo o exposto, o Colegiado deliberou a rejeição das novas propostas de Termo de Compromisso apresentadas pelo Sr. Vicente Izquierdo Muñoz e pelo Sr. Osvaldo Villarutia Arevalo. Adicionalmente, o Colegiado ordena o Comitê que verifique junto aos proponentes o interesse em reavaliar os valores propostos, de forma a contemplar valor intermediário entre os propostos pelos acusados e os anteriormente sugeridos pelo Comitê.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 2009

NILZA PINTO NOGUEIRA

p/ Coordenação de Controle de Processos Administrativos

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.615, DE 3 DE SETEMBRO DE 2009

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas Contábeis da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, declina REGISTRO ao Conselho de Valores Mobiliários, a partir desta data, e autoriza a exercer a atividade da auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis nºs 6.385/76 e 6.404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
ANALISE AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES

CNPJ: 03.310.725/0001-06

ANTÔNIO CARLOS DE SANTANA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.566, DE 3 DE SETEMBRO DE 2009

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza o Sr. FÁBIO FERREIRA CLETO, C.P.F. nº 153.064.368-62, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 05 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

Em exercício

ATO DECLARATÓRIO Nº 10.567, DE 3 DE SETEMBRO DE 2009

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21/07/93, autoriza a GIC - GLOBAL INVESTMENT CONSULTANTS CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, C.N.P.J. nº 10.783.454, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no artigo 27 da Lei nº 6.385/76, de 07 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO

PORTARIA Nº 1.034, DE 3 DE SETEMBRO DE 2009

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE ECONÔMICO - DECON, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, por meio da Portaria SUSEP nº 2.875, de 18 de março de 2008, tendo em vista o disposto no artigo 77 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos Processos SUSEP nº 15414.001690/2009-76 e 15414.002415/2009-70, resolve:

Art. 1º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelas assembleias de BRADISCO AUTO-RE COMPANHIA DE SEGUROS, CNPJ nº 92.682.038/0001-00, com sede social na cidade do Rio de Janeiro - RJ, que, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2009, ratificadora da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2009, aprovaram, em especial:

I - O aumento do capital social em R\$ 23.451.625,28, elevando-o de R\$ 1.639.000.000,00 para R\$ 1.662.451.625,28, dividido em 221.233 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal; e

II - A alteração do artigo 6º do Estatuto Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL JOSÉ DA SILVA NETO

BANCO DO BRASIL S/A DIRETORIA DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2009

Em vinte e três de abril de dois mil e nove, às quinze horas e vinte minutos, realizou-se Assembleia Geral Ordinária das Ações do Banco do Brasil S.A. (CNPJ: 00.000.000/0001-91; NIRE: 5330000063-8) - companhia aberta - em primeira convocação, na Sede Social do próprio Banco, em Brasília (DF), havendo comparecido 222 (duzentos e vinte e dois) acionistas, por si ou por delegação, possuidores de 1.802.957.710 (um bilhão, oitocentos e dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e dez) ações ordinárias, estas representando 71% do total de 2.542.181.530 (dois bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões, cento e oitenta e um mil, quinhentos e trinta) ações ordinárias, as quais assinaram o "Livro de Presença", observadas as prescrições legais. O Sr. Presidente Ademar Bendine, ao instalar a Assembleia, convidou, para compor a mesa, a Sra. Kátia Aparecida Zanetti de Lima, Representante da União, Acionista Majoritária, bem como o Sr. Edson Wagner Guimarães Gomes, membro do Conselho Fiscal. Convidou, ainda, o

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIO DOS SANTOS MOTA e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 18/05/2016 às 14:14, sob o número WEB116102169506. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0117514-70.2016.8.06.0001 e código 21B0C00.

ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

SUBSTABELECIMENTO

SUBSTABELEÇO, com reservas de iguais para mim, os poderes outorgados por **BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS**, aos Drs. **FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 16.045, **LIANA CLODES BASTOS FURTADO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 16.897, **ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 19.283, **ROBÉRIO CÁSSIUS SAMPAIO ARAGÃO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob o nº 16.468, **KÁTIA MARIA BASTOS FURTADO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 9.334, **ALYSSON NARBAL DE OLIVEIRA SOMBRA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob nº 30.414, **LAÍS HELENA LANZA DE OLIVEIRA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 30.362, **KELVYA CHAVES CAVALCANTE**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 21.308, **MARIANA ALMEIDA CATARINO**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 31.673, **FRANCISCO VIEIRA SALES NETO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob nº 21.906, **JOSÉ BONIFÁCIO DE MACÊDO FILHO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/CE sob nº 16.349, **JÉSSICA DA COSTA DO MONT**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 31.451, **ESAMYA DE LOIOLA SIQUEIRA**, brasileira, advogada, inscrita na OAB/CE sob nº 32.327, bem como, Dr(a). _____, inscrito(a) na OAB/CE sob o nº _____, todos estabelecidos na Rua José Alencar Ramos, 385, Luciano Cavalcante, CEP. 60.813-565, Fortaleza - Ceara. Tel. 3241.3577 / 3262.3497, para o fiel cumprimento deste mandato, mediante os autos desta **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**.

Rio de Janeiro/RJ., 25 de setembro de 2015.



RICARDO LASMAR SODRÉ
OAB/RJ N° 88.826


ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

CARTA DE PREPOSTO

BRDESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS, neste ato, representada pelo seu procurador legal, abaixo assinado, nomeia e constitui **ARNALDO MACIEL DE AZEVEDO MELO FILHO, FRANCISCO JOSÉ FAUSTINO, ANTÔNIA VÂLNIA DA SILVA FONSECA, ALYSON BRUNO JORGE VIDAL, IGHOR FONSECA DO NASCIMENTO**, CPF's nº **673.087.833-91, 424.339.323-00, 263.165.103-06, 605.154.013-07, 039.123.513-33**, respectivamente, assim como, _____, inscrito no CPF sob o nº _____ como seus **PREPOSTOS** na Audiência designada para esta data, bem como outras que venham a ser designadas por este MM. Juízo, nos autos da presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, conferindo-lhe os poderes necessários para tanto, inclusive prestar depoimento pessoal, confessar e transigir.

Rio de Janeiro/RJ., 25 de setembro de 2015.



RICARDO LASMAR SODRE
OAB/RJ nº 88.826



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0117514-70.2016.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe: **Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Acidente de Trânsito e Seguro**
 Requerente: **Manuel Bezerra de Oliveira**
 Requerido: **Bradesco Auto/re Cia de Seguros**

Vistos em inspeção, segue ato ordinatório.

Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, uso das atribuições a mim conferidas para que se cumpra o despacho de fls. 27:

"[...] Havendo contestação, vistas à parte Autora para replicar. Expedientes necessários."

Intimem-se.

Fortaleza/CE, 13 de junho de 2016.

DIONÍSIA MARIA TEIXEIRA MENDES
DIRETORA DE SECRETARIA
MAT. 200961

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0530/2016, encaminhada para publicação.

Advogado
Marcelo Pereira Brandao (OAB 26103/CE)

Forma
D.J

Teor do ato: "Vistos em inspeção, segue ato ordinatório. Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, uso das atribuições a mim conferidas para que se cumpra o despacho de fls. 27:"[...] Havendo contestação, vistas à parte Autora para replicar. Expedientes necessários." Intimem-se."

Do que dou fé.
Fortaleza, 14 de junho de 2016.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0530/2016, foi publicada no Diário da Justiça nº 1460, do dia 16/06/2016, página 358/359, com início do prazo em 17/06/2016, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado
Marcelo Pereira Brandao (OAB 26103/CE)

Prazo em dias	Término do prazo
15	07/07/2016

Teor do ato: "Vistos em inspeção, segue ato ordinatório. Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, uso das atribuições a mim conferidas para que se cumpra o despacho de fls. 27: "[...] Havendo contestação, vistas à parte Autora para replicar. Expedientes necessários." Intimem-se."

Do que dou fé.
Fortaleza, 16 de junho de 2016.

Diretor(a) de Secretaria

EXMO. SR. DR. JUÍZ DE DIREITO TITULAR DA 22ª VARA CÍVEL COMARCA DE FORTALEZA/CE

RÉPLICA À CONTESTAÇÃO

Processo nº. 0117514-70.2016.8.06.0001

MANUEL BEZERRA DE OLIVIERA, já qualificadas nos autos, por intermédio dos seus advogados devidamente constituídos, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, apresentar **RÉPLICA À CONTESTAÇÃO** apresentada por Ré, **bem como solicitar prova pericial e apresentar os quesitos para realização desta**, pelos fatos e fundamentos que se seguem, para ao final requerer.

1 – DAS PRELIMINARES:

1.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA

DA DESNECESSIDADE DA INCLUSÃO DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS

Aduz a contestante, ser parte ilegítima para figurar no pólo passivo da demanda, tendo em vista que atualmente nos termos das Normas Disciplinadoras do DPVAT, alteradas e consolidadas pela Resolução 154/2006, do Conselho Nacional de Seguros Privados, quem efetivamente gere o seguro, fazendo a arrecadação dos prêmios, garantindo os pagamentos e preservando a solvência do sistema, é a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A. **PURA FALÁCIA EXCELÊNCIA!!**

O fato douto magistrado é que, ante a incidência do princípio da solidariedade determinado pela lei nº. 6.194/74 e através da Resolução nº. 109/2004, do CNPS, bem como conforme pacífico entendimento jurisprudencial, não merece acolhimento a preliminar em comento, sendo a contestante manifestamente legítima para figurar nesta ação.

Nesse sentido, é o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça e demais Tribunais Estaduais, in verbis:

STJ: “AGRAVO REGIMENTAL. SEGURO OBRIGATÓRIO. LEGITIMIDADE. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRECEDENTES. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 e 356/STF. MATÉRIA DE PROVA. SÚMULA 7.

- **A indenização pelo seguro obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo, mesmo antes da vigência da Lei n. 8.441/92, independentemente da identificação dos veículos envolvidos na colisão ou do efetivo pagamento dos prêmios. Precedentes.**

- Falta prequestionamento quando o dispositivo legal supostamente violado não foi discutido na formação do acórdão recorrido.

- “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.” (STJ-3ª Turma. AgRg no Ag 751535 / RJ ; AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2006/0048090-6. Min. Rel. HUMBERTO GOMES DE BARROS. j. 24/08/2006. DJ 25.09.2006 p. 268).

STJ: DIREITO CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO. VEÍCULOS IDENTIFICADOS. **LEGITIMIDADE PASSIVA. RESPONSABILIDADE DE QUALQUER SEGURADORA.**

A indenização do seguro obrigatório (DPVAT) pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo, mesmo antes da vigência da Lei n. 8.441/92, independentemente da identificação dos veículos envolvidos na colisão ou do efetivo pagamento dos prêmios. Precedentes. Recurso especial conhecido e provido. (STJ-4ª Turma. REsp 602165 / RJ ; RECURSO ESPECIAL 2003/0191609-9. Min. Rel. CESAR ASFOR ROCHA. J. 18/03/2004. DJ 13.09.2004 p. 260)

Ademais, preclaro julgador, se não bastasse os entendimentos supramencionados concernente a solidariedade entre as seguradoras participantes, vejamos a SÚMULA de nº. 14 (revisada em 27/06/2007) das Turmas Recursais do Estado do Rio Grande do Sul, acerca do caso em tela, in verbis:

“CONSÓRCIO OBRIGATÓRIO – O consórcio obrigatório do seguro DPVAT institui solidariedade entre as seguradoras participantes, de modo que, independentemente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação de indenização, incorrendo ilegitimidade passiva por esse motivo.”

Veja Excelência que, poderia se tornar inócuo o fim maior da presente demanda se tivéssemos a opção de demandar somente contra uma seguradora, no caso em tela a SEGURADORA LIDER, nos termos em que pontua a Requerida. O que se percebe é mais uma tentativa das seguradoras de tentarem se escusar da obrigação a que lhes é imposta.

Portanto, sem maiores dificuldades, bem como por tratar-se de matéria repetitiva e insubsistente utilizada pelas seguradoras, verificamos a improcedência da presente preliminar, rogando-se pelo seu indeferimento.

1.2 – DA COMPROVADA INVALIDEZ

Verifica-se pelo presente tópico, mais uma vez, a total falta de zelo da ré, uma vez que conforme fora mencionado anteriormente ajuizado a presente ação estão documentos suficientes e capazes de comprovar as debilidades decorrente do acidente em comento ao Requerente.

Ao manusear os fólios, nota-se que às fls. estão presentes BOLETIM DE OCORRÊNCIA, LAUDOS E ATESTADOS MÉDICOS e o RELATÓRIO MÉDICO, documentos necessários e suficientes para a comprovação da invalidez sofrida pelo autor, **conforme o explanado na peça exordial**

Deve-se salientar, Excelência, que durante o trâmite do processo administrativo, o qual foi requerido em sede de liminar, sequer diante do exposto restou comprovada, pela Seguradora, a invalidez do promovente não tendo-lhe sido pagos sequer valores inferiores ao realmente merecido pelo mesmo, demonstrando assim displicência e o descaso da seguradora para com a vítima do presente caso.

Corroborando o entendimento supra, tem-se o seguinte julgado proferido pela **Egrégia 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**, a qual dispõe o seguinte, *in verbis*:

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS COM EFEITOS INFRINGENTES EM AGRAVO REGIMENTAL. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE PROVA DA DEBILIDADE. DESNECESSIDADE. PAGAMENTO REALIZADO NA VIA ADMINISTRATIVA. INVALIDEZ INCONTROVERSA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. **1. O pagamento realizado na esfera administrativa, ainda que parcial, torna incontroversa a existência de invalidez permanente, não havendo se falar em ausência de prova acerca da mesma.** 2. O recebimento de indenização em valor menor não prejudica o direito de complementação do seguro. O recibo passado pelo beneficiário, sem qualquer ressalva, não tem como consequência lógica a renúncia à quantia que sobejar. 3. Por sua vez, o pagamento da indenização proporcional ao grau de invalidez do beneficiário a que se refere a seguradora, somente foi admitido com o advento da Medida Provisória n.º 451/2008, convertida na Lei n.º 11.945/2009, haja vista ter acrescentado os §§ 1º, 2º e 3º ao artigo 3º da Lei 6194/74, estabelecendo o percentual a ser aplicado no caso concreto. 4. Embargos declaratórios desacolhidos. **Data de registro: 12/07/2011 Órgão julgador: 4ª Câmara Cível Comarca: Fortaleza Relator(a): LINCOLN TAVARES DANTAS** Embargos de Declaração 296260200880600703

Denota-se assim, mais uma vez, a total má-fé da seguradora, ora requerida, ao apresentar mencionado tópico o qual tem como único e exclusivo intuito confundir ou levar a erro este ínclito juízo, não merecendo prosperar a preliminar em comento.

1.3 – DO ALEGADO CONCERNENTE A AUSÊNCIA DE LAUDO – IML

Aduz a recorrente que a parte autora não comprovou sua pretensão através de prova documental, ou seja, não juntou nos autos o Laudo do Instituto Médico Legal.

Ocorre que restou exaustivamente provado no processo administrativo a invalidez do requerente, OCASIÃO EM QUE FOI REQUERIDO PEDIDO DE LIMINAR NA VESTIBULAR COM A FINALIDADE DE QUE A SEGURADORA APRESENTASSE TODA A DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA ADMINISTRATIVAMENTE, AFIM DE QUE FOSSEM DIRIMIDAS EVENTUAIS DÚVIDAS CONCERNENTE AO OBJETO DA PRESENTE QUIZILA, ressaltando-se antecipadamente que, mesmo sem mencionado documento, foi acostado aos autos provas suficientes para dirimir qualquer dúvida por parte da seguradora acerca do fatídico acidente e da invalidez causada a promovente.

Ademais, no caso em tela percebe-se que a promovente, diante da demora do IML em produzir mencionado laudo, bem como pela possibilidade que lhe assegura a lei, teve a sua invalidez constatada através do Relatório Médico, devidamente anexado aos autos, preenchido por profissional médico, no qual consta a invalidez e o percentual da debilidade ocasionada pela mesma, conforme determinado pelos mandamentos legais.

Ao ser periciado conforme RELATÓRIO MÉDICO, anexo, foi inquestionavelmente constatada a **INVALIDEZ PERMANENTE** do Requerente, oportunidade em que os peritos concluíram o que o mesmo apresenta sequelas oriundas do acidente.

Portanto, face ao exposto e pelos exaustivos fatos e fundamentos apresentados na exordial, e amplamente demonstrados nos autos, requer a Vossa Excelência que não seja acolhida a preliminar levantada, haja vista não possuir nenhum embasamento legal.

Neste sentido tem-se a seguinte decisão do Égregio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que dispõe o seguinte acerca da matéria ora discutida, *in verbis*:

RECURSO APELATÓRIO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO -DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. COBRANÇA DA DIFERENÇA. CABIMENTO. PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO E INÉPCIA DA INICIAL. REJEITADAS. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. POSSIBILIDADE. INDENIZAÇÃO DEVIDA. **INTELIGÊNCIA DA LEI Nº 6.194/74, ART. 3º, ALÍNEA B. LIMITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO COM BASE EM RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP. INVIABILIDADE. FIXAÇÃO MÁXIMA DE QUARENTA SALÁRIOS MÍNIMOS. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ.** RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. (...) **2 - A ausência de Laudo do IML não acarreta inépcia da inicial. Hipótese em que a demandante atendeu ao disposto no art. 283, do CPC, com a juntada de provas necessárias para o convencimento do julgador. Preliminar de Inépcia da inicial descabida.** 3 - Havendo previsão específica no art. 3º, alínea "b", da Lei nº 6.194/74, com redação anterior à Lei nº 11.482/07, atribuindo o valor da indenização em até 40 (quarenta) salários mínimos, falece o Conselho Nacional de Seguros Privados de competência para, através de norma de hierarquia inferior, alterar o limite indenizatório estabelecido em lei ordinária, ou atribuir gradação de invalidez permanente nela não prevista. Exegese do art. 3º, "b", da Lei nº 6.194/74. 4 - Não há falar em inconstitucionalidade ou ilegalidade da fixação, pela Lei nº 6.194/1974, do quantum debeat em salários mínimos, uma vez vedada sua utilização tão somente como fator de atualização monetária. Precedentes desta Corte e do STJ. 5 - Recurso Apelarório conhecido para rejeitar as preliminares alegadas e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a sentença monocrática em todos os seus termos. (TJ/CE, Processo nº. 2008.0023.2073-4/1; 3ª Câmara Cível; Relator: Des. CELSO ALBUQUERQUE MACEDO; Publicada em 02.09.2009)

2 – NO MÉRITO:

Superadas as insubsistentes preliminares levantadas pela Requerida, pelos fundamentos acima mencionados, todas de finalidade exclusivamente protelatórias, da mesma forma o mérito alegado em nada prejudica ao deferimento do direito do Autor pleiteado na inicial.

2.1 - QUITAÇÃO ADMINISTRATIVA – PLENA POSSIBILIDADE DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE AÇÃO

Conforme já informado na própria peça exordial, o Recorrido realmente deu plena quitação dos valores inicialmente recebidos pela seguradora.

Entretanto, douto Relator, referida quitação administrativa, nos termos da pacífica jurisprudência desta Corte Recursal e demais Tribunais nacionais, somente tem validade quanto aos valores recebidos, o que não impossibilita o amplo acesso ao Poder Judiciário para pretensão de valores diversos, indevidamente não pagos pela Recorrente.

Nos termos do Art. 3º, “b”, da Lei nº 6.194/74, que vigorava à época do acidente de que foi vítima a Autora, vigorava a determinação de que o pagamento nos casos de invalidez permanente era no valor total correspondente a 40 (quarenta) salários mínimos, fato este desrespeitado pela Seguradora ora Requerida.

O tema em questão, em face do seu cristalino entendimento, já resta pacificado através do ENUNCIADO nº 08 desta Corte Recursal, nos termos que se seguem, *in verbis*:

ENUNCIADO nº 08 – SEGURO DPVAT – INTERESSE PROCESSUAL – O recibo de quitação passado pelo beneficiário à seguradora não impede o ajuizamento de ação para recebimento da diferença do valor da cobertura.

Nesse mesmo diapasão, entende o egrégio Superior Tribunal de Justiça, bem como as Turmas Recursais do Estado do Rio Grande do Sul, *in verbis*:

Civil. Seguro obrigatório (DPVAT). Valor quantificado em salários mínimos. Indenização legal. Critério. Validade. Lei nº 6.194/74. Recibo. Quitação. Saldo remanescente. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie (Recurso Especial nº 296675/SP, 4.ª Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Min. Aldir Passarinho Júnior. Decisão em 20/08/2002).

**súmula nº. 14 (Turmas Recursais Rio Grande do Sul):
QUITAÇÃO. - A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei.**

Portanto, claramente insustentável o argumento utilizado pela Requerida, razão pela qual se requer seu pleno indeferimento.

DESCABE DISCUTIR NO PRESENTE MOMENTO ACERCA DA INVALIDEZ DO REQUERENTE, POIS CONFORME SUPRAMENCIONADO, ESTA RESTOU EXAUSTIVAMENTE PROVADA NO TRÂMITE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

2.2 – DA NECESSÁRIA COMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT E DO EVIDENTE RETROCESSO SOCIAL

O MM. Juiz *a quo* ao apreciar o presente feito deve considerar o caráter iminente social do mencionado seguro, o qual foi garantido ao cidadão como forma de amparar a sociedade em virtude do número crescente de automóveis no nosso país, o que consequentemente gerou o aumento dos acidentes de trânsito causados pelos veículos automotores e suas cargas, vitimando um número considerável de pessoas.

Referida Lei Ordinária Federal seguiu sua regular tramitação legislativa, possuindo CARÁTER EMINENTEMENTE SOCIAL, finalidade esta que deve sempre nortear sua aplicação sob pena de tornar-se ineficiente.

Assim, visando garantir às infortunadas vítimas de trânsito uma indenização justa e capaz de custear um tratamento digno, bem como uma indenização que não perdesse seu valor com o passar dos anos, o legislador originário estabeleceu (Lei 6.194/74, Art. 3º, “b”) que o valor da indenização do seguro DPVAT, para os casos de invalidez permanente, deveria corresponder a 40 salários mínimos, conforme abaixo se transcreve:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

b) - Até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente;...”(grifo nosso)

Mais ainda, estabeleceu que o pagamento da indenização estaria vinculado somente à “simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa”, bem como que seria calculado com base no valor do salário mínimo vigente à “época da liquidação do sinistro”, nos termos do art. 5º, §1º, que estabelecia o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos; (grifos nossos)

Referida criação legislativa ocasionada pelo anseio social, foi alvo de reconhecimento e aplausos, sendo aplicada desde então, por mais de três décadas, garantindo àquelas infortunadas vítimas um restabelecimento condizente com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana.

Da mesma forma, a lei social do seguro DPVAT não fez qualquer distinção entre o grau da invalidez das vítimas de acidente, não possuindo qualquer das seguradoras autonomia para graduarem o que a lei não estabeleceu, tese esta que foi plenamente aceita perante o Poder Judiciário brasileiro.

Com isso, uma vez comprovada a existência do acidente de trânsito acima narrado, bem como das lesões suportadas pelo Autor oriundas do referido acidente,

outra opção não restava à seguradora a não ser o pagamento do Seguro Obrigatório – DPVAT.

Entretanto, Excelência, em virtude da ganância das minorias abastadas que assolam nosso país e que visam exclusivamente o alto lucro, a Lei nº 6.194/74 passou por duas drásticas mudanças nos últimos anos, ocasionadas por duas nefastas Medidas Provisórias, posteriormente convertidas em Lei, que ceifaram a finalidade social do seguro DPVAT e, de forma manifestamente inconstitucional, visaram garantir ainda mais a desigualdade social e a concentração da renda em poder dos grandes grupos econômicos que operam junto ao seguro DPVAT.

Diante do manifesto retrocesso social que a população brasileira passou em virtude da promulgação das MP's nos 340/2006 e 451/2008, posteriormente convertidas nas Leis nos 11.482/2007 e 11.945/2009, respectivamente, bem como diante do desrespeito direto ao princípio da dignidade da pessoa humana após a publicação das leis retro, é que se faz necessário tratarmos de questão prejudicial referente à inconstitucionalidade de tais normas, para posteriormente pleitearmos o direito pretendido neste feito.

O renomado doutrinador Luis Roberto Barroso, ao analisar a aplicação do princípio da proibição do retrocesso social, assim afirmou, in verbis:

“(...) o princípio da proibição de retrocesso decorre justamente do princípio do Estado Democrático e Social de Direito; do princípio da dignidade da pessoa humana; do princípio da máxima eficácia e efetividade das normas definidoras dos direitos fundamentais; do princípio da proteção da confiança e da própria noção do mínimo essencial.

...

Caso se resolva alterar a lei posta pelo Estado, tal mudança não pode ser radical para fins de restringir direitos e garantias, por exemplo, mas terá de ser apresentada uma [nova] lei com caráter deveras ampliativo, para fins de manter a paz social e resguardar o direito adquirido do cidadão, as garantias e direitos fundamentais previstos na Carta Política do país.

...

Da aplicação progressiva dos [direitos] econômicos, sociais e culturais resulta a **cláusula de proibição do retrocesso social em matéria de direitos sociais**. Para J.J. Gomes Canhotilho: ‘O princípio da proibição do retrocesso social pode formular-se assim: o núcleo essencial dos direitos sociais já realizado e efetivado através de medidas legislativas deve considerar-se que, sem a criação de esquemas alternativos ou compensatórios, se traduzam na prática em uma anulação, revogação ou aniquilação pura e simples desse núcleo essencial. **A liberdade do legislador tem como limite o núcleo essencial já realizado.**’

Logo, em face do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que os Estados-partes (dentre eles o Brasil), no livre e pleno exercício de sua soberania, ratificaram, **há de se observar o princípio da aplicação progressiva dos direitos sociais, o que, por si só, implica no princípio da proibição do retrocesso social.**”(grifo nosso)

José Afonso da Silva, ao doutrinar acerca do princípio da vedação do retrocesso social, definiu-o de forma brilhante nos seguintes termos, in verbis:

“(...) princípio que se encontra inserido implicitamente na Constituição brasileira de 1988, decorrendo do sistema jurídico-constitucional, com caráter retrospectivo, tendo como escopo a limitação da liberdade de conformação do legislador infraconstitucional, impedindo que este possa eliminar ou reduzir, total ou parcialmente, de forma arbitrária e sem acompanhamento de política

substitutiva ou equivalente, o nível de concretização alcançado por um determinado direito fundamental social." (grifo nosso)

Logo, ínlitos julgadores, entendemos restar claramente comprovado o retrocesso social pelo qual passou a sociedade brasileira, não havendo dúvidas quanto a real necessidade de complementação do pagamento dos valores a época do processo administrativo.

2.4 – DA CORRETA APLICAÇÃO DA TABELA

Em que pese os argumentos supra citados, caso Vossa Excelência entenda por constitucional a nefasta tabela prevista pela lei 11.945/2009, outro aspecto merece ser esclarecido, qual seja, sua correta aplicação, devidamente pleiteado, conforme se vislumbra pela peça inaugural.

Em que pese os argumentos supra citados, caso Vossa Excelência entenda por constitucional a nefasta tabela prevista pela lei 11.945/2009, outro aspecto merece ser esclarecido, qual seja, sua correta aplicação, conforme determinado recentemente pelo STJ através da Súmula 474, a qual dispõe:

ENUNCIADO DE SÚMULA n.º 474 DO STJ - **"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.** (DJE-STJ n.º 1072, de (terça-feira), 19/06/2012, página 874 das 4.592 páginas desta Edição).

No caso em comento, como visto na sinopse fática, o acidente acarretou à vítima, ora Requerente, **"TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO, (GLASGOW POSITIVO - TC DE CRÂNIO EVIDENCIOU FRATURA FRONTAL DIREITA, CONTUSÃO FRONTAL E EDEMA CEREBRAL DIFUSO)"**

]

CIENTE DE MENCIONADO ENTENDIMENTO É QUE, NO DECORRER DO ANO DE 2013 E ANTERIORES, RECONHECENDO OS ERROS ABSURDOS COMETIDOS QUANDO DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA É PROPOSTO PELA SEGURADORA LÍDER E DEMAIS SEGURADORAS PERTENCENTES AO CONSÓRCIO DE SEGURADORAS DPVAT, JUNTAMENTE COM O PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO, **BEM COMO EXTRAJUDICIALMENTE**, AOS PATRONOS DOS REQUERENTES, A REALIZAÇÃO DE UM MUTIRÃO DPVAT ONDE, EM 90% (NOVENTA POR CENTO) DOS CASOS, FOI RECONHECIDO MENCIONADOS ERROS E REAJUSTADOS OS PAGAMENTOS, OS QUAIS AUMENTARAM EM CERCA DE 80% OS VALORES RECEBIDOS, O QUE COMPROVA OS ERROS E A ARBITRARIEDADE COMETIDA QUANDO DA REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO ADMINISTRATIVO.

Ocorre, Vossa Excelência, que ao realizar a quantificação da invalidez sofrida pelo Requerente, a Seguradora sequer utilizou-se dos valores insertos na tabela, agindo de forma arbitrária e absurda quando do pagamento da indenização, gerando, assim, ao promovente o direito de pleitear em juízo a complementação do valor indenizatório lhe devido.

É imperioso que se diga, ínclito Julgador, que mesmo restringindo e retrocedendo a finalidade social da lei com o arrefecimento dos valores das indenizações, os valores cobrados aos proprietários de veículos automotores nos últimos anos teve majoração exorbitante, chegando ao patamar de 218,80% (duzentos e dezoito por cento) para os proprietários de motocicleta, e 208,90% (duzentos e oito por cento) para os proprietários de automóveis.

Percebe-se, portanto, que não há uma aplicação criteriosa da tabela no pagamento dos seguros. Tal aspecto se mostra ainda mais latente quando se percebe que invalidez de graus diversos são indenizadas com valores iguais, repetitivos e costumeiros, a título de exemplo o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), 1.687,50 (hum seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Desta forma, caso aplicada a nefasta tabela, requer a sua correta aplicação, no sentido de que, ao Requerente, seja garantido a complementação do valor legalmente lhe devido dentro do percentual de sua invalidez.

Ocorre, Vossa Excelência, que ao realizar a quantificação da invalidez sofrida pelo Requerente, a Seguradora sequer utilizou-se dos valores insertos na tabela, agindo de forma arbitrária e absurda quando do pagamento da indenização, gerando, assim, ao promovente o direito de pleitear em juízo a complementação do valor indenizatório lhe devido.

É imperioso que se diga, ínclito Julgador, que mesmo restringindo e retrocedendo a finalidade social da lei com o arrefecimento dos valores das indenizações, os valores cobrados aos proprietários de veículos automotores nos últimos anos teve majoração exorbitante, chegando ao patamar de 218,80% (duzentos e dezoito por cento) para os proprietários de motocicleta, e 208,90% (duzentos e oito por cento) para os proprietários de automóveis.

CATEGORIA	2003	2006	2007	2008	2009	2010	2011	AUMENTO APROXIMADO
AUTOMOVEI OU CAMIONETA PARTICULAR	R\$ 48,42	R\$ 76,37	R\$ 84,87	R\$ 84,87	R\$ 93,87	R\$ 93,87	R\$101,16	108,92%
AUTOMOVEI OU CAMIONETA ALUGUEL/APRENDIZAGEM	R\$ 48,42	R\$ 76,37	R\$ 84,87	R\$ 84,87	R\$ 93,87	R\$ 93,87	R\$101,16	208,90%
MICRO-ÔNIBUS OU ÔNIBUS PARTICULAR	R\$ 166,39	R\$ 289,91	R\$289,91	R\$258,25	R\$215,37	R\$215,37	R\$247,42	48,7%
MOTOCICLETA	R\$ 87,60	R\$ 138,17	R\$184,54	R\$255,13	R\$259,04	R\$259,04	R\$279,27	218,80%
CAMINHÃO, CAMINHONETE, TRATOR	R\$ 52,00	R\$ 82,01	R\$ 94,15	R\$ 94,15	R\$ 98,06	R\$ 98,06	R\$105,68	103,23%

Percebe-se, portanto, que não há uma aplicação criteriosa da tabela no pagamento dos seguros. Tal aspecto se mostra ainda mais latente quando se percebe que invalidez de graus diversos são indenizadas com valores iguais, repetitivos e costumeiros, a título de exemplo o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), 1.687,50 (hum seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) e R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Desta forma, caso aplicada a nefasta tabela, requer a sua correta aplicação, no sentido de que, ao Requerente, seja garantido a complementação do valor legalmente lhe devido dentro do percentual de sua invalidez.

2.5 – DA PLENA POSSIBILIDADE DE SER DEFERIDO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

Aduz a contestante no presente tópico não ter restado provado os requisitos necessário ao deferimento da medida requestada, quais sejam: perigo na demora e a fumaça do bom direito, e por tal razão referido pedido não merece acolhida.

Não é necessário nos delongarmos a respeito do presente tópico Excelência, tendo em vista que pedidos idênticos a este são todos os dias deferidos pelos magistrados das comarcas do interior do nosso Estado, bem como pelos magistrados da nossa capital.

Ademais, a seguradora ré possui amplo e irrestrito acesso ao sistema gerenciador do seguro DPVAT (MEGADATA) não sendo nenhum empecilho para que a mesma traga a baila toda a documentação requerido durante o trâmite do processo administrativo.

2.6 – DA APLICAÇÃO DA MULTA DIÁRIA:

Aduz a contestante não haver possibilidade do deferimento do presente pedido de aplicação de multa diária por transparecer como se fosse enriquecimento ilícito, um verdadeiro absurdo.

Ocorre Excelência que o presente pedido é amplamente cabível no presente caso, ocasião em que rotineiramente diversos pedidos idênticos ao ora formulados são plenamente deferidos nas diversas comarcas do interior do nosso Estado, bem como pelos magistrados da nossa capital, não existindo nenhum óbice que a seguradora traga a baila todos os documentos apresentados no trâmite do processo administrativo.

Ressalte-se haver a incidência das normas consumeristas ao presente caso, podendo ser invertido o ônus da prova, bem como por não haver nenhum empecilho concernente a possibilidade da requerida apresentar toda a documentação, pois esta possui livre e irrestrito acesso ao sistema MEGADATA DE COMPUTAÇÃO (SISTEMA GERENCIADOR DO SEGURO DPVAT).

Destarte, face aos breves argumentos ora expendidos, requer o pleno indeferimento da presente preliminar, tendo em vista sua patente insubsistência.

2.7 – DA COREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS LEGAIS:

Por fim Excelência, e sem mais delongas, bem como para ceifar definitivamente qualquer dúvida concernente ao DIREITO que assiste o promovente, vejamos qual foi o entendimento sumular das Turmas Recursais do Estado do Rio Grande do Sul, concernente a possibilidade de se vincular a indenização ao salário mínimo, bem como acerca dos juros e correção monetária, SÚMULA Nº 14 – DPVAT (revista em 27/06/2007), *in verbis*:

“CORREÇÃO MONETÁRIA – A correção monetária, a ser calculada pela variação do IGP-M, incide a partir do momento da

apuração do valor da indenização, como forma de recomposição adequada do valor da moeda.”

“**JUROS** – Os juros moratórios incidirão a partir da citação, salvo quando houver pagamento parcial ou pedido administrativo desatendido, hipóteses em que incidirão, respectivamente, a partir do adimplemento parcial ou do término do prazo legal para o pagamento.”

Por tais fundamentos, Excelência, constata-se claramente incontroverso o direito ora pleiteado, pelo que se espera seu pleno reconhecimento.

3 – DO PEDIDO:

Por todo o exposto, vem a parte Requerente pugnar pelo indeferimento das preliminares levantadas pela ré e, quanto ao mérito, pugnar pelo deferimento *in totum* da peça exordial, com a conseqüente condenação da parte Requerida ao pagamento dos valores a que tem direito o Autor, ou **SUBSIDIARIAMENTE, que seja aplicado os percentuais de invalidez do Requerente, ora informados, afim de que o pagamento do complemento do seguro, ora pleiteado, seja realizado nos conformes determinados pela tabela implementada pela Lei 11.945/2009.**

Na mesma oportunidade, vem a informar que deseja produzir provas documentais, estas que já se encontram arroladas aos autos, bem como prova pericial, a ser designada por este MM. Juiz.

Por oportuno, segue abaixo a relação dos quesitos para realização desta:

QUESITOS PARA PERÍCIA

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pela Autora em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes)?
- 3) Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve, repercussão, 10% (dez por cento) para as sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

4) Considerando que os ossos do membro superior podem ser divididos em quatro segmentos, quais sejam, ombro (clavícula e escápula), braço (úmero), antebraço (rádio e ulna) e mão, caso seja constatado a invalidez permanente em alguma das articulações ou segmento do membro previstas em lei, a saber, ombro, cotovelo, punho ou mão ou dedo da mão, queira o Sr. Perito responder:

4.1 Em que grau de invalidez o membro superior é acometido por tal debilidade?

4.2 Caso não faça constar a debilidade do membro superior, que o Sr. Perito informe os motivos de como a debilidade constatada na articulação/segmento não interfere, ainda que de forma residual, a funcionalidade de tal membro.

5) Considerando que os ossos do membro inferior podem ser divididos em quatro segmentos, quais sejam, cintura pélvica (ossos do quadril), coxa (fêmur e patela), perna (tíbia e fíbula) e pé, caso seja constatado a invalidez permanente em alguma das articulações ou segmento previstas em lei, a saber, joelho, tornozelo ou pé, queira o Sr. Perito responder:

5.1 Em que grau de invalidez o membro inferior é acometido por tal debilidade em sua articulação?

5.2 Caso não faça constar a debilidade do membro inferior, que o Sr. Perito informe os motivos de como a debilidade constatada na articulação/segmento não interfere, ainda que de forma residual, a funcionalidade de tal membro.

6) Em caso de pagamento administrativo, queira o Sr. Perito informar se houve agravamento lesão do autor após a realização da perícia administrativa;

7) Há algum outro ponto que o Sr. Perito repute relevante sobre o exame pericial realizado?

Termos em que

Confia no Deferimento.

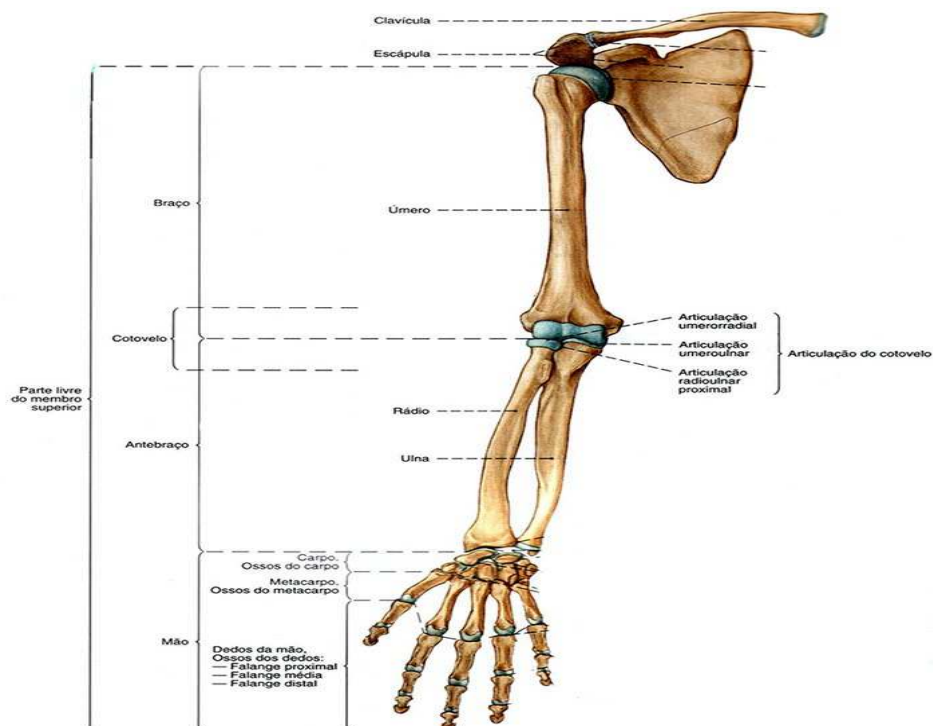
Fortaleza/CE, 09 de maio de 2016.

Bruno Pereira Brandão
OAB/CE 22.013

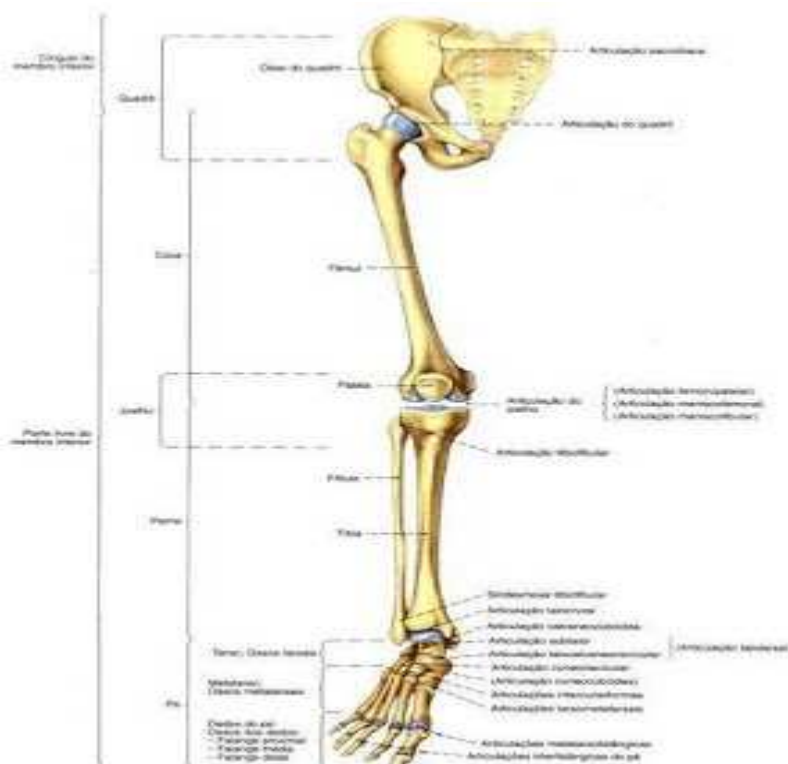
Thiago Saboya Pires de Castro
OAB/CE 24.156

Marcelo Pereira Brandão
OAB/CE 26.103

MEMBROSUPERIOR



MEMBRO INFERIOR



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA - CE

Processo n.º 0117514-70.2016.8.06.0001

BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, neste ato representada por seus procuradores, conforme atos constitutivos e instrumentos procuratórios anexos, e **MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA**, já qualificado nos autos da Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT, em trâmite neste juízo, vem, por seus advogados abaixo-assinados, expor, para ao final requerer o que segue.

As partes, visando pôr fim ao litígio, resolveram, mediante concessão mútua, celebrar acordo, na forma do art. 840 c/c art. 849 do Código Civil, transacionando conforme as seguintes cláusulas e condições.

A parte autora, por livre e espontânea vontade, realizou Avaliação Médica para fins de Conciliação, consoante laudo anexo, sendo apurada indenização a pagar, descontando-se o valor já indenizado administrativamente.

A Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, como gestora dos Consórcios DPVAT, pagará à parte Autora a importância de **R\$ 5.400,00 (cinco mil, quatrocentos reais)** para a liquidação do feito, acrescido da importância de **R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais)** referentes ao pagamento de honorários de sucumbência, totalizando a quantia de **R\$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais)**.

O pagamento será efetuado mediante depósito judicial em até 30 (trinta) dias a contar da homologação judicial. No que tange ao pagamento das custas processuais finais, requerem a aplicação do artigo 90, §3º, do Código de Processo Civil.

Insta ressaltar que a transação ora celebrada não implica em reconhecimento do direito pretendido pela parte autora.

Com o pagamento da quantia acordada e acima referida, a parte Autora concorda que nada mais será cobrado, judicial ou administrativamente em face da parte Ré e de todas as Seguradoras Consorciadas, ora representadas pela Seguradora Líder DPVAT, quanto ao objeto da ação da vítima Manuel Bezerra de Oliveira, inscrita no CPF sob o n.º 026.459.767-27 de modo que dá, neste ato, plena, irrestrita e irrevogável quitação do Seguro DPVAT relativos

ao acidente de trânsito ocorrido em 24/10/2012 nos termos do Boletim de Ocorrência nº 1927/2012, para nada mais reclamar em Juízo, ou fora dele, seja a que título for.

Declaram as partes que o presente acordo é fruto de sua livre manifestação de vontade, não havendo vício algum, de qualquer ordem, sobre os termos acima dispostos.

As partes desde já concordam com o imediato levantamento dos valores após a confirmação do depósito judicial, requerendo a expedição de guia de levantamento em favor da parte autora independente de nova manifestação das partes.

Por todo o exposto, **as partes requerem homologação do presente acordo**, com a expedição de alvará para o levantamento da quantia depositada a título de transação entre as partes, independente de nova manifestação, bem como a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, III. Alínea b, do Código de Processo Civil e sua consequente remessa ao arquivo geral deste Tribunal.

Nestes Termos,

P. Deferimento.

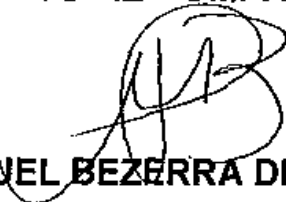
Fortaleza, 06 de junho de 2016.



ANTONIO DOS SANTOS MOTA.

OAB/CE nº. 19.283

BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS



MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA

P/P MARCELO PEREIRA BRANDÃO

OAB/CE 26.103

Informações da Vítima

Nome completo: Manuel Bezerra de Oliveira
CPF: 026.459.767-27
Endereço completo: Nova Russas-cé

Informações do Acidente

Local: Nova Russas-cé
Data do acidente: 24/10/2012

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação prévia em razão do processo judicial nº 0117514-70.2016.8.06.0001, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na vara Cível ou JEC da Comarca de Fortaleza-CE.

Declaro, ainda, que estou ciente de que nada pagarei para realização desta avaliação e de que, caso eu e a entidade demandada não chegemos a um acordo, o processo judicial que propus para recebimento da indenização DPVAT prosseguirá normalmente.

Crateús - CE, 31 de maio de 2016

local e data

Manuel Bezerra de Oliveira

assinatura da vítima

Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ (X) Sim ☐ () Não ☐ () Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

MEMBRO SUPERIOR E INFERIOR DIREITO

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

FRATURA DO PLATÔ TIBIAL. TRATAMENTO CIRÚRGICO E FISIOTERAPIA. LUXAÇÃO DO OMBRO. TRATAMENTO CONSERVADOR COM FISIOTERAPIA. APRESENTA DIMINUIÇÃO DA FORÇA DE SUSTENTAÇÃO DOS MEMBROS COM HIPOTROFIA MUSCULAR, LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO E DO JOELHO, CLAUDICAÇÃO

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ () Sim ☒ (X) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ () disfunções apenas temporárias

b) ☒ (X) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

DIMINUIÇÃO DA FORÇA DE SUSTENTAÇÃO DOS MEMBROS COM HIPOTROFIA MUSCULAR, LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO OMBRO E DO JOELHO, CLAUDICAÇÃO

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessária exame complementar?

() Sim, em que prazo:

(X) Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido: MEMBRO SUPERIOR DIREITO E MEMBRO INFERIOR DIREITO

a) () Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) (X) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) () Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) (X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Membro superior - Lado Direito

() 10% Residual (X) 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

2ª Lesão

Membro inferior - Lado Direito

() 10% Residual () 25% Leve (X) 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

4ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico - CRM

Crateús - CE, 31 de maio de 2016


J. C. Mendes Cavalcante
MÉDICO - CREMEC 9050



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0117514-70.2016.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe: **Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Manuel Bezerra de Oliveira**
 Requerido: **Bradesco Auto/re Cia de Seguros Bradesco Auto/re Cia de Seguros**

Vistos etc.,

O Autor à epígrafe, qualificado nos autos, intentou ação judicial contra a parte promovida, acima nominada.

O feito vinha tramitando normalmente.

Às fls. consta composição entre as partes, motivando o fim da querela.

Desta forma, com apoio no art. 487, inciso III, letra b, em face da composição firmada pondo fim ao litígio, homologo por sentença o acordo firmado para que surta seus efeitos.

Sem custas processuais, por força do acordo. Honorários advocatícios nos termos acordados.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Expeça-se alvará em proveito do credor para resgate do numerário.

Após o trânsito em julgado, arquite-se.

Fortaleza/CE, 01 de setembro de 2016.

Maria Valdenisa de Sousa Bernardo
 Juíza de Direito Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da Lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL e depois Conferência de Documento Digital do 1º grau.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0971/2016, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Marcelo Pereira Brandao (OAB 26103/CE)	D.J
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior (OAB 16045/CE)	D.J

Teor do ato: "Vistos etc.,O Autor à epígrafe, qualificado nos autos, intentou ação judicial contra a parte promovida, acima nominada.O feito vinha tramitando normalmente.Às fls. consta composição entre as partes, motivando o fim da querela.Desta forma, com apoio no art. 487, inciso III, letra b, em face da composição firmada pondo fim ao litígio, homologo por sentença o acordo firmado para que surta seus efeitos.Sem custas processuais, por força do acordo. Honorários advocatícios nos termos acordados.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Expeça-se alvará em proveito do credor para resgate do numerário.Após o transito em julgado, archive-se.Fortaleza/CE, 01 de setembro de 2016.Maria Valdenisa de Sousa Bernardo Juíza de DireitoPor Certificação Digital"

Do que dou fé.
Fortaleza, 14 de setembro de 2016.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0971/2016, foi disponibilizado na página 309 do Diário da Justiça Eletrônico em 15/09/2016. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 19/09/2016, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Marcelo Pereira Brandao (OAB 26103/CE)	15	07/10/2016
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior (OAB 16045/CE)	15	07/10/2016

Teor do ato: "Vistos etc.,O Autor à epígrafe, qualificado nos autos, intentou ação judicial contra a parte promovida, acima nominada.O feito vinha tramitando normalmente.Às fls. consta composição entre as partes, motivando o fim da querela.Desta forma, com apoio no art. 487, inciso III, letra b, em face da composição firmada pondo fim ao litígio, homologo por sentença o acordo firmado para que surta seus efeitos.Sem custas processuais, por força do acordo. Honorários advocatícios nos termos acordados.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Expeça-se alvará em proveito do credor para resgate do numerário.Após o transito em julgado, archive-se.Fortaleza/CE, 01 de setembro de 2016.Maria Valdenisa de Sousa Bernardo Juíza de DireitoPor Certificação Digital"

Do que dou fé.
Fortaleza, 16 de setembro de 2016.

Diretor(a) de Secretaria

ALDAIRTON CARVALHO

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA - CE

Processo nº. 0117514-70.2016.8.06.0001

BRDESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA em epígrafe, que lhe move **MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA**, por seu advogado, ao final assinado, expor e requerer o que segue:

As partes celebraram **COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL**, a fim de encerrar o feito através do pagamento da quantia **R\$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais)**, referentes ao valor principal da composição, já atualizado, acrescido de juros legais e verba honorária advocatícia, conforme termo protocolado neste MM. Juízo.

Posto isto, requer a empresa ré a juntada da Guia de Depósito Judicial, vide anexo, no valor acima mencionado, em cumprimento ao pactuado, requerendo a intimação da parte autora para tomar ciência da satisfação de seu crédito.

Importa destacar que o referido pagamento implica em plena, rasa, geral e irrevogável quitação para nada mais reclamar, judicial ou extrajudicialmente, sobre o sinistro que deu origem ao litígio, inclusive perdas e danos ou qualquer eventual complemento.

Reitera, outrossim, o pedido de que todas as intimações/publicações, sejam realizadas em nome do advogado **ANTONIO DOS SANTOS MOTA, OAB/CE nº. 19. 283**, sob pena de nulidade (art. 236, §1º, CPC).

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Fortaleza, 13 de Setembro de 2016.




ANTONIO DOS SANTOS MOTA.
OAB/CE nº. 19. 283

GPROC 2132081



RECIBO DO SACADO

		104-0	10490.00076 40308.704549 16090.011210 9 00000000648000		
Cedente / Beneficiário TJ CEARA			CPF/CNPJ do Cedente / Beneficiário 09.444.530/0001-01		Agência / Código do Cedente 4030 / 403087000000007-4
Nº do documento 040403000641609122	Nosso Número 804541609001121-9		Vencimento		Valor do Documento 6.480,00
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): VARA: 22A VARA CIVEL PROCESSO: 01175147020168060001 Nº GUIA: 2132081 JURISDICIONADOS: MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA / BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS CONTA: 4030 040 01681575 - 4 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040403000641609122 OBS:					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções/Abatimentos
					(+) Mora/Multa/Juros
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Sacado: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS					CPF/CNPJ: 92.682.038/0001-00 UF: CEP:
Sacador/Avalista:					CPF/CNPJ:

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

		104-0	10490.00076 40308.704549 16090.011210 9 00000000648000		
Local de pagamento PREFERENCIALMENTE NA REDE LOTERICA OU NAS AGENCIAS DA CAIXA					Vencimento
Cedente / Beneficiário TJ CEARA			CPF/CNPJ do Cedente / Beneficiário 09.444.530/0001-01		Agência / Código do Cedente 4030 / 403087000000007-4
Data do documento 12/09/2016	Nº do documento 040403000641609122	Espécie de docto. DJ	Aceite S	Data do processamento 12/09/2016	Nosso Número 804541609001121-9
Uso do Banco	Carteira SR	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 6.480,00
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente): VARA: 22A VARA CIVEL PROCESSO: 01175147020168060001 Nº GUIA: 2132081 JURISDICIONADOS: MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA / BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS CONTA: 4030 040 01681575 - 4 PARA ENVIAR TED JUDICIAL, UTILIZAR O ID: 040403000641609122 OBS:					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções/Abatimentos
					(+) Mora/Multa/Juros
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado
Sacado: BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS					CPF/CNPJ: 92.682.038/0001-00 UF: CEP:
Sacador/Avalista:					CPF/CNPJ:



Autenticação - Ficha de Compensação

Guia - Ficha de Compensação

			Nº DA CONTA JUDICIAL 0	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO 20/09/2016	AGÊNCIA (PREF / DV) 0	TIPO DE JUSTIÇA ESTADUAL
DATA DA GUIA 20/09/2016	Nº DA GUIA 2132081	Nº DO PROCESSO 01175147020168060001		
UF/COMARCA CE	ORGÃO/VARA Vara Cível	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 6480,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO BRADESCO AUTO/RE CIA DE SEGUROS		TIPO DE PESSOA Jurídica	CPF / CNPJ 92682038000100	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA		TIPO DE PESSOA FÍSICA	CPF / CNPJ 02645976727	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA 558B4995BB1121F1				



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO

Processo nº: **0117514-70.2016.8.06.0001**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **Manuel Bezerra de Oliveira**
 Requerido: **Bradesco Auto/re Cia de Seguros**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que expedi 02(dois) Alvarás. O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 26 de setembro de 2016.

Dionísia Maria Teixeira Mendes
Diretora de Secretaria
Mat. 200961

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.br

ALVARÁ

Processo nº: **0117514-70.2016.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Acidente de Trânsito e Seguro**
 Requerente: **Manuel Bezerra de Oliveira**
 Requerido: **Bradesco Auto/re Cia de Seguros**

O(A) Dr(a). **Maria Valdenisa de Sousa Bernardo**, Juíza de Direito da 22ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, por nomeação legal, e no uso de suas atribuições regulares etc. **AUTORIZA** o(a) requerente, **MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA**, portador do CPF Nº 026.459.767-27, a proceder ao levantamento do valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais) depositados na CONTA JUDICIAL Nº 4030 040 01681575-4 com ID Nº 040403000641609122 da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, devidamente corrigidos até a data do efetivo pagamento. Cumpra-se. Fortaleza, 26 de setembro de 2016. Eu, Cláudia Helena Pereira da Costa, Terceirizado, matrícula 601208, o digitei. Eu, Dionísia Maria Teixeira Mendes, Diretora de Secretaria, matrícula 200961, o subscrevo.

Maria Valdenisa de Sousa Bernardo
Juíza de Direito

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.br

ALVARÁ

Processo nº: **0117514-70.2016.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Ordinário**
 Assunto: **Acidente de Trânsito e Seguro**
 Requerente: **Manuel Bezerra de Oliveira**
 Requerido: **Bradesco Auto/re Cia de Seguros**

O(A) Dr(a). **Maria Valdenisa de Sousa Bernardo**, Juíza de Direito da 22ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, Estado do Ceará, por nomeação legal, e no uso de suas atribuições regulares etc. **AUTORIZA** o(a) advogado(a) do(a) requerente, DR. MARCELO PEREIRA BRANDÃO – OAB/CE Nº 26.103, a proceder ao levantamento do valor de R\$ 1.080,00 (hum mil e oitenta reais) depositados na CONTA JUDICIAL Nº 4030 040 01681575-4 com ID Nº 040403000641609122 da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, devidamente corrigidos até a data do efetivo pagamento. Cumpra-se. Fortaleza, 26 de setembro de 2016. Eu, Cláudia Helena Pereira da Costa, Terceirizado, matrícula 601208, o digitei. Eu, Dionísia Maria Teixeira Mendes, Diretora de Secretaria, matrícula 200961, o subscrevo.

Maria Valdenisa de Sousa Bernardo
Juíza de Direito

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

§ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.

SABOYA & BRANDÃO ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXMO. SR. DR JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL

PROCESSO Nº: 0117514-70.2016.8.06.0001

PEDIDO DE URGÊNCIA

MANUEL BEZERRA DE OLIVEIRA, já amplamente qualificado nos presentes autos, PARTE BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA, por meio de seus advogados que esta subscrevem, E ESTES ADVOGADOS EM CAUSA PROPRIA, vem respeitosamente, perante V. Exa., relatar o que se segue, para final requerer.

Conforme se verifica da análise desse feito (fl. 98), a parte requerida efetuou o depósito da quantia acordada e homologada por este inclito juízo, correspondente ao pagamento do **valor do acordo celebrado em as partes, bem como dos honorários sucumbências inclusos, no total de R\$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais).**

Assim, sem maiores delongas, a fim de se garantir a celeridade e economia processual, requer com caráter de URGÊNCIA, a expedição do ALVARÁ JUDICIAL, sendo este encaminhado para ao BRANCO DO BRASIL E/OU A CAIXA ECONOMICA FEDERAL, uma vez que pode ter ocorrido a transferência dos valores entre mencionado bancos, com a finalidade de que os valores depositados, bem como seus respectivos juros e correções, sejam levantados, em favor do **DR. BRUNO PEREIRA BRANDAO, OAB/CE 22.013 ou DR THIAGO SABOYA PIRES DE CASTRO, OAB/CE 24.156, ou DR. MARCELO PEREIRA BRANDAO, OAB/CE 26.103**, haja vista estes possuírem amplos poderes para receber e dar quitação de quaisquer valores, conforme instrumento procuratório anexado à exordial.

Termos em que,

Pede deferimento.

Fortaleza 27 de setembro de 2016

Thiago Saboya Pires de Castro
OAB/CE 24.156

Marcelo Pereira Brandao
OAB/CE 26.013

Bruno Pereira Brandao
OAB/CE 22.013

RUA SÃO PAULO - Nº 32 - 10º ANDAR - SALA 1003 - BAIRRO CENTRO - CEP: 60.030-100 - FORTALEZA/CE

Tels.: (85) 3022-0470 / (85) 9 8780-0013 / (85) 9 8636-3030 / (85) 9 8853-0069

E-mails: brunop.brandao@yahoo.com.br thiago_cs@hotmail.com marcelobrandao@hotmail.com



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Processo nº: **0117514-70.2016.8.06.0001**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito e Seguro**
 Requerente: **Manuel Bezerra de Oliveira**
 Requerido: **Bradesco Auto/re Cia de Seguros**

CERTIFICO, face às prerrogativas por lei conferidas, que a sentença de fls. 94 transitou em julgado em 07/10/2016.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 27 de outubro de 2016.

Maria Holanda da Silva Sousa
Auxiliar Judiciário

Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Fortaleza

22ª Vara Cível

Rua Desembargador Floriano Benevides Magalhaes nº 220, Água Fria - CEP 60811-690, Fone: (85) 3492 8408, Fortaleza-CE - E-mail: for22cv@tjce.jus.br

CERTIDÃO DE BAIXA E ARQUIVAMENTO

Processo nº: **0117514-70.2016.8.06.0001**
 Apensos:
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Acidente de Trânsito e Seguro**
 Requerente: **Manuel Bezerra de Oliveira**
 Requerido: **Bradesco Auto/re Cia de Seguros**

CERTIFICO que, nesta data, dei baixa e arqueei os presentes autos, conforme determinação do(a) MM(a) Juiz(a) Maria Valdenisa de Sousa Bernardo em sentença de fls. 94, proferido(a) em 01/09/2016.

O referido é verdade. Dou fé.

Fortaleza/CE, 27 de outubro de 2016.

Maria Holanda da Silva Sousa
 Auxiliar Judiciário
 Assinado por certificação digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.